



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 75

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 28 de novembro de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após ter sido efetuada a chamada, passou-se para a análise da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XI – “Plano Anual Regional para 2019”](#) e da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XI – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2019”](#).

Participaram neste debate os/as Srs./as Deputados/as Renata Correia Botelho (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Mónica Seidi (*PSD*), Luís Rendeiro (*PSD*), João Bruto da Costa (*PSD*), António Lima (*BE*), João Vasco Costa (*PS*), Jaime Vieira (*PSD*), Mário Tomé (*PS*), José Contente (*PS*), João Corvelo (*PCP*), Francisco César (*PS*), José Ávila (*PS*), Tiago Branco (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), André Bradford (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Iasalde Nunes (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), André Rodrigues (*PS*), Jorge Paiva (*CDS-PP*), Bárbara Chaves (*PS*), Luís Garcia (*PSD*), Marco Costa (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), José San-Bento (*PS*), Elisa Sousa (*PSD*), Domingos Cunha (*PS*), Dionísio Faria Maia (*PS*), Carlos Ferreira (*PSD*), António Pedroso (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*), a Sra.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*), o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*), o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*), e ainda a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 48 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Marta Ávila Matos

Marta Cristina Moniz do Couto

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

Elisa Lima Sousa

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Mónica Reis Simões Seidi

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal de Lima

Jorge Miguel Azevedo Paiva

Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio Sousa Mendes

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Estávamos nas intervenções de tribuna referente às áreas da Educação e da Cultura quando interrompemos os nossos trabalhos ontem à noite.

Dou a palavra à Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos Açores, é fundamental referi-lo, a Cultura representa 2,3% do investimento regional para 2019.

Na verdade, a democratização do acesso às artes, seja no plano da criação artística, seja no da sua fruição, tem sido um apanágio inegável do Partido Socialista.

Para nós, cientes da exigência das sociedades atuais e do desafio imenso que o mundo nos coloca, Cultura é Educação, Cultura é Saúde, Cultura é Economia, Cultura é Emprego, Cultura é Combate à Pobreza.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cultura é tourada!

A Oradora: Somos inabaláveis na convicção de que, numa sociedade democrática, o contacto com as artes oferece um contributo essencial para o desenvolvimento pleno dos indivíduos, alimentando a criatividade, aguçando o sentido crítico, valorizando a heterogeneidade, criando pontes com o Outro e respeitando-o na sua alteridade – um respeito no sentido mais absoluto e mais humanista: pelas pessoas, pelos animais, pela natureza, pelo património, por tudo aquilo que nos faz verdadeiramente pessoas. Em resumo, acreditamos numa Cultura que some sempre em favor...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Viva os touros!

A Oradora: ... de uma democracia mais consolidada e mais madura.

E se esta conceção de Cultura sempre nos pareceu a única capaz de construir um mundo melhor, o que dizer do seu papel neste momento que o mundo

atravessa? Nunca, porventura, a Cultura foi tão importante como agora, e talvez seja a única arma contra Trumps e Bolsonaros, contra uma extrema direita que singra assustadoramente, contra perigosíssimos populismos que mobilizam multidões acicatadas pelo ódio, contra um mundo desgastado pela ditadura dos mercados e tantas vezes doente de indiferença e de crueldade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O pior é a esquerda!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O populismo do Governo!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Reiteramos que a Cultura representa, nos Açores, 2,3% do investimento regional para 2019.

Como sabeis, no País e na Europa, artistas, produtores, programadores, trabalhadores da Cultura reivindicam 1% do investimento para a Cultura. Na Região, avançamos para 2019 com 2,3%!

Não há, pois, como negar o profundo investimento que o Partido Socialista tem feito nesta matéria, por bem que outros partidos pretendessem afirmar o contrário.

Não há como negar que se tem conferido à Cultura, nos Açores, o destaque merecido, e que este Plano Regional Anual para 2019, com um aumento de 33%, só vem consolidar esta trajetória.

Não há como negar que, quando na República um Governo de má memória espatifava todo um setor e escorraçava despidoradamente a cultura para uma Secretaria de Estado (coerente, há que admitir, na sua lâmina austera), ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é que é consideração pelo seu antigo primeiro-ministro!

A Oradora: ... nos Açores mantivemos sempre – e hoje isso é um dado irrefutável – um trajeto crescente de investimento em Cultura.

E só graças a isso é que, em 2019, assistiremos, por exemplo, a várias empreitadas, já aqui citadas, que confluem para uma oferta cada vez mais rica e complementar, dotando cada uma das ilhas de um museu de referência, num todo regional absolutamente notável.

Tal como só graças a esse investimento contínuo é que assistiremos a um reforço das formações de base e avançadas em vários domínios, com especial enfoque para uma nova estratégia para a música (no que concerne à educação extraescolar), bem como para a operacionalização mais concreta da estratégia para o audiovisual.

Claro que, todavia, continuamos inquietos, querendo fazer mais, querendo fazer melhor. Até porque, em Cultura, a inquietude é o que mais ordena. E nós aqui estamos, conscientemente inquietos, responsabilmente inquietos. O caminho traçado orgulha-nos e alenta-nos. Mas não nos acomodamos à sombra prazerosa do trabalho bem feito.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando 1% para a Cultura é o que artistas e produtores de todo o país reivindicam para um setor que recupera paulatinamente dos cortes cegos da Troika, e nos Açores nos situamos em quase 2,5%, não podemos – nem devemos – esconder alegria e orgulho.

Quando 1% de investimento em Cultura, segundo os agentes do setor, é o patamar exigido, e nos Açores atingimos quase 2,5%, não podemos – nem devemos – escamotear o contentamento de estarmos um passo à frente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Sem euforias, sem deslumbramentos. Mas absolutamente convictos de estarmos a fazer a coisa certa, no tempo certo e no caminho certo. Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção sobre cultura muito rápida e breve: viva os touros!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não foi bem uma intervenção, foi mais uma declaração de princípio, mas a Mesa há de aceitar.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, já ouvi muita coisa aqui dentro, agora de a senhora adjetivar a intervenção de um deputado é que me parece que lhe fica mal.

Ou curta ou cumprida é o tempo que eu tenho e giro da forma como eu entendo.

Muito obrigado.

Presidente: Sim senhor. Obrigada, Sr. Deputado.

Não precisa de ficar tão incomodado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas fico!

Presidente: ... porque a Mesa não quis de forma alguma nem adjetivar nem tão pouco arctar a sua liberdade de intervenção.

Pergunto se há mais inscrições.

Não há.

Vamos então para a última intervenção sobre esta matéria. Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Falar de cultura nos Açores parece fácil, mas é simultaneamente muito difícil.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Viva os touros, a bifana, a cornada, a cerveja! Viva!

A Oradora: A cultura dos Açores liga-se diretamente ao modo de ser açoriano. Divide-se pela singularidade de cada ilha e une-se por um propósito arquipelágico. Com a evolução dos tempos, das crises, dos paradigmas internacionais, nacionais e regionais, a cultura dos Açores é um baluarte que se tem mantido.

Sabemos que o património entre o mar e a terra é vasto, sabemos que são nove ilhas e sabemos das boas intenções em muitas situações. No entanto, a incompetência na sua execução e administração faz-nos não acreditar nos documentos que nos apresentam.

Ora vejamos: quantas obras na área da cultura este Governo já prometeu e se arrastam durante um, dois, três, quatro e até 10 anos? Quantas obras na área da cultura levam muito mais do que foi orçamentado? Quanto dinheiro foi mal gerido nos avanços e recuos de tantos investimentos? É verdade, e admito, são obras muito complexas, no entanto, não justificam os avanços e os recuos, as derrapagens e os atrasos de anos. E porque é que digo isto?

Quando um açoriano pede um apoio a nível cultural, seja de uma filarmónica, teatro, dança, é-lhe exigido uma série de documentação e é-lhe atribuído um apoio com prazos, exigências, e pedida mais e mais documentação.

São mil, dois mil, três mil euros, enfim. Pouco dinheiro em comparação com a centenas, milhares e milhões de euros que o Governo gere.

Os açorianos gerem este dinheiro com cuidado, pensam, organizam-se para gerir o pouco dinheiro público que lhes é atribuído e respeitam os prazos e tudo o que lhes é pedido.

Os açorianos gerem melhor o dinheiro da cultura do que o seu próprio Governo, e os açorianos fazem melhor cultura com pouco dinheiro do que o seu próprio Governo. Os açorianos são, assim, um exemplo do que o Governo Regional devia seguir. Mas apesar de 22 anos de experiência governativa e da proclamação de novos ciclos, os açorianos continuam a dar carta ao Governo na gestão e administração dos dinheiros públicos.

O Governo exige tanto de agentes culturais, mas exige pouco de si. O Governo exige prazos, mas não impõe os prazos a si mesmo. O Governo diz distribuir justamente os apoios aos agentes culturais, mas gasta milhares sem pensar em poupar, mas infelizmente, ou felizmente, os açorianos queixam-se pouco da cultura. Já aprenderam a viver com migalhas, já dominam a arte do improvisado, de fazer muito com pouco. Mesmo sem o devido valor, os açorianos continuam a gerar cultura e a dar a quem nos visita um dos melhores atrativos que o Governo utiliza para fazer a promoção dos Açores.

Esperemos que com a estratégia de combate à pobreza em que o Governo se obriga a olhar para lá da sua fronteira, da cultura do umbigo e arredores, os açorianos sejam vistos como um exemplo. Acredito que a cultura que os açorianos promovem, e muito bem, é muitas vezes um escape à cultura da pobreza, do medo e opressão que ainda se vive nos Açores.

A favor dos açorianos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... o Partido Social Democrata acredita mais nos açorianos e nas suas capacidades do que na gestão deste Governo do Partido Socialista.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Viva os touros!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Encerramos assim esta área temática.

Avançamos agora para o Mar, Ciência e Tecnologia. Para isso, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Plano para 2019 que hoje apresentamos é um documento estruturante que, estamos em crer, irá permitir concretizar as opções estratégicas e inovadoras do Governo dos Açores nas áreas do Mar, da Ciência e da Tecnologia, e permitirá cumprir os compromissos eleitorais assumidos nestes domínios.

Todas as medidas que irei apresentar nesta tribuna foram desenhadas a pensar nas pessoas, foram pensadas para todos os Açorianos que, direta ou indiretamente, são abrangidos pelas nossas políticas porque, no centro das políticas, devem estar sempre as pessoas.

Estamos a meio de uma legislatura e esta será, por isso, uma boa altura para fazer um breve balanço do trabalho que tem vindo a ser realizado nas áreas que tutelamos.

Gostaria, pois, de dar nota de algumas medidas e iniciativas que temos vindo a implementar e que, acreditamos, têm contribuído para o desenvolvimento da nossa Região.

Começando pelas Pescas:

- Assistimos a um marco histórico deste setor nos Açores: a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho entre a Federação das Pescas dos Açores e as Associações, o Sindicato Livre dos Pescadores e o Sindicato dos Pescadores da Ilha Terceira, com o apoio deste Governo.

Uma convenção que foi alargada a todos os armadores da Região e a todos os trabalhadores do setor.

Os contratos de trabalho, estamos em crer, permitirão uma distribuição mais justa dos rendimentos na pesca, contribuindo para a melhoria dos rendimentos e dignificação social dos profissionais do setor.

- No âmbito da iniciativa de Desenvolvimento Local de Base Comunitária no setor, foram criados, pela primeira vez nos Açores, Grupos de Ação Local da Pesca, que dispõem de quatro milhões de euros até 2020 para implementar projetos inovadores nas comunidades piscatórias.

- Assistimos a um aumento assinalável dos rendimentos no setor através da primeira venda de pescado.

A 26 de novembro deste ano, os nossos pescadores tinham atingido mais de 35 milhões de euros na primeira venda de pescado em lota na Região, o que corresponde a um aumento de 30%, comparativamente com 2017.

Se somarmos os cerca de 3,3 milhões de euros em atum descarregado pelas embarcações dos Açores na Madeira, o setor obteve até agora cerca de 39 milhões de euros.

Este será - se não o melhor ano de sempre - um dos melhores anos de sempre de vendas em lota.

E, se é verdade que este ano, felizmente, tivemos boas safras no atum e na lula, estes números são também fruto do trabalho dos nossos pescadores, armadores e comerciantes e das políticas ativas de gestão racional das nossas quotas de

pesca, demonstrando uma evolução sem precedentes da maturidade do setor na valorização dos nossos recursos.

Vejamos o exemplo da quota dos alfonsins e imperadores que, desde o final de 2017, a Região passou a gerir internamente, e que representa 85% do total da quota nacional.

Também aqui, e tal como fizemos para o goraz, com as medidas de gestão que implementámos, registámos um aumento de 46% no valor da primeira venda e 47% no preço médio destas espécies.

Não estamos afastados da realidade, trabalhamos todos os dias com o setor numa parceria que tem um único objetivo: o aumento dos rendimentos e da qualidade de vida dos nossos pescadores e das suas famílias, tendo em conta a sustentabilidade social, económica e ambiental deste setor.

Passando aos Assuntos do Mar:

- Só em 2018, investimos mais de 10 milhões de euros na gestão e requalificação da orla costeira das nossas ilhas.

Um dos maiores investimentos, no valor de 3,3 milhões de euros, foi a requalificação e proteção costeira da Vila de Rabo de Peixe, em São Miguel, e que se traduz na concretização de um compromisso assumido pelo Governo Regional.

A gestão da orla costeira representa um enorme desafio, mas este Governo está empenhado em proteger e requalificar as zonas mais vulneráveis, dando prioridade aos locais onde pessoas e bens possam estar em risco.

- Somos uma das maiores regiões marítimas da União Europeia e temos, portanto, a responsabilidade de continuar a garantir a qualidade ambiental das nossas águas, a conservação da nossa biodiversidade e dos nossos ecossistemas marinhos.

Neste sentido, estamos a dar cumprimento aos nossos compromissos no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha, no âmbito da Rede Natura 2000, e

estamos a elaborar de forma cuidada e tecnicamente consistente o nosso Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo e a trabalhar nos planos de gestão das nossas Áreas Marinhas Protegidas.

- Ainda no contexto dos Assuntos do Mar, não posso deixar de referir a conclusão da obra da Escola do Mar dos Açores, um projeto que, acreditamos, vai contribuir para a promoção da economia azul na Região, através da qualificação profissional certificada.

Nas áreas da Ciência e Tecnologia, creio que nunca existiram tantas medidas e iniciativas na Região como aquelas que estão agora a ser implementadas.

- Apresentámos este ano quatro programas para o período 2018-2020 nas áreas da Ciência e Tecnologia, num investimento superior a 15 milhões de euros, cujas medidas e ações a implementar têm fontes de financiamento bem definidas, bem como objetivos e indicadores concretos a atingir.

- Através dos últimos dois concursos do Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia foram atribuídas 36 bolsas - 24 de doutoramento e 12 de pós-doutoramento - no valor de mais de 2,5 milhões de euros.

- No âmbito dos projetos do Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia foram contratados cerca de três dezenas de técnicos e investigadores, num investimento de 1,4 milhões de euros em emprego científico.

- Através dos dois concursos para apoio a projetos de Investigação e Desenvolvimento no âmbito da RIS3, um deles a arrancar em janeiro do próximo ano, e dos projetos Interreg MAC foram contratados 55 técnicos e investigadores.

E, no âmbito dos projetos de I&D em contexto empresarial, foram contratados oito técnicos e investigadores.

Todos os nossos investimentos na ciência e inovação não se traduzem apenas em números e não se contam em milhares ou em milhões.

Os investimentos fazem-se para o desenvolvimento dos Açores e para as pessoas e, neste caso, com medidas que promovem o emprego científico e o emprego qualificado.

Numa sociedade cujo desenvolvimento se pretende cada vez mais assente no conhecimento, a criação e a fixação desse conhecimento nos Açores depende da fixação e estabilização de investigadores, bem como de áreas científicas estratégicas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Plano para 2019 nas áreas que tutelo representa um investimento de 55 milhões de euros e pretende consolidar as políticas que têm vindo a ser implementadas no Mar, na Ciência e Tecnologia, através da concretização de medidas que prosseguem três objetivos principais:

- O aumento do rendimento das famílias e das empresas, de forma sustentada;
- O aprofundamento de uma cultura de desenvolvimento sustentável e baseado no conhecimento em todos os setores da sociedade açoriana ligados ao Mar e à Ciência, conjugando as valências económica, social e ambiental;
- E o fomento e projeção da atratividade da Região a nível nacional e internacional, para afirmação dos Açores como região singular e inovadora, com capacidade de criar conhecimento, captar novos investimentos e de diversificar o tecido produtivo.

O Plano para o próximo ano na área das Pescas e Aquacultura prevê um investimento de 31 milhões de euros, mais 13% face a 2018.

Vamos centrar a nossa ação no aumento e na diversificação do rendimento de toda a fileira e continuaremos a contar com o importante contributo dos parceiros do setor e da Ciência para a defesa das políticas de promoção da gestão dos nossos recursos marinhos de forma precaucionaria e sustentável.

A monitorização contínua e o estudo dos recursos marinhos dos Açores, bem como a recolha de dados, vão ser apostas firmes deste Governo e implicarão o reforço do trabalho conjunto entre a administração regional, os investigadores e os pescadores.

Continuaremos a implementar medidas técnicas de gestão que consolidam a sustentabilidade ecológica das pescas, e reforçaremos a aposta na formação profissional e escolarização dos ativos da pesca, que abrangeu durante este ano 660 profissionais do setor, e que contará com uma verba superior a 450 mil euros.

Vamos ainda continuar os investimentos nas infraestruturas e equipamentos de apoio à pesca.

Destaque para a requalificação do Entreposto Frigorífico das Velas, em São Jorge, num investimento de mais de um milhão de euros, cuja obra está a decorrer.

Destaque para o início, no terceiro trimestre de 2019, da obra de requalificação do Entreposto Frigorífico da Horta, que tem um valor estimado de cerca de quatro milhões de euros, bem como para as empreitadas de requalificação e modernização dos entrepostos frigoríficos das Lajes das Flores e de Vila do Porto, em Santa Maria, que correspondem a um investimento superior a um milhão de euros.

No âmbito dos investimentos em infraestruturas de apoio ao setor, destaco a obra já consignada de requalificação do Porto do Topo, em São Jorge, orçada em mais de seis milhões de euros, e o arranque, no próximo ano, da obra de requalificação do Núcleo de Pescas do Porto da Madalena, no Pico, no valor de cerca de 900 mil euros, ou ainda a construção em curso das novas casas de aprestos e posto de recolha de São Roque do Pico.

Acreditamos que a fileira do atum ainda tem uma grande margem para crescer.

Neste sentido, em 2019, vamos implementar um plano para a valorização do atum em parceria com o setor, impulsionando novas formas de tratar o nosso atum selvagem, de elevada qualidade, através da motivação e formação dos nossos armadores e pescadores, para que o atum possa ser vendido em mercados de valor acrescentado, contribuindo, mais uma vez, para o aumento do rendimento do setor.

Ainda na fileira do atum, temos de realçar o papel da indústria conserveira, que emprega cerca de 900 trabalhadores e labora anualmente cerca de 20.000 toneladas de pescado.

A capacidade de criação de novos produtos, aliada ao saber tradicional, tem-se revelado determinante para a afirmação e notoriedade desta indústria nos mercados internacionais.

Neste sentido, prevemos um apoio adicional da Região às conserveiras açorianas, que será complementar ao apoio no âmbito do Regime de Compensação aos Custos Suplementares para os Produtos da Pesca, de modo a compensar esta indústria transformadora dos custos decorrentes da sua localização ultraperiférica.

No âmbito do controlo e fiscalização da pesca, vamos investir mais de 1, 7 milhões de euros, que se traduz num reforço de cerca de 11% relativamente a 2018.

E prevemos executar um conjunto de medidas que têm como principais objetivos a monitorização científica dos recursos e o aumento da capacidade de controlo em matérias como a fuga à lota e a comercialização de pescado que não cumpre as regras de gestão legalmente estabelecidas, quer para a pesca profissional, quer para a pesca lúdica.

No que respeita à aquacultura, uma atividade em fase de implementação no nosso arquipélago, manteremos os regimes de apoios específicos, no âmbito do

FEAMP, dirigidos à inovação e a investimentos produtivos, e que correspondem a cerca de 2,4 milhões de euros.

No total, foram aprovados na Região oito projetos, envolvendo empresas privadas, comunidades piscatórias e investigadores da Universidade dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com um investimento previsto de 10 milhões de euros no próximo ano, a proposta de Plano e Orçamento na área dos Assuntos do Mar abrange duas importantes vertentes: a monitorização e ação ambiental marinhas e a requalificação da orla costeira.

No que respeita à monitorização e ação ambiental marinhas, propomos um investimento de 1,7 milhões de euros, que representa 16,6% do investimento total, sendo que cerca de 33% do valor se destina à execução do projeto LIFE-IP Azores Natura, cofinanciado pela Comissão Europeia, com vista ao desenvolvimento de ações de conservação marinha e de implementação da gestão das áreas marinhas protegidas da Rede Natura 2000.

Este projeto, que conta com vários parceiros, tem um valor de quatro milhões de euros para a componente marinha e terá a duração de nove anos.

Gostaria também de destacar o projeto europeu MarSP – Macaronesian Maritime Spatial Planning, no âmbito do qual, até ao final de 2019, será apresentada a proposta de Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores.

Este projeto, que para o próximo ano terá um investimento de cerca de 315 mil euros, tem permitido alocar verbas e recursos humanos dedicados e estabelecer parcerias com equipas técnicas e científicas regionais e internacionais dedicadas ao estudo dos processos de ordenamento do espaço marítimo.

No domínio da Gestão e Requalificação da Orla Costeira, com um investimento previsto de mais de cinco milhões de euros, continuaremos a executar investimentos expressivos na proteção de pessoas e bens e na estabilização, valorização e requalificação de infraestruturas e espaços costeiros de uso comum, estratégicos para o desenvolvimento das ilhas.

O Plano contempla ainda verbas para responder a necessidades de intervenção imprevisíveis decorrentes de intempéries e de outras situações extraordinárias e para desenvolver projetos de intervenções costeiras futuras em áreas problemáticas, em todas as ilhas.

A dotação prevista para o próximo ano vai permitir concluir a proteção da zona costeira da Baía da Maia, em Santa Maria, e a proteção da Baía da Barra, na Graciosa.

Entre as obras de proteção e requalificação costeira que vão arrancar no próximo ano, destaco a obra do Porto de Santa Iria, em São Miguel, e a obra de proteção da zona costeira de Santa Catarina, na Calheta, em São Jorge, num valor global próximo dos 700 mil euros.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito à Ciência e Tecnologia, o Plano para 2019 prevê um investimento que ronda os 14 milhões de euros, e que corresponde a um aumento de 3,2% face a este ano, e que será aplicado, maioritariamente, na promoção da internacionalização da investigação, no fomento da cooperação e transferência de conhecimento entre as entidades do Sistema Científico e Tecnológico Açoriano e o tecido socioeconómico, e na promoção da 'Educação para a Ciência'.

Aliás, 2019 será o ano da divulgação científica e tecnológica, na medida em que serão implementados, na quase totalidade, os programas Ciência na Escola, Ciência Cidadã, Ciência e os Media, Investigadores e Divulgação Pública de

Ciência e Ciência e Sociedade, no âmbito do Plano de Ação para a Cultura Científica e Tecnológica (PACCTO), apresentado este ano.

Em 2019, vamos dar início à implementação do Plano de Internacionalização de Ciência & Tecnologia dos Açores com o lançamento da linha de financiamento para as unidades do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, ao abrigo do Aviso do Açores 2020 publicado ontem, e com uma dotação de 600 mil euros.

Vamos também proceder, no primeiro trimestre do próximo ano, ao lançamento da linha de financiamento para a internacionalização dos projetos de Investigação e Desenvolvimento em contexto empresarial, com uma dotação de 400 mil euros.

Estas medidas pretendem melhorar os índices de participação de entidades regionais em programas europeus, bem como a captação de projetos e parcerias externas, e projetar o trabalho desenvolvido pelos investigadores dos Açores no espaço europeu de investigação, quando está em preparação um novo quadro para a investigação europeia, o Horizonte Europa.

Em 2019, vamos consolidar a aposta no desenvolvimento de dinâmicas de promoção de investigação em contexto empresarial, através do início da implementação dos núcleos de Investigação & Desenvolvimento em contexto empresarial, enquadrado na iniciativa Transfer+, com uma dotação inicial de 1,2 milhões de euros e cujo valor máximo por projeto/núcleo é de 300 mil euros.

O aviso, no âmbito do PO Açores, foi, igualmente, publicado ontem.

No próximo ano, vamos ainda lançar linhas de financiamento para a atribuição de vales ID, com uma dotação de 400 mil euros, prevendo-se a sua publicação no primeiro trimestre, e vamos reforçar em um milhão de euros a linha de financiamento para a implementação de projetos de ID em contexto empresarial.

Considerando a importância de alguns estudos para a tomada de decisão pública em áreas das Ciências Sociais, designadamente em Sociologia e Educação, sem enquadramento na RIS3, decidimos lançar no próximo ano uma linha de financiamento para projetos de investigação em áreas não alinhadas com a Estratégia de Especialização Inteligente dos Açores, estando prevista a abertura de um concurso PRO-SCIENTIA durante o 1.º trimestre de 2019, que representa um investimento de 100 mil euros/ano.

Com esta iniciativa, pretendemos promover o conhecimento em áreas de investigação que contribuam para a resolução de necessidades regionais ao nível social e educativo.

Minhas senhores e meus senhores:

Durante o primeiro trimestre de 2019 vamos inaugurar o Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira – TERINOV, que representa um investimento de 10 milhões de euros, estando já a decorrer o concurso para a atribuição de espaços a empresas que tenham interesse em instalar-se nesta infraestrutura.

Acreditamos que o TERINOV terá um efeito transformador do ecossistema empreendedor e inovador da ilha Terceira e será um importante contributo para o desenvolvimento económico e para a criação de emprego.

Vamos também arrancar com o segundo edifício do Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel - NONAGON, cujo investimento deverá corresponder a cerca de cinco milhões de euros.

Passando aos projetos e infraestruturas de base tecnológica, temos um investimento para o próximo ano superior a 2,5 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 109% face a 2018.

Este aumento deve-se à aposta no desenvolvimento de vários projetos de índole aeroespacial que estão a decorrer e que podem contribuir para o desenvolvimento socioeconómico da nossa Região.

Gostaria de destacar a instalação, na ilha Terceira, do centro de operação de dados do programa Space Surveillance and Tracking (SST), na área da vigilância e do rastreio de objetos no Espaço, e o início da construção da base da antena de 15 metros a instalar em Santa Maria, para a qual recebemos ontem o visto do Tribunal de Contas.

Esta antena permitirá não só a prestação de mais serviços à ESA e, assim, mais emprego para Santa Maria, mas também uma maior relevância e notoriedade da ilha no contexto aeroespacial mundial.

Gostaria ainda de recordar de que está em desenvolvimento o processo de instalação do Observatório do Atlântico, aqui, no Faial, o qual, esperamos, possa reforçar a dinâmica das Ciências do Mar na Região, contribuindo para o aumento do conhecimento e o trabalho em rede entre centros de ciência regionais, nacionais e internacionais dedicados a estas áreas científicas.

O Plano para 2019 apresentado por este Governo para as áreas que tutelo, tal como nos últimos dois anos, pretende canalizar o investimento para valorizar aquilo que é nosso, seja no mar e nas pescas, nos centros de investigação e nas empresas, utilizando, de forma inteligente, os fundos comunitários ao nosso dispor, valorizando a componente científica e tecnológica para reforçar a economia dos Açores e fomentar o conhecimento, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da nossa Região e para o bem-estar de todos os Açorianos.

Não se pode progredir sem mudança e é neste sentido e sempre com este espírito que este Governo continuará a trabalhar rumo ao progresso para e com os Açorianos.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Mesa já tem uma inscrição

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional Gui Menezes, nós tivemos recentemente um debate muito exaustivo sobre a ciência nesta Casa, pelo que, na verdade, hoje não se discutiu aqui nada de novo. E, portanto, são circunstâncias inerentes ao calendário desta Casa.

E, portanto, esteja descansado que eu não lhe vou falar nem do supercomputador...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Ainda bem!

O Orador: ... nem do AirCenter, nem de nenhum foguetão porque na realidade, como já disse, não há aqui nada de novo e já se percebeu que relativamente a alguns assuntos de abrangência mais externa quem tem a liderança dos processos é o Ministro Manuel Heitor e não o Secretário Gui Menezes ou o Presidente Vasco Cordeiro que têm sido até ultrapassados pela República nos anúncios, e ontem até houve quase uma tentativa de ultrapassagem pelo Deputado José Contente que falou destes assuntos fora deste tempo do debate.

Vou antes falar da ligação da ciência às empresas e à economia, da investigação em contexto empresarial e ainda do insuficiente e crónico défice de financiamento à tripolaridade da nossa universidade.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Também!

O Orador: Nós todos já sabemos que o Governo é financiador da Universidade através de vários projetos de interesse regional, mas se o financiamento direto do ensino superior é da responsabilidade do Ministério, a tripolaridade é de interesse da Região. E como tal, é também recorrente, todos os anos discutimos essa insuficiência de financiamento, e o Sr. Deputado José Contente poder-se-á inscrever mais uma vez após as longas intervenções de ontem, mas se me deixar continuar a intervir, tenho a oportunidade de voltar até à tribuna se entender, o Governo só dá 350 mil euros à Universidade quando a Universidade já estudou...

Deputado José Contente (PS): Isso é inovação!

O Orador: Eu não quero que a minha intervenção interrompa os apartes do Deputado José Contente, pode-se inscrever outra vez.

A Universidade dos Açores precisa de mais de 800 mil euros para a sua tripolaridade e tem muitas dificuldades nesse aspeto e todos nós que defendemos a tripolaridade devemos pugnar para que ela seja possível e viável, e, portanto, o PSD tem de novo uma proposta de alteração...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Igual à da Sata?!

O Orador: ... já anunciada pelo seu Presidente que vai ao encontro das necessidades de financiamento da tripolaridade dos Açores.

Depois: o PSD também já anunciou que vai dar entrada nesta Assembleia de uma iniciativa política, e fá-lo-á imediatamente a seguir a este plenário que visa a criação de uma carreira científica na Região de modo a que a nossa comunidade científica possa saber com o que é que conta e não ande a desesperar sem saber que bolsa é que vai ter ou que não vai ter no ano seguinte para garantir o seu sustento.

Portanto, nesta área, como em todas as outras, nós somos uma oposição construtiva e que apresenta propostas.

Deputada Mónica Rocha (PS): Um bocadinho confuso!

Deputado João Costa (PS): Ui, ui!

O Orador: O PS e o Governo falam muito de milhões e nada de objetivos ou resultados, e o que é facto é que a comunidade científica na Região é pobre e conta os cêntimos todos os meses.

Sr. Secretário Regional, as minhas questões, para pedido de esclarecimento são as seguintes: quais são os objetivos que quer alcançar? Gostava que se atrevesse a quantificar.

Quantos cientistas quer colocar nas empresas em 2019, no setor leiteiro, por exemplo, o motor da economia regional? Quantos cientistas é que quer colocar na inovação, no desenvolvimento, nos novos produtos, quantos cientistas é que quer colocar nas empresas do setor leiteiro?

Quantos doutorados e pós-doutorados é que ao abrigo dos programas da Região já estão efetivamente a trabalhar nas empresas?

E qual o retorno económico que quer alcançar?

Gostava que me desse respostas concretas em vez de apenas retóricas.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria apenas questionar o Sr. Secretário Regional relativamente à obra da proteção costeira da barra, que me esclarecesse apenas um ponto.

Sabemos todos que a obra era para ser concluída o ano passado, foi lançada em abril de 2017 por 18 meses, portanto, já devia estar concluída, está algo atrasada, queria apenas saber se já há projeto para depois dotar aquela baía de uma marina. Era só isso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, o fundo de pesca é uma forma de compensação aos trabalhadores da pesca pela falta de rendimento por várias razões, mau tempo, paragens biológicas, entre outras.

A atual legislação exige que para aceder ao fundo de pesca seja necessário a apresentação dos seguros obrigatórios por lei. Ora, o que acontece atualmente é que se o armador responsável pela contratação de seguros obrigatórios não os fizer, quem é penalizado ficando sem acesso ao fundo de pesca é o tripulante, é o pescador.

Ou seja, é ele que é penalizado duas vezes. A primeira porque anda no mar, numa profissão que é de alto risco, sem os seguros obrigatórios por lei, estando numa situação de grande fragilidade. Em segundo lugar, é o tripulante, é o trabalhador da pesca que fica sem acesso ao fundo de pesca por essa razão.

Sr. Secretário, o Governo Regional está ou não disponível para alterar a legislação de modo a que a penalização existente no fundo de pesca pela não apresentação dos seguros obrigatórios seja uma penalização feita ao armador e não ao pescador que não tem qualquer responsabilidade na contratação desses seguros, mas sim quem é de facto o empregador e que tem essa obrigação legal? E para além disso, está ou não o Governo Regional disponível para alterar essa legislação de modo a que a Inspeção Regional das Pescas seja de imediato

informada dessa situação que é de elevado risco para quem está na profissão, ou se por outro lado vai o Governo Regional continuar a fechar os olhos a esta situação de grande risco e até de ilegalidade que se passa no setor da pesca?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se há área onde não é muito possível de entrar com esse espírito negativista é exatamente na área de governação do Mar, Ciência e Tecnologia.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Também ficam satisfeitos com qualquer coisa!

O Orador: Parece-me que é perfeitamente claro, depois daquilo que aqui foi dito e daquilo que está plasmado, que este plano vem na sequência do programa de Governo apresentado para 2016 a 2020. Na investigação, desenvolvimento e inovação há um investimento de 14 milhões de euros que representa um aumento de 3,2% que aplicar-se-á pela promoção da internacionalização da investigação, no fomento e cooperação e transferência de conhecimento entre as entidades do sistema científico e tecnológico açoriano, e o tecido socioeconómico, na promoção da educação ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Anúncios e resultados não são a mesma coisa!

O Orador: Oh Sr. Deputado Luís Rendeiro, eu devo-lhe dizer que já é hábito e realmente tem razão quando diz que não se discute nada de novo. Os senhores, o PSD designadamente, é useiro e é vezeiro em utilizar uma atitude negativista, maldizente e vazia de conteúdo. Já estamos habituados a isso.

De tudo e sobre tudo falam mal, criticam por criticar, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Esse discurso já está gasto! E resultados!

O Orador: ... nada de novo apresentam, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está enganado, Sr. Deputado!

O Orador: ... não apresentam uma única ideia, um único contributo para aumentar o bem-estar dos açorianos.

Os senhores já nos habituaram a isso, essa atitude não é nova e tem toda a razão quando diz que não se discute nada de novo.

Vamos continuar a implementar os parques de ciência e tecnologia, é dado o início da execução dos projetos da RIS3 que prevê a obrigatoriedade de contratação de recursos humanos altamente qualificados e doutorados, e não só apenas com bolsa, também com obrigatoriedade de contratá-los; promoção da literacia e da cidadania digitais e desenvolvimento de competências TIC através das iniciativas PRO-TIC.

No setor aeroespacial será feita a requalificação das infraestruturas existentes.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É já a seguir!

O Orador: A construção de novos espaços, o Space Surveillance and Tracking na Terceira, que pelos vistos não é do seu agrado (o que não se compreende), a RAEGE na Ilha das Flores, a instalação de uma nova antena de 15 metros da ESA em Santa Maria, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É como o Air Center!

O Orador: ... a tramitação de terrenos do Aeroporto de Santa Maria para projetos como o Space Rider, a ação com vista à decisão para o desenvolvimento do projeto Spaceport, a participação da Região no Air Centre e no laboratório colaborativo CoLab+Atlantic, a participação em redes europeias como o NEREUS, o Copernicus release ou a participação no Observatório do Atlântico, e no emprego científico.

Sr. Deputado, existem bolsas, do fundo regional da Ciência e Tecnologia são mais 36, existem cinco contratos de prestação de serviço em avenças que representam mais 24 bolsas e há recursos humanos contratados pelos projetos

de investimento e desenvolvimento do plano operacional e pelo MAC Interreg e, portanto, não se percebe muito bem porque é que os senhores insistem, e vou transpor para a música porque se calhar percebe-se melhor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai cantar?!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Parole, parole!

O Orador: Eu transpunha para a música essa vossa atitude, parece que utilizam um estilo minimal repetitivo chato e ainda por cima mal-executado, nós no PS preferimos outra coisa. Preferimos um “estilozinho” rock, mais progressivo, de notinhas afinadas, e se for muito para si, olhe, diria então que era um jazz de fusão onde se interpenetram todos os setores numa evolução crescente e a bem dos nossos Açores e dos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Jaime Vieira, tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Há pouco o Sr. Secretário referiu que nos Açores a nível de rendimentos possivelmente íamos atingir níveis históricos e que iriam reverter para os pescadores açorianos. A nossa questão, e através dos dados dos serviços estatísticos, entre janeiro e outubro, comparando 2017 e 2018, constatamos que

o valor das pescas carregadas nos portos dos Açores foram de 34 milhões em 2018, e 25,6 em 2017.

Até aqui tudo bem, mas porém, se retiramos o valor do pescado do atum, a situação é a seguinte: 23,6 em 2017, e 21,9 em 2018. Ou seja, retirando o atum há uma diminuição de 1,6 milhões de euros.

A minha questão, Sr. Secretário, é se realmente os dados retirados do serviço de estatística correspondem à realidade, e se correspondem, o que é que aconteceu durante um mês, qual foi o milagre para haver este aumento. Os dados que retirámos foi essencialmente dos dados estatísticos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando em novembro de 2017 e aquando da discussão do plano e orçamento para 2018, afirmei em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que também no setor das pescas estaríamos no início de um novo ciclo. Alguns colegas da oposição questionavam e alguns até sorriam: que novo ciclo?

A verdade e os factos são evidentes: um crescimento acentuado nos rendimentos que se traduziu até ao final do mês de outubro último em mais 38,1% do que em 2017 e em mais 53% de rendimento disponível em igual período homólogo de 2016, quer pelo excelente ano registado nas capturas de atum, assim como pela valorização do pescado e do preço médio das espécies destinadas à exportação.

E relembro recentemente a posição do maior partido da oposição quando o setor pesqueiro passou por enormes desafios em 2016. Defendeu e debateu-se pela paragem biológica tentando aproveitar-se politicamente das dificuldades sentidas pelos pescadores açorianos, simplesmente sem rumo e sem rota, lançando engodo em tudo o que era pesqueiro sem ter em conta se a maré vinha de enchente ou de vazante para simplesmente colapsar o setor pesqueiro da Região Autónoma e toda a fileira da pesca.

E para que fique claro, connosco não contam para estas pescarias. É que passado um ano em que o rendimento dos nossos pescadores melhoraram, simplesmente ouvimos o maior partido da oposição pronunciar-se na imprensa regional sobre as manchas de atum não tendo em conta como funciona um código de conduta entre os mestres pescadores de atum e pouco mais disso, significando que quando nas pescas corre bem, não vale a pena falar... ou melhor, politicamente não interessa falar.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Mas o nosso interesse, o interesse deste Governo e deste Grupo Parlamentar, perante as dificuldades e os desafios que o setor atravessa, é prosseguir com a estratégia de encontrarmos as melhores soluções que dignifiquem a classe, quer a nível da estabilidade dos seus rendimentos e simultaneamente da dignificação em estreita parceria com todos os que queiram fazer parte desta solução.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O plano e orçamento para 2019 reveste-se de extrema importância para este setor, não só pelo aumento financeiro em mais quase 13% do que em 2018, mas que se insere em atuais e novos desafios e que passam por consolidar o presente e projetar o futuro, na implantação dos contratos de trabalho para todos os segmentos de frota, na reestruturação da frota pesqueira e no abate a atos de pesca, na escolarização e formação profissional que tem por objetivo a elevação

dos níveis de qualificação, a monitorização contínua e estudos dos recursos marinhos bem como a recolha de dados permitindo uma estreita parceria com os nossos pescadores, tomar as melhores decisões para a sustentabilidade dos recursos, no controlo e inspeção, quer ao nível dos recursos humanos e na videovigilância das áreas restritas às pescas, quer em matéria de segurança e operacionalidade nas infraestruturas portuárias como sejam as obras do porto de pesca do Topo, do núcleo de pescas da Madalena, das casas de peixe e posto de recolha de São Roque, entre outras obras a executar, nas infraestruturas que são fundamentais de apoio à pesca em terra, como sejam as obras de qualificação dos entrepostos frigoríficos das Velas e da Horta.

Contudo, muito tem sido feito, e naturalmente muito ainda há por fazer.

Estamos conscientes de que a atividade da pesca depende de muitos fatores que podem ou não condicionar o rendimento dos pescadores. O setor pesqueiro apresenta novos desafios, desafios esses de extrema importância para os pescadores açorianos e para as próximas eleições, e que se inserem em estabelecer pescarias responsáveis e sustentáveis que garantem um bom estado dos ecossistemas marinhos através da manutenção da qualidade, diversidade e disponibilidade dos recursos marinhos e os habitats, associado à garantia do rendimento sustentável não só para os nossos pescadores, mas como para a fileira da pesca.

É este o nosso compromisso.

Nessa matéria, Sr. Secretário, tinha duas questões para levantar. Primeiro: atendendo à importância das infraestruturas de apoio à pesca em terra nomeadamente ao nível do armazenamento e congelação do pescado, portanto, pretendia a informação para quando é que se prevê as obras de beneficiação e requalificação do entreposto frigorífico da Madalena.

E a segunda, mas também muito importante é: atendendo à importância que o atum patudo tem nos mares dos Açores e o seu valor comercial, pretendia

informação sobre as possibilidades de pesca desta espécie que tem um altíssimo valor comercial para o biénio 2019/2020.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar pelas questões apresentadas pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro, ainda bem que não voltou com o supercomputador, alegra-me que talvez já o tenha convencido que a história do supercomputador...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Não convenceu! Foi de jato!

O Orador: Bom, em relação ao emprego científico, eu julgo que na minha intervenção fui relativamente claro e tive a preocupação de fazer esse levantamento e como lhe disse, para além das 36 bolsas que não podem ser consideradas emprego científico, é formação, mas o levantamento que eu fiz de todos os projetos que estão a decorrer, por exemplo, os de gestão do Fundo Regional de Ciência e Tecnologia dão emprego a cerca de três dezenas de técnicas e investigadores...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Projetos não são empregos!

O Orador: Mas são contratos a termo.

Através dos dois concursos para projetos de investigação no âmbito da RIS3 e também incluindo aqui os Interreg MAC da Universidade temos contratados cerca de 55 técnicos e investigadores, e no âmbito dos projetos de I&D em contexto empresarial que, como eu disse, ainda iremos reforçar para o ano mais

uma linha de financiamento deste tipo de projetos, neste momento são oito investigadores e técnicos, os projetos também não são muitos.

Nós, em termos de investigação e da transferência de conhecimento entre o sistema científico e as empresas, é um objetivo que nós temos e temos aqui a iniciativa Transfer+ que vai permitir aumentar com certeza, e muito, o emprego científico nas empresas e também levar às empresas a inovação que só os recursos qualificados podem introduzir nas empresas, e estamos muito empenhados nessa transformação que pretendemos que ocorra no nosso tecido empresarial.

Quanto aos apoios da tripolaridade, eu não sei se os senhores conhecem o documento que a Universidade apresentou que apontava para 800 mil euros. Muitas daquelas despesas têm a ver com gastos gerais, com gastos normais, da luz, da água, enfim, de passagens, de deslocações entre ilhas, etc., e se nós formos contabilizar aquilo que são os gastos gerais dos projetos que a Universidade dos Açores concorre quase às vezes em exclusivo aos nossos apoios para investigação, nós fizemos um cálculo e posso-lhe dizer que em termos dos gastos gerais que estes projetos proporcionam à Universidade, em média, só à Universidade, são cerca de 600 e poucos mil euros, portanto, contando com o 350 ficamos em média com 600 e tal mil euros de apoios para esse tipo de gastos, contando com a Fundação Gaspar Frutuoso. Acrescenta-se a isto também os projetos que são submetidos via IMAR e que também os gastos gerais contabilizam cerca de mais de 200 e tal mil euros para também esse tipo de gastos.

Portanto, estamos a falar de valores que eu considero bastante bons, digamos assim, para aquilo que são as despesas e gastos gerais e muitas delas cobrem necessariamente qualquer que seja o efeito da tripolaridade.

Quanto aos doutorados no sistema empresarial, portanto, já falei nisso. Isso depende dos promotores, mas temos vários projetos e um deles ainda tive a

oportunidade de visitar no outro dia na Unileite onde estava uma investigadora a trabalhar num processo inovador para produzir um novo produto na Unileite. Queremos replicar esses exemplos e é isso que os nossos programas irão permitir.

Quanto ao Sr. Deputado Bruto da Costa em relação à obra da Marina da Barra, eu tenho a dizer que, para além da obra que está em curso, não está equacionado mais nenhum desenvolvimento neste momento. Posso-lhe dizer que a obra está atrasada, tem uma tecnologia diferente de todas as outras obras que utiliza os *accropodes*, que tem uma exigência especial, e que devido a condições climatéricas a obra tem tido alguns atrasos e também devido a esta questão da tecnologia que é diferente e que exige mais tempo.

Sr. Deputado António Lima, o fundo de pesca é uma medida criada pelo Governo dos Açores há muitos anos e quem tem oportunidade e a competência de alterar o fundo de pesca é precisamente a Assembleia Regional dos Açores. Eu julgo que o Bloco de Esquerda, na última alteração que houve, esteve muito empenhado nalgumas das propostas do atual fundo de pesca e, portanto, naturalmente aí deve ter tido oportunidade de contribuir para...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não alcançou essa!

O Orador: Mas devo-lhe dizer o seguinte: os seguros são obrigatórios, não é o Governo que faz essa fiscalização, a fiscalização é feita pelas autoridades marítimas quando têm o rol de matrícula das embarcações quando elas querem ir para o mar. Portanto, é aqui que tem que se fazer essa fiscalização.

Devo também dizer que a Região apoia precisamente para motivar e para garantir que os pescadores têm seguros, apoia cerca de 200 euros cada pescador por ano para o seguro.

E, portanto, acusar o Governo dos Açores de fechar os olhos a este problema é verdadeiramente injusto porque não é isso que de facto se passa. A preocupação pela segurança, para nós, é muito importante. Aliás, temos feito inúmeras ações

de formação e de sensibilização para essas questões. Portanto, apontarmos esse problema não é justo.

Devo-lhe dizer também que na avaliação que se faz em cada ano do fundo de pesca, nós a única coisa que fazemos é ver se as coisas estavam legais no ano anterior, e se não estiverem legais as autoridades elas próprias atuarão, não é o Governo Regional que tem essas competências.

Dizer também ao Sr. Deputado Jaime Vieira que os seus números provavelmente não coincidem muito com os meus, já não me lembro que período é que escolheu para os números que apresentou...

Deputado Jaime Vieira (PSD): Janeiro e outubro!

O Orador: ..., mas deixe-me dizer-lhe que dos dados estatísticos que temos até agora, nós de facto temos um aumento de cerca de 30% no rendimento global e este rendimento é para todas as famílias açorianas que vivem da pesca, e é um aumento surpreendente e muito bom que felizmente tivemos em 2018.

Em relação à questão do Sr. Deputado Mário Tomé, posso-lhe dizer que o projeto do entreposto frigorífico da Madalena está em fase de finalização e de concretização, e que atendendo à obra que vamos iniciar no entreposto da Horta, as duas vão ter que ser muito bem conciliadas, e está programada para arrancar em 2020.

Quanto às possibilidades de pesca. As possibilidades de pesca como sabem e como é público, na última reunião da ICAT não houve qualquer alteração nos TAC e quotas das espécies de atum, e, portanto, os Açores vão manter a mesma quota que têm até agora. Houve uma novidade e também devido ao empenho que o Governo tem feito na defesa daquilo que são as pescarias mais sustentáveis e mais tradicionais, nomeadamente o salto e vara, os Açores passaram a ter a possibilidade de fazer pesca dirigida ao rabilho, o que é uma espécie de alto valor comercial e nesse sentido é uma excelente notícia para os nossos pescadores do atum.

Também recentemente e também uma excelente notícia para os pescadores açorianos no caso da quota do goraz, que com suporte científico e com argumentação económica e social, conseguimos aumentar a quota em 69 toneladas. Sendo esta uma espécie muito valiosa, vai garantir um acréscimo substancial nos rendimentos dos nossos pescadores a partir de 2019.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente por economia de tempo.

O Sr. Secretário acabou por confirmar todas as dúvidas iniciais, porque de facto contratos a termo são diferentes de estabilidade no emprego (é precariedade), projetos são diferentes de empregos e, por aquilo que nos foi dito, em contexto empresarial há apenas oito investigadores em poucos projetos, sendo que no setor leiteiro há um.

E, portanto, o discurso dos milhões conflitua com o discurso dos resultados, e gostaria de registar aqui que de facto não quis concretizar nem quantificar, nem qual o impacto atual na economia da Região nem quais os objetivos que pretende alcançar.

E para concluir, o Sr. Secretário prefere entrar em conflito com a Universidade dos Açores no que diz respeito ao financiamento da tripolaridade, o PSD quer resolver os problemas do financiamento da tripolaridade.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu fico sempre perplexo com a falta de confiança do PSD, não em si porque isso nós já estamos habituados, mas a falta de confiança em projetos que toda a gente reconhece. Não é nos Açores, é na Europa.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores gostavam que o PSD vos viesse aplaudir!

O Orador: São projetos de grande interesse e relevância. O próprio país, que investe 20 milhões na ESA, tem um retorno de 40 milhões. A própria Região que investiu no segmento terrestre das infraestruturas da ESA em Santa Maria tem lá variadíssimos técnicos do Grupo SEGMA, tem pessoal contratado para a vigilância, tem pessoal contratado para os empregos que lá existem. Olhe até, uma das pessoas que participou num célebre concurso que há todos os anos chamado CanSat já está lá a trabalhar.

Portanto, esta integração é progressiva, mas isto significa que os açorianos e o Governo dos Açores trabalha nesta área com os pés no chão e trabalha nesta área acreditando que isto é um caminho progressivo, mas que está a acontecer, e está a acontecer bem, sustentadamente. Isso é muito diferente de desacreditar em quantos empregos aqui há.

O Governo Regional propicia, e bem, com as suas bolsas, com os seus apoios a projetos esse emprego científico. Agora, não faz sentido, como me parece ser o discurso do PSD, pensar que é este Governo que tem que criar empregos ou uma agência de empregos científicos para ter uma nova função pública paralela às instituições de ensino superior. Isso é que não faz sentido! O que faz sentido é aquilo que é feito neste momento!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tem é de criar condições para os milhões que anuncia!

O Orador: É o apoio a projetos para que o trabalho científico se desenvolva, não é uma nova administração pública nomeadamente em áreas que são da competência do Governo da República. Isso é que é não defender a autonomia!

Deputado João Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Mas para além disso, este Governo Regional apoia e continua a apoiar a Universidade dos Açores como se calhar o Governo da República não pode apoiar todas as outras universidades, e aquilo que eu disse ontem aqui em relação à tripolaridade ainda vou acrescentar mais um ponto hoje. Se cada câmara municipal onde a universidade está sediada fizesse um protocolo, não daqueles a fingir para a fotografia (como nós vemos às vezes em Ponta Delgada), ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É como os senhores fazem!

O Orador: ... os protocolos como deve ser em Ponta Delgada, Angra e Horta no valor de 30 mil euros e se as outras câmaras todas fizessem protocolos no valor de 16 mil euros, isso já ajudava por ano mais 350 mil euros para a tripolaridade dos Açores. Não era um esforço significativo das câmaras, era mais que justo e para além de mais do que justo, contribuía também para o apoio à tripolaridade na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Governo contratou uma universidade estrangeira! Os senhores deviam ter vergonha!

O Orador: É disso que o Governo precisa também, que o PSD pudesse fazer uma resolução ou pelo menos incentivar as suas autarquias para entrar neste processo, porque o resto é a vossa demagogia do costume.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Relativamente, Sr. Secretário Regional, à questão dos rendimentos, era importante e gostaria que esclarecesse se separar o atum, qual é o valor que nós temos?

Isso é extremamente importante porque efetivamente parte deste rendimento que fala, ...

Deputado João Costa (PS): Os bons resultados são para cortar!

O Orador: ... e já foi dito também pelo Presidente da APASA e passo a citar: “A respeito da safra do atum nos Açores e apesar de 2018 ter sido um bom ano, cerca de metade das receitas não ficaram no arquipélago”.

Ora, perante esta situação, Sr. Secretário, era importante separar o atum do resto das espécies.

Mais uma situação, Sr. Secretário, tem a ver com o seguinte. Relativamente à questão ou à falta de mão de obra...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Obrigada, Sra. Presidente.

Relativamente também à questão da mão de obra, existem algumas ilhas, Sr. Secretário, que estão com grande dificuldade de mão de obra.

Deputado Francisco César (PS): Há falta de mão de obra?!

O Orador: Estamos a falar da Ilha do Faial, estamos a falar da Ilha de São Jorge, porque efetivamente na Ilha de São Jorge temos uma questão extremamente importante que é o rejuvenescimento do setor e dos trabalhadores e dos pescadores.

Oh Sr. Francisco, ...

Deputado Francisco César (PS): Não é Sr. Francisco, é Sr. Deputado!

O Orador: ... com licença, preocupa essencialmente à sua bancada e ao seu Governo em resolver os problemas dos açorianos, e preocupar-se menos com o PSD.

Presidente: Srs. Deputados.

O Orador: Isso é que os senhores têm que fazer e deixe o resto da mão! Preocupem-se com os açorianos, é um conselho que eu vos dou!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

O Orador: Relativamente, Sr. Secretário, à questão da mão de obra, uma vez que a mobilidade dos pescadores falhou e o senhor reconheceu essa situação, gostaria de saber como vai o Governo colaborar com a questão da mão de obra que falta em algumas ilhas dos Açores.

E o terceiro aspeto tem a ver com o seguinte: foram aqui prometidas algumas obras que já foram prometidas em 2016, 2017 e 2018. Porque é que agora os açorianos e os pescadores e o setor vão acreditar que estas é que vão ser efetivamente as obras que se vão concretizar?

Muito obrigada.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, da última vez que verifiquei, o Governo tinha iniciativa legislativa por isso o Governo pode obviamente, se quiser, apresentar propostas de alteração aos decretos legislativos regionais, nesse caso o fundo de pescas. Mas por aquilo que já percebi, o Governo Regional acha que não há nada a melhorar, o Partido Socialista parece que vai no mesmo sentido, o Bloco de Esquerda fará esse trabalho, apresentará uma proposta de alteração ao fundo de pesca durante este plenário.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, que visão estratégica tem o Governo para o setor conserveiro da nossa Região? Mais especificamente, o que pretende fazer com Santa Catarina? Sendo uma empresa de referência de produtos de excelência, o PCP sempre tem defendido, defende e continua a defender que Santa Catarina se deve manter no setor público da Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

Eu não diquei este plenário à questão da estatística, mas há aqui algumas questões que têm que ser mencionadas.

Primeiro, colocando de parte a questão do atum, que teve um impacto na ordem das sete mil toneladas correspondendo a 12 milhões de euros, é preciso perceber aqui uma coisa e tenho que transmitir isso ao colega Jaime Vieira.

O que acontece na Região é porque a frota com menos de 14 metros é uma frota multifacetada, isto é, tanto pesca com linhas de mão, desde o salto e vara, e que algumas destas embarcações têm quota do goraz e obviamente estão licenciadas para as capturas dos demersais. Isto significa que se considerarmos de março até setembro, sete ou oito meses de pesca relativamente ao atum, há um esforço menor sobre os demersais.

É preciso referir aqui também que com a implantação da gestão neste novo modelo de gestão veio o facto de permitir uma valorização deste pescado especialmente da espécie goraz. Só um dado muito curioso: tem um impacto brutal na maior comunidade piscatória, que é São Miguel, que é a questão (que não foi mencionada) da lula.

As capturas da lula no ano de 2017 corresponderam a 216 toneladas correspondendo a 1,7 milhões de euros. Só este ano até ao dia de hoje, no caso de São Miguel, já capturou 335 toneladas, correspondendo a 3,3 milhões de euros.

E depois há aqui um pormenor que eu tenho que mencionar. Eu também esperava do meu colega e amigo deputado Jaime Vieira, que viesse falar do excelente trabalho que foi feito, e “muitos parabéns, Sr. Secretário, está neste plano devidamente expresso a formação profissional e a escolarização”.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E eu esperava que falasse nisso porque nós queremos pescadores qualificados, habilitados para...

Deputado Jaime Vieira (PSD): É a vossa obrigação! Não fizeram mais do que a vossa obrigação!

Deputada Mónica Rocha (PS): E a obrigação da junta de freguesia?

Presidente: Srs. Deputados.

Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Quantos mais pescadores qualificados tivermos, com certeza serão mais capacitados para esta atividade e para uma melhor gestão pesqueira.

Depois há aqui outro aspeto que é importante reconhecer, obviamente que cada ilha tem a sua especificidade em matéria de pescas e há algumas ilhas em que têm dificuldades de pescadores, a Região tem uma série de mecanismos e instrumentos que estão ao dispor de quem quer iniciar esta atividade e de facto isso é um desafio que nós temos que ultrapassar.

E depois há aí outra questão importante, que eu esperava também que o Bloco de Esquerda falasse neste assunto e o colega Jaime, que é o mais importante que são os contratos de trabalho, e a este nível uma parte da frota tem contratos de trabalho como é o caso da pesca costeira, e esperamos obviamente que isto seja refletido a todo o segmento da frota promovendo assim um rendimento sustentável quer para os pescadores açorianos e para as suas famílias.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida. Eu faço esta intervenção para, em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Deputado Jaime Vieira, dar-lhe os parabéns pela sua

eleição como Vice-Presidente do PSD, este novo PSD, e dar-lhe os parabéns porque foi preciso termos um novo Vice-Presidente do PSD, neste caso o Deputado Jaime Vieira, para termos finalmente alguém que admita que em muitas das nossas ilhas a economia já está a gerar emprego de tal forma que inclusive já há falta de mão-de-obra para trabalhar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É este o novo ciclo que nós temos falado e foi preciso este novo Vice-Presidente do PSD para vir aqui admitir.

Da nossa parte é verdade, o nosso compromisso neste novo ciclo é exatamente responder a estes desafios. Onde há falta de mão-de-obra, onde a economia gera emprego, nós estarmos aqui para trabalhar, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor fale com os seus colegas do setor! O senhor não percebe nada disso!

O Orador: ... para conseguir resolver estes problemas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jaime Vieira, tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo e Sr. Presidente:

Sr. Francisco, agradeço desde já os parabéns, mas dizer que já tinha dito isso anteriormente. Agora, a sua intervenção demonstra que está a léguas do conhecimento da realidade das pescas nos Açores. Eu tinha vergonha de vir cá dizer aquilo que você disse porque efetivamente...

Deputado Francisco César (PS): O senhor é que disse!

O Orador: Aquilo que eu disse é que existe falta de tripulação para as embarcações em certas de ilhas, e o caso de São Jorge nós temos um problema geracional...

Presidente: Srs. Deputados.

O Orador: Nós temos um problema geracional porque se não for feito qualquer intervenção, as pescas em São Jorge poderão terminar.

Deputado Francisco César (PS): Nós estamos a falar disso há muito tempo!

O Orador: E a outra questão, e eu também toquei nesse assunto porque o ano passado o Governo anuncia com pompa e circunstância a mobilidade de pescadores que resultou em zero!

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jaime Vieira, eu queria dizer-lhe que a questão da mobilidade, o senhor disse agora uma falsidade. A mobilidade já funcionou, ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

O Orador: ... no caso da Graciosa existem casos de sucesso de famílias que já estão perfeitamente integradas, portanto, o que o senhor disse não é verdade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Relativamente à questão dos rendimentos, Sr. Deputado, eu queria-lhe dizer que o senhor devia estar muito satisfeito porque a comunidade piscatória de Rabo de Peixe é essencialmente virada para a pesca, dirigida ao chicharro, e queria-lhe dizer que entre 2013 e 2018, sem contar com os dois últimos meses deste ano, houve uma valorização de 45% e o senhor devia estar satisfeito por isso.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sabe quanto chicharro foi vendido?

O Orador: O que foi dito aqui pelo Sr. Deputado António Lima relativamente ao fundo de pesca: Sr. Deputado, se o senhor não está satisfeito com a legislação em vigor, apresente uma proposta de alteração, e queria dizer-lhe que a atual legislação que está em vigor foi construída com o apoio de todos os partidos desta casa, inclusivamente do Bloco de Esquerda.

Portanto, se alguma coisa está mal o Bloco de Esquerda também teve culpa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É para aprender!

O Orador: E relativamente à maneira como veio aqui falar no fundo de pesca, eu queria dar-lhe os parabéns porque o Bloco de Esquerda neste momento já não está a encarar o fundo de pesca como encarava aqui há uns tempos atrás que era como o décimo terceiro mês.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Muito rapidamente para dizer que a nossa preocupação com o emprego científico é grande e é mesmo por essa razão que nós nos projetos e nas candidaturas de projetos do PO Açores e de todos os outros, do Interreg e etc., nós exigimos que os produtores façam contratos de trabalho com os investigadores que contratam. Portanto, isso é uma prova da nossa preocupação em relação ao emprego científico e que muitas vezes, nos anos anteriores, eram feitos contratos de bolsas e assim dá uma outra estabilidade e outros direitos a quem é investigador e trabalha nesses projetos.

Eu ainda gostaria que o Sr. Deputado Luís Rendeiro me esclarecesse a proposta que pretende apresentar sobre o emprego científico que eu ainda não sei se é com a Universidade, se é no Governo. Eu gostaria de perceber a sua proposta porque não a clarificou aqui.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Emprego científico é muito bom!

O Orador: Em relação ao Sr. Deputado Jaime Vieira, eu julgo que a resposta em relação à estatística já foi dita. Houve um ano muito bom de atum e quando há um ano muito bom de atum ou, por exemplo, da lula, é natural que muitas pescadores se dirijam a essas espécies e não pesquem as outras. Mas pelos meus cálculos estamos sensivelmente ao mesmo nível, cerca de 23 milhões de euros comparativamente com 2017, das restantes espécies.

Em relação à mão-de-obra, posso dizer-lhe que já há de facto duas famílias que utilizaram o mecanismo que nós (nós, Governo Regional) criámos já tendo essa preocupação em mente, da mobilidade de pescadores e de famílias e a mobilidade entre segmentos de frota. No caso da Graciosa temos dois casos de famílias que já se mudaram para a Graciosa, temos apoios à contratação de pescadores para outros segmentos de frota.

Agora, só depende naturalmente dos armadores. Se eles não sentem necessidade de utilizar estes meios que nós pomos à disposição deles é porque se calhar não existe tanta falta de mão-de-obra ou então existe aqui algum mecanismo que nós podemos melhorar e vamos com certeza trabalhar com eles para os podermos melhorar se não estiver a funcionar.

Quanto às obras a concretizar. Sr. Deputado Jaime, não se programam obras como entrepostos ou portos que custam seis milhões de euros se não a vamos concretizar. Isto são fundos comunitários que têm que ser muito bem planeados e tem que haver avisos e candidaturas, e posso garantir-lhe que as obras que eu anunciei aqui vão todas ser concretizadas durante esta legislatura e nos anos que eu referi.

Quanto à questão do Sr. Deputado João Paulo Corvelo, as conserveiras como eu disse e como tive oportunidade de dizer no meu discurso, nós vamos constituir um apoio, estamos em conversações com a indústria conserveira para dar um apoio suplementar a esta indústria, os custos suplementares das conserveiras dos Açores estão estimados em cerca de 411 euros por tonelada. O POSEI, digamos “pescas”, só dá até 240 euros por tonelada quando é atum comunitário, e quando é atum regional dá cerca de 48 euros às conserveiras. Nós o que vamos fazer é com orçamento regional tentar compensar para chegarmos aos custos reais que estão estimados e estão aceites pela Comissão Europeia de 411 euros por tonelada e vamos criar um mecanismo para darmos esse apoio às nossas conserveiras.

Quanto à questão da Santa Catarina, como já foi anunciado, o Governo pretende alienar a Santa Catarina em cerca de 80% e esse processo ainda está em curso e, portanto, é essa a decisão que foi tomada e é isso que vamos tentar fazer, naturalmente se houver privados interessados.

Muito obrigado.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então, antes de iniciarmos as intervenções de tribuna, fazer um intervalo.

Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Vamos então retomar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Vamos então agora iniciar as intervenções de tribuna sobre a temática do Mar, Ciência e Tecnologia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora vamos falar de ciência!

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos anos, os Governos do Partido Socialista têm assumido a aposta nas questões relacionadas com o Mar como um dos principais eixos da sua ação governativa. Este é um importante recurso de que os Açorianos dispõem, é uma fonte de riqueza e um eixo potenciador de um desenvolvimento económico sustentado que continua, por isso, a merecer um estatuto de prioridade para o Partido Socialista.

Foi isso que fizemos quando dotámos - e continuaremos a dotar - as nossas ilhas de melhores portos, melhores infraestruturas e melhores mecanismos legislativos, que beneficiam a atividade dos nossos pescadores, permitindo que

possam desenvolver o seu trabalho, em melhores condições e que daí retirem maiores rendimentos, em benefício das suas famílias e da economia Açoriana.

Foi isso que fizemos quando dotámos - e continuaremos a dotar - as nossas ilhas de melhores infraestruturas portuárias e de novos navios, permitindo assim continuar a operar uma autêntica revolução do transporte marítimo de mercadorias, viaturas e passageiros inter-ilhas. As condições de conforto e de segurança ímpares disponibilizadas, potenciam cada vez mais o mercado interno e as ligações a Portugal Continental, com ganhos de eficiência assinaláveis, que se traduzem em maior mobilidade dos Açorianos e mais economia na Região Autónoma dos Açores.

Investir no Mar dos Açores foi o que fizemos quando foi preciso fazer parte da solução para a construção das novas instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas aqui na cidade da Horta. Acreditámos - e continuamos convictos - que o DOP é um polo de ciência e de investigação de excelência, que o Partido Socialista continuará a apoiar para que a sua missão se cumpra e para que o trabalho desenvolvido até aqui, tenha continuidade. Com novas condições que o queremos dotar, podemos ir mais além nesta área, que é um pilar fundamental na estratégia regional que é o Mar dos Açores.

Num contexto de alterações climáticas, em que as regiões arquipelágicas como a nossa são mais vulneráveis a fenómenos meteorológicos extremos, o PS destinou recursos à proteção da orla costeira, considerando ser fundamental o investimento nesta vertente, dando prioridade às zonas onde possam estar em risco pessoas e bens.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista tem um património inquestionável de políticas direcionadas para este setor. E, é com base nesse património que continuaremos, em 2019, a trabalhar para alcançar objetivos.

Estamos empenhados na afirmação dos poderes sobre o nosso território espelhado na anteproposta de alteração apresentada pelo Governo dos Açores, à Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional, com vista a garantir à Região aquilo que julgamos ser de elementar justiça: conferir aos Açorianos os poderes decisórios e vinculativos sobre a utilização do nosso mar.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O que está em causa é os Açores decidirem sobre a utilização do seu espaço marítimo e esse é um desígnio do qual o Partido Socialista não abdica, em respeito pela configuração institucional da Autonomia e preservando os poderes da Região em matéria de preservação, planeamento e exploração dos recursos marinhos.

Continuaremos, igualmente, a perseguir o objetivo da qualificação e valorização das profissões ligadas ao Mar. Consideramos que estes são fatores decisivos para a competitividade e criação de emprego e que podem ser alcançados através de protocolos de cooperação entre a administração regional e estruturas de apoio à investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico, direcionadas para as Ciências do Mar. Para além do apoio à decisão no âmbito das políticas públicas nos setores da pesca e da aquacultura, estas iniciativas ajudam na defesa dos propósitos e especificidades da Região a nível nacional e internacional.

A Escola do Mar dos Açores, representativa de um investimento de 7 milhões de euros e cuja entrada em funcionamento acontecerá em 2019, constituirá uma infraestrutura única na Região e no país. Este investimento permitirá capitalizar a ilha do Faial e a Região Autónoma dos Açores no contexto da formação de elevada qualidade nas questões ligadas ao mar, atraindo muitos jovens, Açorianos e não só, a este polo gerador de economia e conhecimento.

A Escola do Mar dos Açores, a par da instalação do Observatório do Atlântico, é bem reveladora da aposta que o Governo da República e dos Açores, fazem na área da Economia do Mar, da investigação científica marinha e do papel central que os Açores têm nesta vertente.

São infraestruturas singulares na Região e no País, com projeção internacional e que esperamos que possam fixar recursos humanos qualificados, permitindo o desenvolvimento de áreas ligadas à investigação dos oceanos – áreas essas em que a Região tem competência para se afirmar e destacar.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista está pois convicto de que o caminho que temos trilhado é aquele que melhor responde às aspirações dos Açorianos, mas está igualmente convicto que ainda há muito a fazer. O Mar dos Açores e o potencial económico que dele podemos retirar deve merecer o envolvimento de todos para que a nossa capacidade de atuação e de intervenção seja tanta, como tanto é o nosso Mar.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Passamos agora à próxima intervenção de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O plano e orçamento que hoje estamos a analisar, demonstra que o setor das pescas continua a não ter a atenção e o valor que merece.

As medidas propostas não vão potenciar o crescimento nem dignificar a profissão de pescador na nossa Região. Num setor que se encontra em crise com os mesmos problemas, o que faz este Governo? Apresenta a esta Assembleia as mesmas medidas que levaram o setor a este estado de letargia preocupante.

É verdade, e o PSD também reconhece que no ano de 2018 o setor deu um passo importante a nível da regularização das relações laborais. Referimo-nos à implementação da convenção coletiva de trabalho levada a cabo pela Federação das Pescas.

Deputado José San-Bento (PS): Acabou de se contradizer!

O Orador: Tratou-se, sem dúvida, de uma mais-valia para o setor, que aplaudimos.

No entanto, a nível de infraestruturas e equipamentos portuários, o Governo Regional tem deixado ao abandono e ao esquecimento vários portos dos Açores. No setor da transformação e comercialização, as empresas do setor ainda resistem, vivem com grandes dificuldades, sendo que no que diz respeito à comercialização a promessa do avião cargueiro passou de pretensão a uma simples miragem.

Este plano e este orçamento não vêm ao encontro das necessidades dos pescadores e da pesca. O fundo de pesca não oferece uma resposta justa, célere e clara às pretensões dos pescadores quando estes mais precisam. Atribuir o apoio do fundo de pesca aos pescadores quando o inverno já terminou, é um absurdo. Atribuir o apoio dos pescadores do fundo de pesca só a quem tem seguro é injusto, mas, entretanto, temos plena consciência de que há necessidade de reforçar o apoio aos pescadores e, portanto, iremos apresentar uma proposta de reforço das verbas destinadas ao fundo de pesca.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A nível de recuperação de embarcações de madeira, se o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas não dá resposta, então é necessário encontrar uma solução.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A Região tem que defender junto da República, e especialmente da União Europeia a especificidade da nossa pesca, especialmente a do atum. É urgente recuperar o estaleiro da Madalena para que a nossa frota atuneira possa estar no inverno nos Açores a dinamizar a nossa economia em vez de dinamizar a da Madeira.

Deputado José San-Bento (PS): A Madeira?! Não percebi agora!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os dados relativos às capturas do pescado nos Açores nos três primeiros trimestres de 2018 indicam que comparativamente a igual período de 2017, há uma significativa melhoria, tanto em volume como em valor, e isto deve-se ao bom ano de captação do atum.

Quanto à pesca local e costeira, os dados não são bons. Este ano de 2018 dá continuidade aos baixos rendimentos dos pescadores, tal como em 2016 e 2017 que foram anos muito maus. A redução do apoio do fundo de pesca, que serve para colmatar a falta de rendimento dos pescadores, só poderá ter um significado: um voltar de costas ao Governo, aos que mais necessitam, obrigando-os a socorrerem-se do rendimento social de inserção.

Quando vai chegar o dia em que os pescadores vivem dias condignos, fruto do seu trabalho, sem ter que recorrer aos apoios sociais?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este Governo Regional Socialista deixou de ter ambição. Este Governo desistiu de encontrar soluções para os problemas que afetam os pescadores açorianos. Este Governo deixou ao abandono os pescadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Um Governo com ambição e competência não deixa as embarcações dos pescadores varados vários anos sem motor. Um Governo ambicioso e competente não deixa ao abandono as embarcações de madeira, ajuda sim a recuperá-las.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Um Governo com ambição e competente faz tudo, mas tudo, para que os pescadores tenham as melhores condições de trabalho nos diversos portos da Região.

Um Governo ambicioso e competente luta para que os pescadores e as suas famílias tenham rendimentos de trabalho que permitam viver de forma condigna.

Não! Este Governo não é o que os pescadores açorianos necessitam e merecem.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não pesca nada!

O Orador: Vamos continuar a nossa luta em prol dos pescadores dos Açores aqui nesta Casa da autonomia e em todos os outros patamares de decisão nacionais e europeus.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida para dizer o seguinte: há quase dois anos que a grua do porto da Casa não funciona. O Governo tem avançado com datas sucessivas e depois avança com diversos azares, azares que são um grande conjunto de incompetência e negligência.

Eu considero que este é um assunto da maior importância, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas não foi o Sr. Secretário que acabou de falar!

O Orador: ... é um assunto em que o Governo tem que dar respostas às pessoas. Estar dois anos à espera que se instale uma grua no porto da Casa é uma coisa impensável! E depois o senhor chega aqui e ainda me vem falar em satélites e não sei quantos! O senhor em dois anos não consegue instalar uma grua no porto da Casa!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Mesa não pode deixar de lembrar que naturalmente nós agora estamos no âmbito das intervenções de tribuna, e, portanto, os esclarecimentos têm que ser pedidos é a quem faz a sua intervenção, porque o período de esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional terminou já há pouco.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, este registo tem que ficar feito porque...

(Aparte inaudível)

Pode, se o debate sobre a matéria em causa for feito.

O que o senhor acabou de fazer foi uma pergunta que por lapso seu devia ter sido feito no momento em que o Sr. Secretário Regional interveio.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi uma observação!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, só para deixar claro à câmara que naturalmente no âmbito do plano e orçamento a Mesa dá alguma latitude e permite que hajam as chamadas intervenções de ilha, aliás, ainda ontem falámos nisto, mas também nós não podemos desvirtuar aquele que é o esquema que há anos é feito desta forma e que é debatido na conferência de líderes.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, essa pergunta devia ter sido colocada ao Sr. Secretário Regional no final da sua intervenção.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, penso que é para uma interpelação à Mesa.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para já devo felicitar vossa excelência pela forma extraordinária como tem conduzido os trabalhos deste plenário. Eu quando considero que é justo, é assim que lhe devo dizer.

Considero que em relação à sua intervenção, vossa excelência tem razão na substância, mas também quero aqui recordar que nada impede neste momento do debate que o Governo possa participar no debate e em relação às diferentes questões que vão sendo colocadas por diversos deputados, como aliás aconteceu, mesmo ontem, em relação às intervenções do Sr. Presidente do Governo Regional que aqui até colocou questões à bancada do Partido Social Democrata sobre notícias que saíram na comunicação social.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, obrigado pelo seu elogio. Vindo de si, de facto, eu tenho que considerar um elogio, mas dizer-lhe que as intervenções que sucederam ontem foram no âmbito do debate que estava a ser levado a cabo pela intervenção que tinha sido antecedida.

Portanto, foi só esse reparo que quis fazer, em momento algum o impedi de falar, mas penso que também, como alerta para as futuras intervenções, penso

que a forma como nós dividimos o nosso trabalho, até é bom que estejamos todos em sintonia para também facilitar os trabalhos da Mesa.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Julgo não haver.

Vamos passar então à última intervenção sobre esta matéria. Tem a palavra...

Sr. Deputado André Bradford, peço desculpa. Pede a palavra para? Uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para transmitir à Mesa e à Sra. Presidente em particular o meu agradecimento por terem feito a transcrição que eu solicitei ontem das declarações minhas e do Sr. Deputado Paulo Estêvão com a rapidez que o assunto exigia, e para também transmitir à Sra. Presidente que fica evidente através dessa transcrição que o que se passou aqui ontem foi a utilização de um pretexto para fins que não têm nada a ver com o debate que nós tivemos.

O que eu disse foi que somos todos deputados eleitos pelos açorianos, embora não tenhamos sido todos eleitos com a mesma percentagem. Os nossos partidos não tiveram todos a mesma percentagem de voto. Temos legitimidade equiparada, foi o que disse.

E, portanto, isso ninguém pode desmentir, está claro no papel que nos foi entregue.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que também para uma interpelação à Mesa.

Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para dizer o seguinte: o conjunto do texto (eu também já o tenho) indicia claramente aquilo que eu disse e afirmei ontem. Ou seja, Sra. Presidente, a interpretação que eu faço e qualquer outra pessoa de boa fé faz, sobre o que lá está escrito é que o Sr. Deputado... aliás, nem foi a primeira vez que a Bancada Parlamentar do PS me dirigiu dessa forma, inclusivamente num outro episódio que já ocorreu na CEVERA em que se tenta diminuir a dignidade dos deputados eleitos com menos votos nas ilhas mais pequenas.

Foi isso que o Sr. Deputado ontem quis dizer e foi isso que já por várias vezes a Bancada Parlamentar do Partido Socialista fez. Ou seja, tentar diminuir a dignidade, a representatividade, dos deputados que são eleitos nas ilhas de menor dimensão. Se são eleitos nas ilhas de menor dimensão, são eleitos com menos votos. Mas este é um sistema representativo, ...

Deputado André Bradford (PS): Eu falei dos partidos a nível regional!

O Orador: ... e termino Sra. Presidente, e os fundadores da autonomia dos Açores decidiram que neste Parlamento estariam representadas todas as ilhas dos Açores!

Deputado André Bradford (PS): E com razão!

O Orador: E, portanto, eu não posso admitir, dentro do quadro legal, que o Partido Socialista possa diminuir...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, está no âmbito da interpelação à Mesa e não a interpelar outras bancadas.

O Orador: ... a minha dignidade enquanto deputado, ou a dignidade de qualquer outro deputado que aqui está sentado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão feitos os esclarecimentos.

Agora sim, Sr. Deputado José Ávila para a sua intervenção.

Tem a palavra.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pesca remonta aos descobrimentos das ilhas, constituindo-se, desde esse tempo, um modo de vida para uma parte da população Açoriana, exercida de forma artesanal.

Mas, mesmo assim, tem havido, ao longo dos tempos, oscilações na abundância de pescado, muito à conta das diversas espécies de atuns, essencialmente migradores, oscilações essas que também coincidiram, mais recentemente, com a redução das possibilidades de pesca noutras espécies que são muito valorizadas nos nossos mercados tradicionais.

Estas variações das capturas, sempre que representaram uma quebra de rendimentos, foram utilizadas como arma de arremesso político e tentativas de instrumentalização de uma classe que felizmente não se deixou intimidar e disse ‘não’ às soluções fáceis, apresentadas, quer por cartas dirigidas aos pescadores, quer em declarações públicas e publicadas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso queremos relevar a coragem dos pescadores pelo facto de resistirem a promessas que, para além de serem uma mão cheia de nada, poderiam pôr em causa o futuro desta importante atividade.

Ao invés desta correria por um punhado de votos, o Governo dos Açores, em parceria com os profissionais da pesca, implementou políticas direcionadas para a preservação dos recursos e a dignificação da profissão, que, conjugadas, contribuem para a melhoria dos rendimentos dos seus profissionais.

É o caso de estratégias para o sector vertidas no documento “Melhor Pesca, Mais Rendimento”, apresentado em 2015, com 22 medidas previstas, já praticamente executadas, apesar de ainda faltarem 2 anos para o limite temporal previsto no seu início.

É o caso também do “Plano de Reestruturação do Setor das Pescas dos Açores”, cuja execução está em curso, que assenta, essencialmente, no reajustamento da frota e do esforço de pesca, a mobilidade de pescadores e de comunidades piscatórias com excesso de profissionais para outros com défice, a gestão dos recursos e controlo e fiscalização da atividade.

Por outro lado, o Governo está a desenvolver um intenso programa de formação, nomeadamente cursos de Condução de Motores, Pescador, Arrais de Pesca e Arrais de Pesca Local, envolvendo mais de 500 pescadores, até ao final do corrente ano, facultando-lhes as competências para o exercício da sua profissão.

Estão ainda previstos cursos sobre Segurança e Sobrevivência no Mar, Comunicações, Gestão de Embarcações de Pesca e Manuseamento e Conservação de Pescado.

Paralelamente, também o Governo tem organizado cursos de sensibilização em áreas importantes, como Primeiros Socorros, Combate a Incêndios e Apanha Sustentável de Algas.

Sendo o ensino Primário e Secundário pilares essenciais para garantir oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, o Governo dispôs-se a dotar os pescadores com a escolaridade mínima e assim poderem ter acesso à profissão, sem qualquer constrangimento.

Para nós, esta é, para além de uma necessidade que reconhecemos, uma prioridade que acarinhamos.

Os cursos de escolarização, nomeadamente a 4ª classe, 6º ano e 9º ano, já abrangeram, dentro da comunidade piscatória, mais de uma centena de formandos, valor que dá nota da sua importância.

Em comunidades piscatórias com necessidades especiais nesta área, foi lançado ainda um programa informal de Apoio Escolar a crianças filhas dos pescadores em colaboração com algumas Associações do setor.

Para além da aquisição de competências, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem acompanhado, com toda a atenção, a evolução dos rendimentos da pesca e, sobretudo, a sua distribuição, que se quer mais equitativa.

O acordo relativamente à Convenção Coletiva de Trabalho, alcançado em abril passado entre o Governo dos Açores, e aqui repito, Sr. Deputado Jaime Vieira, entre o Governo dos Açores porque o senhor omitiu este facto, a Federação das Pescas dos Açores, o Sindicato Livre dos Pescadores, Marítimos e Profissionais Afins dos Açores e o Sindicato dos Pescadores da Ilha Terceira, constitui um marco histórico porque, quando implementado, irá regular as relações entre os profissionais e os armadores, contribuir para a melhoria dos rendimentos e, sobretudo, vai introduzir uma maior justiça na repartição do rendimento e, por fim, possibilitar o acesso dos profissionais da pesca a todas as regalias sociais.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Todas estas políticas têm o objetivo de incrementar o rendimento, mas é importante e, diga-se com todo o rigor, é obrigatório continuar a diversificar, daí as apostas na transformação, na aquacultura e na pesca de turismo, novas atividades que representam, também, novas oportunidades para esta fileira.

A fileira do atum emprega cerca de 900 pessoas, labora anualmente 20 mil toneladas de pescado e tem a capacidade de inovar, lançando novos produtos que levam a imagem dos Açores até aos mercados internacionais mais exigentes.

Já existem várias experiências de pequenas unidades de transformação de pescado, nomeadamente de secagem e filetagem, produtos com boa aceitação no mercado.

Relativamente à aquacultura, já estão em fase de exploração pelo menos três investimentos, que serão multiplicados em breve e constituirão, com toda a certeza, mais-valias para o setor.

Os resultados do intenso trabalho que este Governo vem desenvolvendo neste setor, já tem dado os seus frutos.

Veja-se o aumento da quota do goraz, aprovada recentemente, que não é mais do que o reconhecimento pela qualidade das políticas de gestão da atual quota e da recuperação da espécie, continuando a Região a gerir este importante recurso, como sempre defendemos, apesar de alguns dos que aqui estão terem defendido outro caminho, caminho esse que nos retirava irremediavelmente esta capacidade.

Veja-se a possibilidade de podermos exercer pesca dirigida ao atum rabilho atribuída aos Açores, espécie de grande valor, por terem vingado os argumentos apresentados pela Região, nomeadamente pelo facto deste tipo de pesca ser exercida de forma artesanal.

Veja-se a valorização de algumas espécies, como o chicharro, a lula ou o goraz, que já valem, em relação ao ano passado, mais 45,1%, 45,2% e 2,2%, respetivamente.

Veja-se a recuperação de 33,3% do rendimento e 85,2% das capturas relativamente a 2016, não contando com os dois últimos meses deste ano.

Veja-se o início do processo de venda direta do pescado pelos armadores diretamente ao consumidor, que poderá ajudar muitas famílias de pescadores.

Sras. e Srs. Deputados:

Lamentamos que o PSD venha aqui defender o exercício da atividade sem seguro. É lamentável e é também uma irresponsabilidade.

A desvalorização feita pelo PSD ao Fundo de Pesca é um atestado de competência a vários deputados desta casa, de vários partidos que construíram esta legislação, onde se inclui o Sr. Deputado Luís Garcia.

O caminho faz-se caminhando e a dotação de 31 milhões de euros previstas para o investimento em 2019 nas pescas é mais um contributo para fortalecer este importante pilar da economia da Região.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez, no passado, das dificuldades a sua motivação para ajudar a resolver os problemas do setor.

Hoje estamos mais confiantes de que este setor tem futuro e certos que o trabalho desenvolvido até aqui trouxe resultados positivos, mas estamos conscientes dos novos desafios que ainda hão de surgir, pese embora possamos, aqui e agora, garantir aos pescadores e a todos os trabalhadores desta fileira que podem contar connosco porque jamais viraremos a cara à luta.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos. Passamos agora para a área dos Transportes e Obras Públicas.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, caros colegas Membros do Governo:

A proposta de plano para 2019 para a área dos Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas contempla um investimento público que ascende a cerca de 150 milhões de euros, sendo a área dos transportes responsável por cerca de 88 milhões, as obras públicas 51 milhões, as infraestruturas tecnológicas cerca de oito milhões.

Na área dos transportes, os investimentos que têm vindo a ser realizados têm subjacente a noção bem presente de que o nível de acessibilidade para os açorianos atenta a sua localização geográfica a 1500 km de Portugal Continental, a dimensão do território e a dispersão das ilhas que se estendem por 600 km no meio do atlântico, é crucial para a mobilidade como catalisador do desenvolvimento socioeconómico, bem-estar social e da coesão territorial.

Como resultado dessa política de investimentos públicos, nunca é demais lembrar que nas nove ilhas da Região Autónoma dos Açores existem 13 portos comerciais e novos aeroportos ou aeródromos. O transporte aéreo continua a ser aquele que garante com maior celeridade a mobilidade de população residente e não só, entre as ilhas e destas para outros destinos.

Ciente desta importância vital, continuamos a concretizar um conjunto de intervenções nas infraestruturas aeroportuárias regionais como forma de reforçar a conectividade externa da Região Autónoma dos Açores.

Para aqueles que nos acusam de nada fazer, mencionava investimentos e resultados tão importantes concluídos já nesta legislatura, como o ILS no Aeroporto do Pico ou o sistema de *grooving*, a certificação da infraestrutura aeronáutica da base aérea n.º 4 para utilização permanente pela utilização civil, o projeto RISE na Horta, para além do financiamento dos contratos de concessão de exploração dos aeródromos e do serviço público de transporte aéreo inter-ilhas.

Assumimos ainda a defesa intransigente das obrigações de serviço público que garantem as ligações aéreas regulares de carga e passageiros entre os Açores, o Continente e a Madeira.

De entre as ações a realizar em 2019 destaco ainda a prossecução da melhoria da operacionalidade e segurança das infraestruturas aeronáuticas de que são exemplo a construção do novo terminal de carga da Aerogare Civil das Lajes;

outras intervenções na aerogare das Lajes como reparação da cobertura metálica, aquisição de um detetor de vestígios de explosivos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa bem que precisa!

A Oradora: ... e de um sistema automático de rastreio de bagagem de porão; a requalificação e ampliação da aerogare da Graciosa, bem como a construção de reservatórios de água para o reforço do abastecimento do Aeródromo da Graciosa e também do de São Jorge; o desenvolvimento do projeto e lançamento do concurso da empreitada de ampliação da aerogare do Corvo e do edifício para o serviço de salvamento e luta contra incêndios; a aquisição de viaturas de combate a incêndios para os aeródromos da Graciosa, São Jorge e Aeroporto do Pico; a realização de um aumento de capital na SATA Air Açores integrado no plano de reestruturação do setor público empresarial regional e associado ao processo de reorganização do Grupo SATA.

Na área dos transportes marítimos, o Governo dos Açores tem vindo a melhorar os níveis de operacionalidade e segurança do sistema portuário regional e a aumentar os seus índices de produtividade e competitividade das infraestruturas. Prova disso é que nesta legislatura temos obra iniciada ou concluída num valor global superior a 50 milhões de euros, nomeadamente nos portos de Ponta Delgada, Velas, Calheta, São Jorge, Madalena, Poças (nas Flores) e Casa (no Corvo).

Iremos em 2019 prosseguir com o serviço de transporte de passageiros e viaturas inter-ilhas, iniciar a construção de um navio adequado à prestação de um serviço regular de ano inteiro e de qualidade entre os três grupos das nossas ilhas, investir no reordenamento e na dinamização dos portos comerciais, diversificando o seu potencial económico, a sua sustentabilidade, pela influência que têm na competitividade e desenvolvimento socioeconómico da Região.

Concretizam este objetivo a conclusão da obra do Porto da Madalena na sequência do temporal de fevereiro de 2017, a continuidade do porto das Poças nas Flores, a obra de reperfilamento do Cais -10 e repavimentação do terraplano do porto de Ponta Delgada. De igual modo, lançaremos concursos para a obra de requalificação das oficinas, do armazém e do edifício das operações portuários no porto da Praia da Vitória, a reparação da cobertura da Gare Marítima do porto de Vila do Porto, e para reforço do banco de proteção do molhe da Marina de Vila do Porto, assim como a reabilitação do núcleo de recreio náutico das Lajes das Flores.

Em 2019 serão concluídos os projetos de requalificação dos portos da Horta e Pipas, e procederemos ao lançamento dos procedimentos conducentes à modernização do sistema portuário regional através de um projeto de renovação do parque de máquinas e equipamentos dos portos dos Açores nos anos de 2019/2021, direcionado para o aumento dos níveis de produtividade e segurança operacional dos portos comerciais da Região e que está orçada em cerca de 10 milhões de euros.

Pretende-se também reforçar a ligação dos portos comerciais dos Açores ao Continente Europeu, aos vizinhos e ao resto do mundo, procurando mobilizar financiamentos públicos e privados adicionais, designadamente no âmbito do processo de discussão pública da coesão pós 2020 e por via da afirmação do potencial de alguns portos regionais, cujo caso mais imediato é o relativo à atribuição da concessão do terminal de *transshipment* de contentores do porto da Praia da Vitória.

Na área dos transportes terrestres, pretende-se continuar a assegurar os serviços de transporte regular coletivo de passageiros, o sistema de passe social que desde 01 de março de 2018 passou a abranger as ilhas de Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Faial, Pico e Flores, e realizar as campanhas de prevenção e segurança rodoviária.

No âmbito das obrigações contratuais dos novos contratos de prestação de serviços de transporte terrestre coletivo, a lançar até aos finais de 2019, será também definido um novo sistema de bilhética ao qual estará associado um sistema informático de obtenção e gestão da informação que servirá de suporte a iniciativas futuras centradas na necessidade dos utilizadores do sistema de transporte público terrestre coletivo de passageiros.

Para as ações de dinamização dos transportes que abrangem o plano integrado de transportes e os sistemas de apoio à monitorização nos portos, está inscrita uma dotação orçamental de cerca de 900 mil euros direcionada para ações de sistematização da informação sobre horários e tarifários dos diferentes sistemas de transporte e de partilha dessa informação em tempo real aos seus utilizadores.

Quero ainda destacar a despesa orçamental inscrita para a promoção da coesão territorial no montante de cerca de 3,8 milhões de euros, destinado ao fundo regional de coesão, tendo em vista apoiar ou regular abastecimento de bens essenciais às populações das diversas ilhas, nomeadamente combustíveis, açúcar, farinha, cimento e transporte de carga gerada na Região com destino ao Corvo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, caros colegas do Governo:

Nas obras públicas, na presente legislatura, deu-se já cumprimento a vários compromissos assumidos pelo Governo dos Açores em matéria de requalificação e beneficiação da rede viária regional através de empreitadas inscritas nos circuitos logísticos terrestres com mais de 11 milhões de euros de investimentos concluídos nos últimos dois anos nas nove ilhas e que permitem obter nesta altura uma taxa de execução de cerca de 90%, sempre com o propósito de reforçar as condições de segurança e conforto de mobilidade de todos os açorianos, assim como de quem nos visita.

Continuando o trabalho desenvolvido até agora, em 2019 será assegurada a execução de medidas como a promoção e reabilitação de edifícios públicos, espaços, equipamentos e vias de comunicação de forma a garantir um maior tempo de vida útil; garantia da qualidade arquitetónica e paisagística pelas quais os espaços e as vias públicas regionais se devem pautar, como forma de promover a notoriedade dos Açores em termos ambientais, paisagísticos e turísticos; reforço de parcerias com câmaras municipais, juntas de freguesia e outras instituições por forma a qualificar e manter os espaços e infraestruturas públicas que sirvam a comunidade; uniformização dos procedimentos de planeamento de contratação, gestão e execução de todos os investimentos em obras públicas promovidas pelo Governo dos Açores sujeitos a concurso público, estando já desenvolvida e em funcionamento a plataforma da contratação pública com vista a privilegiar a comunicação por via digital entre o setor público e privado; e criação de um centro de competências em matéria de contratação pública no âmbito das obras públicas que coordena em articulação com os vários departamentos do Governo Regional dos Açores, todas as fases decorrentes de uma empreitada de obras públicas, desde a fase do projeto, fase de formação do contrato e da execução dos contratos a celebrar pelas entidades adjudicantes do Governo Regional dos Açores.

Cumpra-se assim o objetivo de otimização e rentabilização dos recursos técnicos existentes, mas também a transparência e rigor através da uniformização dos procedimentos de planeamento, contratação e gestão e execução de todos os investimentos em obras públicas promovidos pelo Governo dos Açores que estão sujeitos ao procedimento de concurso público.

De entre as principais obras públicas a realizar em 2019 saliento a conclusão da obra de acesso ao porto de Vila Franca do Campo; o desenvolvimento do projeto para acesso entre as Furnas e a Povoação; a reabilitação de estradas regionais num valor de 10 milhões de euros abrangendo um conjunto vasto de

intervenções; a integração paisagística das zonas adjacentes às estradas regionais, abrangendo diversas intervenções em termos de oferta de zonas de recreio e de lazer em todas as nove ilhas enquadrados no programa regional dos roteiros dos miradouros; a requalificação de edifícios públicos e a cooperação com diversas entidades, totalizando um encargo orçamental estimado de 3.5 milhões de euros.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas do Governo:

Na área das comunicações, fruto do trabalho do Governo dos Açores, realizado nos últimos dois anos junto da ANACOM e do Governo da República, foi possível verificar-se uma redução adicional de 10% do tarifário dos circuitos por cabo submarino, assim como ver salvaguardado no orçamento de estado para 2019 as ações necessárias para dar início ao processo de substituição dos cabos que ligam o Continente aos Açores.

Continuaremos a acompanhar de perto esta matéria, trabalhando e fazendo o que for necessário e o que estiver ao nosso alcance para que este processo continue a ser desenvolvido.

Na área das infraestruturas tecnológicas, responsável, conforme referi, pela inscrição de uma despesa na ordem dos 8 milhões, estão abrangidas ações relacionadas com as tecnologias de informação e comunicação, os sistemas de informação e comunicação, e o laboratório regional de engenharia civil.

De entre as principais ações a realizar neste domínio em 2019, destaco a racionalização das infraestruturas tecnológicas e comunicações da administração pública regional, a implementação de sistemas de segurança de dados e informação, a promoção da utilização de software *open source* nos sistemas de informação da administração pública regional, a plataforma de computação e suporte de dados do Governo Regional dos Açores, a plataforma de contratação pública eletrónica, o financiamento de projetos no laboratório

regional de engenharia civil que desempenha uma importantíssima função de apoio às necessidades de atualização do conhecimento e de inovação ao nível da engenharia civil na Região, e da utilização de recursos endógenos num permanente ajustamento às carências das empresas e dos profissionais do setor.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, caros colegas do Governo:

É por tudo isto, por este conjunto de investimentos programados, por um transporte aéreo cada vez mais exigente e complexo, mas também cada vez mais importante para o nosso desenvolvimento, é por um transporte marítimo regular de passageiros e mercadorias moderno com cada vez maior nível de eficiência e eficácia, com um setor de transportes terrestres promotor de maior e mais abrangente conectividade, obras públicas e comunicações que continuem a dar resposta às necessidades da nossa população, que continuaremos este caminho juntos com os açorianos a contribuir e a acompanhar esta nova dinâmica da nossa economia, nunca abdicando da coesão regional, a trabalhar para o desenvolvimento harmonioso dos Açores.

É esta a nossa missão, é este o nosso objetivo e é esta a nossa proposta de ação pelos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa já tem algumas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sra. Secretária:

Este humilde deputado da Ilha do Corvo tinha tantas questões para lhe colocar, mas não é possível, são as nossas regras democráticas.

Devo dizer-lhe, portanto, o seguinte: a Ilha do Corvo é a única ilha que não tem ligações aéreas diárias, só tem, durante o inverno apenas três ligações aéreas por semana. O que lhe quero dizer é que esta é uma situação que está obviamente a prejudicar gravemente a Ilha do Corvo e isso significa uma desigualdade tremenda para a mobilidade da população da Ilha do Corvo.

E veja bem que os resultados, comparando, por exemplo no verão IATA entre 2017 e 2018, a Ilha do Corvo foi a que mais cresceu no arquipélago do ponto de vista percentual, 17%. E veja bem, até em termos absolutos cresceu mais do que a Graciosa, teve um aumento de 880 passageiros.

E, portanto, o que eu lhe quero dizer, Sra. Secretária, é que o desenvolvimento da Ilha do Corvo não pode continuar a estar condicionado com regras injustas, e o que lhe pergunto é se o número de ligações, que como se vê, é mais do que justo e é fundamental para o desenvolvimento da Ilha do Corvo, se o número de ligações aéreas da Ilha do Corvo durante o inverno IATA poderá aumentar. Qual é a perspetiva do Governo Regional em relação a esta matéria?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, anunciou daquela tribuna a requalificação da aerogare da Graciosa e beneficiação, e investimentos no abastecimento de água. Eu queria dizer-lhe que estranhei a designação porque o que estava apresentado na Graciosa era uma nova aerogare e demolição da atual, com um projeto novo

que foi apresentado, com aqueles croquis todos, etc., mas para o PSD sabemos que esse é um processo que ainda vai levar o seu tempo, estava anunciado até com três milhões e 800 mil e os senhores só inscreveram, para além da aerogare, ainda para uma viatura de combate a incêndios, e depois esses investimentos na água e eventualmente na vedação, apenas três milhões e 100. Sabemos que esse processo se vai prolongar ao longo do ano, mas para nós o que é essencial, mas é mesmo fundamental para a Ilha Graciosa em termos da sua mobilidade e da utilização daquela aerogare é iluminação e a certificação para os voos noturnos e é nesse sentido que desafiamos e vamos apresentar uma proposta para que isso seja de facto a grande prioridade para o próximo ano para a Ilha Graciosa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

Eu vou-lhe falar de um assunto que me é bastante caro, e reconheço que talvez não receba se calhar semelhante importância por parte de outros grupos parlamentares, que tem a ver com o transporte coletivo terrestre.

Ora, a Sra. Secretária anunciou tanto agora na sua intervenção de tribuna, como também nas audições que tive ocasião de assistir e até tive ocasião também de lhe questionar sobre esta matéria, falou, e até bem, de algumas introduções que serão feitas nesta modalidade de transporte para o próximo ano. No entanto, consideramos que é essencial, e não é só o Bloco de Esquerda, todos os inquiridos à mobilidade do país e todos os estudos (mesmo internacionais)

também indicam que o importante para incentivar as pessoas a aderirem ao transporte coletivo terrestre traduz-se na redução dos passes e das tarifas.

É nesse sentido que gostaria de conhecer aquela que será a interpretação que a Sra. Secretária fará àquele que foi o sentido de voto do Grupo Parlamentar do PS/Açores nesta Assembleia em subcomissão de economia relativamente à proposta de alteração do Bloco de Esquerda em sede de orçamento de estado, e um sentido de voto que foi contra do Grupo Parlamentar do PS aqui nos Açores à inclusão dos Açores no programa da redução tarifária. É um programa que permite a gratuitidade deste transporte a todos os passageiros até aos 12 anos de idade, a redução do custo de passes e a promoção da intermodalidade.

Portanto, gostaria de conhecer a sua interpretação acerca daquele que foi o sentido de voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Agora, indo do transporte coletivo terrestre para os aviões e para o transporte aéreo, é claro que os açorianos e açorianas saberão fazer a interpretação que nos parece mais adequada, mas também gostaríamos de conhecer aquela que é a sua opinião e interpretação que faz não só ao sentido de voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na subcomissão de economia, mas também à posição do que foi o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República relativamente a uma proposta de alteração do Bloco de Esquerda em sede de orçamento de estado para o próximo ano e que teria implicações diretas na nossa Região e para aquela que a mobilidade deverá ser garantida aos açorianos e açorianas.

E que proposta de alteração seria essa? Seria para que se regulamentasse o subsídio de mobilidade de forma a que se realizasse um desconto imediato deste subsídio no valor de cada viagem.

O que é que isto quer dizer? Que os açorianos, se tivessem visto esta proposta de alteração em orçamento de estado votada favoravelmente, quer pelo PS, quer pelo PSD, coisa que não aconteceu, PS e PSD votaram contra na Assembleia da

República a esta alteração, e, portanto, na prática o que aconteceu foi que não permitiram que todos os açorianos e açorianas pudessem, já a partir do próximo ano, pagar no máximo 134 euros para voarem para o continente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas quem financia?

O Orador: E, portanto, não se compreende o sentido de voto, mas gostaria de conhecer a sua interpretação relativamente ao sentido de voto do Partido Socialista, já não digo o mesmo relativamente ao PSD porque não é o partido que suporta o Governo da qual faz parte.

Agora, também podemos fazer outra interpretação. É que tanto o PS como o PSD optaram por decidir favorecer não o direito à mobilidade dos açorianos e açorianas, mas sim as companhias aéreas para dessa forma não serem prejudicadas.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Iasalde Nunes, tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado, como é costume, tende normalmente a usar todas as suas energias...

(Aparte inaudível)

Sr. Deputado, deixe-me falar!

Apenas um bota abaixo...

Presidente: Srs. Deputados.

O Orador: Eu posso-me referir àquilo que o Sr. Deputado disse, não é verdade?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Paulo Estêvão disse não sei quê...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, naturalmente que estamos...

O Orador: É a primeira vez que o Sr. Deputado repara em mim?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Respeite os outros!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Mesa está cá para advertir se achar necessário. Naturalmente que nós estamos no âmbito do debate, o Sr. Deputado Iasalde Nunes pode perfeitamente responder à sua intervenção.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Eu apenas estou a dizer que o Sr. Deputado tende normalmente a usar todas as suas energias apenas no bota abaixo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual bota abaixo?

O Orador: Em por abaixo o Governo Regional e o Partido Socialista.

Porque é que o Sr. Deputado de vez em quando não fala naquilo que está bem? Porque é que não falamos de planos ou do investimento para a Ilha do Corvo? Falemos de investimentos desses últimos três ou quatro anos para a nossa ilha, falemos de investimento que ultrapassa os 20 milhões de euros.

Estamos aqui para debater o futuro e o plano para 2019, mas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma falta de educação?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): É!

Presidente: Srs. Deputados.

O Orador: ... não podemos descurar e deixar de falar no passado, e agora, Sra. Secretária, quando se faz uma obra, a maior até hoje feita na Ilha do Corvo...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... e que ultrapassa os 10 milhões de euros a obra do crescimento e alargamento do porto da Casa, uma obra importantíssima que vem melhorar consideravelmente a operacionalidade...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os senhores a mim não me metem medo! Não me ameçam!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Eu, ameaçá-lo? As coisas têm limite!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Têm limite!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, por favor peço-lhe que permita que o Sr. Deputado Iasalde Nunes possa continuar a sua intervenção.

Sr. Deputado Iasalde Nunes, pode continuar.

O Orador: Agora dirijo-me à Sra. Secretária.

Quando se faz uma obra, a maior até hoje feita na Ilha do Corvo e que ultrapassa os 10 milhões de euros, a obra do crescimento e alargamento do porto da Casa, ...

(Diálogo entre o Sr. Presidente do Governo dos Açores e o Sr. Deputado Paulo Estêvão)

Não sei se posso continuar.

Presidente: Srs. Deputados.

Sr. Deputado Iasalde Nunes, pode continuar.

Deputado Francisco César (*PS*): O senhor não percebe que está num parlamento?

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): O senhor é que não percebe!

Presidente: Srs. Deputados! Srs. Deputados!

Vamos permitir que o Sr. Deputado Iasalde Nunes possa continuar a sua intervenção.

Sr. Deputado.

O Orador: Bem, eu vou repetir.

Sra. Secretária, quando se faz uma obra, a maior até hoje feita na Ilha do Corvo e que ultrapassa os 10 milhões de euros, a obra do crescimento e alargamento do porto da Casa, uma obra importantíssima que vem melhorar

consideravelmente a operacionalidade do nosso porto e a qualidade de vida de todos os corvinos; quando se investe no nosso aeródromo com diversas intervenções, investindo na segurança dos nossos passageiros; com obras de requalificação que ultrapassam os dois milhões de euros, como a repavimentação da pista ou o desmanche do morro; e eu tinha aqui outras obras, mas que não posso falar, como a creche e lar de idosos, mas não posso falar porque tenho que falar é coisas referentes à Sra. Secretária.

Mas poderia falar de outros investimentos, do Porto Novo, da sala de fisioterapia da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, na selagem da lixeira, da conclusão da Estrada Leste, etc., etc. etc.,.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem! Continua!

O Orador: E o Sr. Deputado sabe que é verdade.

(Aparte inaudível)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: Não posso falar consigo? Agora não posso falar consigo?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Mesa é que está aqui para organizar...

O Orador: Nunca o Governo...

Presidente: Sr. Deputado Iasalde Nunes!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, já é a segunda vez que lhe digo. A Mesa é que tem competência para orientar os trabalhos. No âmbito do debate, o senhor já está aqui há muitos anos, sabe perfeitamente que é possível o debate entre bancadas em função daquilo que foi dito anteriormente. Ainda há pouco lhe disse isso mesmo.

Portanto, vamos permitir que o Sr. Deputado Iasalde Nunes possa concluir a sua intervenção com toda a normalidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado Iasalde pode falar à vontade!

O Orador: Então eu digo de outra forma.

Os corvinos sabem que é verdade o que eu estou a dizer e eu não me arrependerei de o dizer. Nunca o Governo Regional investiu tanto na nossa ilha. Quem nos visita diz que o Corvo parece um estaleiro e ouço-o dizer muitas vezes, e faço referência aqui sobre uma notícia que saiu no dia 11-10-2018 na nossa rádio pública regional em que diz o seguinte: “Alojamento no Corvo: professores colocados no Corvo estão com dificuldades em encontrar casa. Com o ano letivo já a decorrer, muitos deles estão a instalados provisoriamente em habitações de famílias locais. Na ilha, por esta altura, cerca de 80 pessoas estão alojadas devido às várias obras em curso”.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa tem ainda várias inscrições que ficarão para a tarde.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: O Governo Regional dos Açores dispõe de 97 minutos; o Partido Socialista de 114 minutos; o PSD de 62 minutos; o CDS de 24 minutos; o Bloco de Esquerda de um minuto e 28; o PCP de três minutos e 55 segundos; e o PPM de um minuto e nove segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 15h.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 12 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Bruno Belo ocupou o lugar do Deputado Jorge Jorge)

A Mesa ainda tem inscrições no âmbito dos pedidos de esclarecimento à Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os açorianos pagam hoje demasiado pelos combustíveis, e isto não acontece por causa do preço do petróleo ou de qualquer conjuntura nacional ou internacional. Os açorianos pagam demasiado pela gasolina ou pelo gasóleo porque este Governo Regional assim o quer.

Por mais gráficos/desenhos que o Partido Socialista faça, já toda a gente percebeu que nos Açores os combustíveis estão demasiado caros, mas como se não bastasse os preços elevados dos combustíveis, o Governo Regional ainda queria mais dos açorianos.

O Governo Regional e o Governo da República cozinharam nas costas dos açorianos a inclusão no orçamento de estado de 2019 um aumento da taxa máxima de imposto sobre a gasolina sem chumbo nos Açores, embora o Sr. Presidente do PSD/Açores, Alexandre Gaudêncio, tenha alertado para esta situação. Esta madrugada, na Assembleia da República, o Partido Socialista ficou isolado a defender mais uma injustiça do Governo Regional dos Açores aos açorianos. Com os votos do PSD, do CDS-PP, do Bloco de Esquerda e do PCP foi possível travar este aumento de imposto sobre a gasolina sem chumbo nos Açores que o Partido Socialista tinha cozinhado nas costas dos açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é vergonhoso!

O Orador: Ainda a propósito do imposto sobre os combustíveis, o ISP, há seis anos que o Governo Regional esconde dos açorianos o valor das taxas que pagam. O Governo Regional não publica em jornal oficial desde 2012 as alterações às taxas de ISP sobre a gasolina ou o gasóleo, embora todos os meses haja mudanças. Só o Governo e as petrolíferas é que sabem o valor do ISP que os açorianos pagam cada vez que abastecem a sua viatura.

Sra. Secretária Regional dos Transportes, estando o fundo regional de coesão sob a sua tutela, gostaria de lhe fazer a seguinte pergunta: até quando vai o Governo Regional continuar a esconder dos açorianos quanto é que pagam de imposto sob os combustíveis?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, prescindo.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, a tão badalada, anunciada, propagandeada, enfim, certificação civil do aeroporto das Lajes, eu gostaria de perguntar a vossa excelência em que é que consistiu porque ainda nenhum terceirense percebeu quais as vantagens que advieram daí, porque ainda no outro dia vinha eu de Lisboa e para levar o avião à placa de estacionamento, fomos indicados por um *follow me* da Força Aérea.

E, portanto, eu quero saber é como é que se é civil, se são os *follow me* da Força aérea que fazem sempre o avião quando vai para o lado militar.

E, efetivamente, como é que há de ser um aeroporto certificado se não tem anemómetro? E, portanto, devido às condições de vento, ainda ontem cancelou vários voos, porque era impossível prever a rajada de vento no aeroporto das Lajes. Eu gostaria de lhe perguntar se já tem o anemómetro e quando é que o vai instalar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: E gostaria também de saber que benefícios trouxe, efetivamente práticos, ao nível das escalas técnicas, porque as escalas técnicas que tem havia apenas e só nas Lajes são de emergência médica. Mais nenhuma, porque os senhores continuam a não autorizar escalas técnicas, a não ser voos de emergência e sanitários.

E, portanto, eu gostaria de saber quais foram esses grandes benefícios que se trouxe na certificação civil do aeroporto das Lajes na Ilha Terceira. E nessa perspetiva, se o Governo, através da ATA, já que é um aeroporto civil, portanto, desenvolve procedimentos para a captação de outras companhias de aviação, quantos *slots* tem para disponibilizar no Aeroporto Civil da Base das Lajes, Sra. Secretária?

(Neste momento, o Deputado Jorge Jorge reocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os bons resultados da nossa economia, e que têm sido aqui referenciados por vários dos meus colegas de bancada, nomeadamente nas questões do investimento público, do investimento privado, do investimento externo, tem trazido resultados para a nossa economia, para o aumento do PIB , para valores

positivos na nossa atividade económica, com mais consumo de produtos regionais, com mais consumo privado, e também são resultado das reformas que o Partido Socialista concretizou e dos investimentos que o Partido Socialista concretizou na Região Autónoma dos Açores.

De facto, o setor dos transportes é fundamental para o desenvolvimento económico e social de uma Região como a nossa, essencial para a competitividade da nossa economia e para a melhoria da qualidade de vida dos açorianos.

E é também por este motivo, e o plano de 2019 reflete essa ambição de querermos continuar a desenvolver políticas e reformas no setor dos transportes que garantam que estes sejam ainda mais eficientes, mais coordenados, mais complementados entre si, de forma a que possam garantir a todas as ilhas dos Açores ainda uma maior coesão social, económica e territorial.

Queremos sim, e temos essa ambição de querer mais e melhor. O plano de 2019 concretiza claramente essa ambição de continuar a investir no setor dos transportes, nas infraestruturas, nos meios adequados do Corvo a Santa Maria. Por essa via, queremos mais segurança, queremos mais operacionalidade, queremos mais conforto, regularidade, viabilidade e fiabilidade do sistema de transportes. Queremos continuar a adequar a oferta à procura e que essa mesma oferta corresponda às necessidades de todos os açorianos, das nossas empresas e que permita o desenvolvimento de todas as nossas ilhas.

No setor dos transportes aéreos, de e para a Região, atingimos um milhão 563 mil passageiros desembarcados na nossa Região após a reforma do novo modelo, e a implementação de um novo modelo de acessibilidades de e para a Região conjuga rotas liberalizadas com rotas de obrigações de serviço público. Com isso, o Partido Socialista concretizou menores custos de acessibilidade, garantindo sempre a proteção dos residentes e dos estudantes, garantimos uma

evolução positiva do setor do turismo e da nossa economia, garantimos mais voos, mais conectividade e mais atratividade.

Mas aqui também dizemos que ainda não está tudo feito. Temos a ambição e dizemos que falta o concurso que defina as obrigações de serviço público para a carga para responder também às necessidades importantes de exportação da nossa Região Autónoma dos Açores.

Nos transportes inter-ilhas atingimos também um número recorde de 645 mil passageiros desembarcados nas nossas ilhas após termos definido as novas obrigações de serviço público inter-ilhas que também produziu uma redução do custo médio da acessibilidade, maior conectividade entre as nossas ilhas, mais voos e mais distribuição dos fluxos turísticos.

Queremos continuar este trabalho também nos transportes marítimos, onde investimos em infraestruturas que permitem uma operação mais segura, mais cómoda e mais regular. Queremos que a Atlânticoline também continue o seu trabalho, e que garantiram em 2017 o melhor número de passageiros desembarcados a utilizar este serviço de transporte marítimo, conjugando as operações regulares com os novos meios que o Gilberto Mariano, Mestre Simão e Ariel, que demonstram ser uma mais-valia o facto de termos esses navios próprios para uma operação com mais conforto e mais fiabilidade.

Este plano também garante a substituição do navio Mestre Simão, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A rota das Lajes é uma maravilha!

O Orador: ... e também garante que na operação sazonal queremos reduzir a incerteza e os custos do fretamento de navios, garantindo a aquisição de um novo navio de 110 metros que garanta também o desenvolvimento do mercado interno na nossa Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mercado interno!! Tenha juízo! Eu é que não tenho tempo para o mercado interno!

O Orador: Queremos e temos a ambição, também neste setor, de transpor os bons resultados do triângulo para todas as nossas nove ilhas.

Dito isto, o Partido Socialista, face ao plano de 2019, garante assim também o inconformismo e a ambição de querermos mais e melhores resultados quanto à mobilidade dos açorianos. Temos a consciência de que muito já foi feito, mas também temos a consciência de que ainda há muito a fazer, e é para isso que cá estamos e os açorianos podem contar com o Partido Socialista e com o seu Governo Regional.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria para já só fazer uma pergunta para esclarecimento aqui da câmara, a propósito da intervenção do Sr. Deputado António Vasco. Eu gostaria de saber que destino teve a proposta do PSD na Assembleia da República sobre a questão dos combustíveis. Gostaria de saber se foi aprovada ou se foi chumbada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, as ligações de inverno previstas pela SATA Air Açores para a Ilha do Corvo são no inverno de 2018 as mesmas de 2017. Ou seja, três ligações diretas diárias, que mencionou, três frequências na rotas Horta-Corvo-Horta, e Flores-Corvo-Flores. Entende-se que está adequada à procura disponível, as taxas de ocupação do ano passado, no máximo, atingiram os 104% e, portanto, a operação é adequada à sua procura.

No entanto, queria mencionar-lhe, e dentro sempre da capacidade da SATA Air Açores se adaptar a períodos de maior procura, que no que se refere à rota do Corvo há um incremento na época do Natal de seis frequências, o que equivale a cerca de 140 lugares oferecidos. E, portanto, respondendo à sua questão, não há alteração em relação àquilo que estava planeado neste momento.

Sr. Deputado Bruto da Costa, de facto eu mencionei a requalificação da aerogare da Graciosa, é praticamente uma aerogare nova (como bem referiu), o projeto implica a demolição da existente e a construção de uma nova, e, portanto, foi uma questão de nomenclatura, mas de facto é uma aerogare nova que vai aparecer no lugar da que existe.

Eu recordo que não é só esse investimento que está em curso na pista da Graciosa, recordo também a torre de controle, uma construção que está agora a terminar. E na questão que me colocou referente à iluminação e certificação para voos noturnos, presumo que sabe que a iluminação da pista existente está certificada. Não está certificada para a operação noturna porque o traçado existente na pista não é o adequado para receber aviões civis em operação noturna. Para isso, a primeira premissa teria que ser a ampliação da pista, que não está prevista nesta legislatura.

Em relação às perguntas do Sr. Deputado relativamente ao transporte terrestre, eu não vou mencionar nem me vou pronunciar sobre o voto que fez menção na sua intervenção.

Em relação à redução dos tarifários dos transportes de coletivos terrestres já sabe a minha opinião a esse respeito. O Sr. Deputado defende que deveriam ser gratuitos, ou pelo menos deveria ser mais abrangente a sua gratuitidade. A gratuitidade dos transportes terrestres está sempre associada a medida pontuais e nomeadamente a circuitos citadinos por razões de diminuição da poluição, etc.. O que interessa e que para nós é relevante é que temos um sistema de passe social que também vai um pouco de encontro àquela que é a sua preocupação e que, conforme já mencionei aqui hoje, foi alargado desde março deste ano às ilhas de Santa Maria, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Flores num investimento que representa para o orçamento da Região cerca de meio milhão de euros. Existe o passe de 30 dias, o passe da terceira idade, o passe dos pensionistas e inválidos, o passe do desemprego. Ou seja, existem diversas medidas que vão um pouco de encontro àquela que é a preocupação que presumi que estava a manifestar aqui.

Também gostava de referir, e em relação ao tarifário, que no que se refere à política de preços dos transportes coletivos de passageiros, o último aumento remonta a janeiro de 2017 e foi na ordem dos 1%, quando no Continente estávamos a falar num aumento de cerca de 3,5%, e antes disso só houve um aumento em janeiro de 2012. Ou seja, no período de cerca de sete anos tivemos aumentos muito reduzidos. Quer dizer, reduzir mais ou tornar ainda mais gratuito, temos que nos preocupar também com questões da sustentabilidade das empresas que prestam esse serviço ao abrigo de um contrato de prestação de serviços.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, eu não percebi a sua pergunta do esconder o imposto, mas presumo que poderá explicar-me melhor para poder responder.

E Sr. Deputado Artur Lima, em relação aos benefícios da certificação da Base das Lajes, benefícios práticos. Como sabe, passou a existir um manual do Aeroporto da Lajes...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não está publicado!

A Oradora: ... e isto confere uma maior autonomia na gestão do tráfego aéreo à Aerogare Civil das Lajes que se substitui em alguma e relevantes decisões à Força Aérea.

Há uma redução significativa do período de antecedência dos pedidos para autorização dos voos, que antes era de 72 horas e agora irá no máximo a 24 horas. As responsabilidades da Aerogare Civil das Lajes e da Força Aérea estão bem definidas no referido manual, passou a estar garantida a utilização de placas militares para estacionamento de aviões civis...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sempre esteve!

A Oradora: ... em situações em que a placa civil esteja esgotada ou quando se tratar de aeronaves de maior porte, o apoio às aeronaves civis é feito pela Aerogare Civil das Lajes, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sempre foi!

A Oradora: ... as deslocações dentro das placas militares deixam de ter necessidade de escolta militar, com exceção das placas F, G e J, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

A Oradora: ... e restrições que tenham que ser impostas à aviação civil passam a ter que ser notificadas com antecedência mínima de duas semanas, o que de facto permite à aviação civil adaptar a sua operação e diminui o risco das irregularidades.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Relativamente à pergunta do Sr. Deputado Francisco César, eu devolvo a pergunta, e a pergunta que faço é se a proposta apresentada...

Deputado Francisco César (PS): Porque é que nunca me dá uma resposta direta?

O Orador: ... e que ontem foi confirmada pelo Sr. Vice-Presidente, e que estava na proposta do orçamento de estado, se a proposta de aumento para 75 cêntimos foi ou não aprovada.

Relativamente à primeira questão...

Deputado Francisco César (PS): Responda à pergunta! Fiz-lhe uma pergunta!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Respeite a intervenção!

O Orador: ... que coloquei à Sra. Secretária, a questão é a seguinte: o Governo Regional desde 2012 que não publica as alterações às taxas de ISP sobre a gasolina ou o gasóleo, embora haja mudanças consecutivamente.

E, portanto, isso impede que os açorianos tenham conhecimento de quanto é que pagam de imposto sobre os combustíveis. E a pergunta é essa: a partir de quando irá o Governo cumprir aquilo que é essa obrigação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros:

Sabe, Sr. Deputado, eu percebi a sua resposta. Eu percebi o facto de não me ter respondido. Isso é revelador do incómodo que o senhor tem em não querer explicar a esta câmara e aos açorianos...

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor é que só ouve aquilo que lhe convém!

O Orador: ... que aquilo que este novo PSD fez por si e pelo seu novo líder foi enganar os açorianos e dar notícias falsas aos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Não estamos a falar do GaCS!

O Orador: E sabem porquê? Porque o senhor deputado não disse, ou não quis dizer, que a proposta do PSD não foi aprovada.

A proposta do PSD sobre os combustíveis não foi aprovada na Assembleia da República! Os senhores não conseguiram aprovar proposta nenhuma na Assembleia da República!

Segunda coisa que o senhor não quer admitir aqui, e sabe que é verdade, é que a proposta do Partido Socialista não aumentava imposto nenhum. Era uma banda onde o imposto era possível ser marcado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: A terceira questão que o senhor não diz nesta câmara é que a sua proposta, a proposta do seu partido, a consequência que tinha era sim possibilitar o aumento dos impostos sobre os combustíveis, porque eliminava um quadro que fixava exatamente essa margem!

E, portanto, este novo PSD que faz notícias e espera que não haja contraditório, foi aqui desmentido porque na prática a proposta dos senhores é que aumentava impostos.

E, portanto, senhor deputado, entrou aqui...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... para colher lâ e na prática o senhor, o seu partido e quem tem feito comunicados à espera que não haja resposta, saiu totalmente tosquiado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi aqui falado em infraestruturas e acessibilidades. Sra. Secretária, para melhorar as acessibilidades vai certificar o aeródromo de São Jorge para voos noturnos?

Era esta a pergunta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, bem, quero que me explique como é que calcula a taxa de ocupação, e em segundo lugar gostava também de lhe dizer o seguinte: acha justo que os corvinos tenham três ligações por semana e todos os açorianos tenham ligações todos os dias? Acha esta uma situação justa?

Eu não acho que os corvinos sejam açorianos de segunda.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Vou aguardar que haja a conferência interministerial ali daquele lado, quando acabar a conferência...

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Secretária, tudo o que a senhora disse já existia. O protocolo, se já existe, gostaria de saber porque é que não mo mandaram, já o pedi há muito tempo e presumo que o prazo já acabou porque não está nada publicado.

Tudo o que a senhora disse já existia. Tudo, mas mesmo tudo, a não ser reduzirem o prazo da resposta das horas. Foi a única coisa que foi positivo.

O anemómetro e quantos *slots* tem disponíveis no Aeródromo Civil, ou no aeroporto, como queira chamar, das Lajes? Que esforços desenvolve o Governo para a captação de companhias *low cost* para o Aeroporto Civil das Lajes?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Vai dizer que foi chumbada ou não foi chumbada?

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:
Se há alguém que tem algum...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... aqui é claramente o Sr. Deputado Francisco César e o Governo pelo facto de estarem a cobrar indevidamente impostos...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... e porque a proposta que foi apresentada pelo Governo em sede de orçamento de estado de aumentar o limite máximo para 75 cêntimos...

Deputado Francisco César (PS): O Governo não apresenta nada!

O Orador: O Governo da República apresentou em sede de orçamento aumentando o plafond máximo para 75 cêntimos, e o facto de não ter sido aprovada não elimina esse limite. Significa, e ontem já foi dito aqui, que prevalece o limite anterior.

E, portanto, aquilo que foi dito ontem estava incorreto e aquilo que o Sr. Deputado hoje insinuou está incorreto.

Deputado Francisco César (PS): Não, não!

O Orador: Mas verdadeiramente o que incomoda é o seguinte: é que há legislação regional que diz que os combustíveis devem ser vendidos na Região, a gasolina 95 e o gasóleo...

Deputado Francisco César (PS): E é verdade!

O Orador: ... com 10% mais baixo, e o conselho que dou ao Sr. Deputado é que consulte o site da Direção-Geral da Energia e Geologia diariamente, consulte e veja a que preço está.

Mas eu posso informar, se não quiser ter o trabalho agora, digo-lhe ontem como é que estava. A gasolina nos Açores estava a 1,48€, ...

Deputado João Costa (PS): Mas a gente vai ver!

O Orador: ... também estava a 1,48€ no site da Direção-Geral, o que significa que na Região devia estar ontem a menos 15 cêntimos. Ou seja, quem tem comprado gasolina 95 sem chumbo na Região...

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a comparar o incomparável!

O Orador: ... ontem, e nos dias anteriores, pagou 15 cêntimos a mais.

Isso é que incomoda!

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor devia ser sério na análise que faz!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Isto é que incomoda e sobre isso os açorianos já têm com certeza a sua ideia.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Os voos que lhe referi das três frequências semanais para o Corvo não são qualquer desconsideração pelos corvinos, antes pelo contrário. As OSPs obrigam a duas frequências semanais, e neste caso...

(Aparte inaudível)

Sr. Deputado, eu não entro nessa discussão. Peço desculpa, não entro.

São três frequências semanais, são além daquilo que obriga as obrigações de serviço público, já lhe referi a média da ocupação e, portanto, acho que a oferta está adequada à procura e ainda assim realço que a SATA Air Açores, verificando precisamente um acréscimo de procura em determinadas datas, mais concretamente entre 14 e 17 de dezembro e no dia 02 de janeiro, incrementou a oferta ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Como é que calcula a taxa de ocupação?

Presidente: Srs. Deputados.

A Oradora: ... deste inverno na época do natal em seis voos extra, representativos de cerca de 140 lugares.

Sr. Deputado Jorge Paiva, o Aeródromo de São Jorge ...

Presidente: Srs. Deputados.

A Oradora: ... dispõe de iluminação de pista certificada, mas que não permite a operação noturna.

A dificuldade da certificação para operação noturna tem a ver com a morfologia do terreno e com a existência de obstáculos naturais que impedem essa certificação para voos civis em operação noturna.

Sr. Deputado Artur Lima, em relação ao anemómetro, a Base das Lajes possui um anemómetro. Só não reporta a informação com a frequência que é exigida ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o protocolo?

A Oradora: ... pela ICAO, que é de 10 em 10 minutos, mas existe o anemómetro.

Em relação aos *slots*, não são utilizados pela Aerogare Civil das Lajes pois não há necessidade. No que se refere à captação, falou em *low costs*, julgo eu, é uma área que não será exatamente a minha, será a da minha colega do turismo e poderá provavelmente fazer-lhe a pergunta.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, proposta n.º 658 de alteração ao orçamento da responsabilidade do Partido Social Democrata foi chumbada, e o senhor não quis revelar aqui que a proposta do PSD foi chumbada! Portanto, o senhor enganou esta câmara e enganou os açorianos.

Deputado Marco Costa (PSD): 15 cêntimos por litro a mais do que deviam pagar!

Presidente: Srs. Deputados.

O Orador: Eu percebo que incomoda, porque se tentou fazer um truque, e o truque não pegou.

Segundo ponto: para que fique claro e para que não se esteja a enganar as pessoas, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): E é logo o senhor que vai esclarecer isso!

O Orador: ... nos Açores não se fixa o preço dos combustíveis. Isso é bom que fique claro! O que se fixa é o preço máximo de venda de combustíveis.

Segundo ponto, que também os senhores não quiseram entender: o imposto que é aplicado é variável, é uma banda, e que pode ter um determinado valor (mais alto), pode ter um determinado valor mais baixo, e aquilo que não o Governo, mas sim o Partido Socialista, Sr. Deputado, porque o Governo não pode apresentar propostas de alteração de orçamento, fica já o Sr. Deputado a saber, mas foi o Partido Socialista. Aquilo que o Partido Socialista fez foi apresentar uma banda com os valores em que esse imposto pode ser aplicado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma banda mais larga!

O Orador: Agora, tanto poderá ser o valor mais baixo como o valor mais alto. Isso não significa nenhum aumento de impostos!

Terceiro ponto, Sr. Deputado: a proposta que os senhores não conseguiram fazer aprovar, sabe o que é que fazia? Eliminava a banda de imposto. Sabe qual era a consequência disso? Era que o imposto a fixar podia ser qualquer um, muito mais alto ou muito mais baixo!

E, portanto, a proposta que os senhores tinham na tentativa de eliminar a do Partido Socialista era errada e poderia ter como consequência um imposto muito mais alto sob os combustíveis!

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

O Orador: Por último, Sr. Deputado, e para que fique claro, porque os açorianos não são desprovidos de inteligência!

Deputado Bruno Belo (PSD): Os senhores pensam, mas não são!

O Orador: Os açorianos sabem muito bem o que é que os senhores têm tentado fazer! É claro! Pergunte a qualquer açoriano que ponha gasolina ou gásóleo nos Açores ou ponha no continente.

Nos Açores, eu sei por experiência própria, os combustíveis estão muito mais baixos do que no Continente, e o senhor sabe as bandas que estão definidas:

10% para o gasóleo rodoviário e para a gasolina; 18% para o gasóleo agrícola; e perto de 30% para o gás.

E, portanto, os senhores tentaram fazer um truque, mas há uma coisa que os senhores têm que aprender da parte do Partido Socialista, uma coisa muito simples: é que factos alternativos, connosco não dá! Notícias falsas, connosco não dá!

Nós estamos aqui para dizer a verdade aos açorianos. Os senhores, pelos vistos, andam para aí a tentar fazer truques!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, é para uma interpelação no sentido de solicitar à Mesa que providencie no sentido de... nós temos muito pouco tempo, mas era importante que nestas circunstâncias o Governo respondesse às questões. E eu coloquei uma pergunta: “como é que calcula as taxas de ocupação?” à Sra. Secretária e a Sra. Secretária não respondeu.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, pois naturalmente a Mesa tem como função gerir os trabalhos, mas não pode obrigar nem nenhum deputado nem nenhum Sr. Secretário, nem a responder nem a perguntar. Naturalmente que fica registada a sua interpelação, mas quanto a isso nada posso fazer.

E em relação ao tempo, depois na conferência de líderes falamos, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra. Prescinde.

Sendo assim, passo a palavra ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, o senhor percebeu perfeitamente o que se passou, sabe o que se passa com os combustíveis, não posso repetir muitas vezes aquilo que já disse porque tenho pouco tempo, ao contrário com certeza daquilo que é o seu tempo.

Mas termino, pela última vez, informando o seguinte: a banda de 75 que constava da proposta do Partido Socialista aumentava de 65 para 75.

Deputado André Bradford (PS): Não aumentava nada!

O Orador: Ou seja, o limite máximo que pode ser cobrado por litro. É evidente, se leu o diploma.

Se a proposta que foi apresentada pelo Partido Socialista fosse chumbada, mantinha-se a de 65, e o nosso objetivo foi conseguido, que foi que a de 75 não vigorasse, e é isso que nos interessa.

Quanto ao preço dos combustíveis, continuo a comparar os preços com a Direção-Geral de Energia e Geologia...

Deputado Carlos Silva (PS): Não foi isso que o senhor disse na primeira vez!

O Orador: ... e nós estamos a pagar mais impostos. E é verdade, os açorianos são espertos, são inteligentes, vão consultar o site e vão ver que o senhor está a enganar com a sua informação.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem agora a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado, eu não quis fugir à resposta, só que a resposta é óbvia. A taxa de ocupação é determinada em função dos lugares oferecidos e os lugares utilizados.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): É errado! Já sabia!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** (*PSD*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Só para esclarecer aqui algumas questões levantadas acerca de notícias falsas. Eu vou ler aqui uma nota antiga do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que diz assim: “O Grupo Parlamentar do PS frisou, esta quarta-feira, o bom trabalho que Luís Parreirão desenvolveu à frente do Grupo SATA, que deverá apresentar este ano resultados equilibrados, melhorando todos os seus indicadores de negócio, apesar da liberalização do espaço aéreo, destacando que Paulo Menezes é a escolha adequada para continuar este trabalho. A posição foi defendida por Francisco César, que falava no Parlamento Açoriano, na cidade da Horta”.

Bom, desde então todos sabemos o que é que tem vindo a acontecer. E, portanto, quanto a seriedade na política e quanto a notícias falsas penso que este foi um exemplo adequado para ser dado no Parlamento neste momento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Depois, no último mês houve de facto três grandes alterações nas circunstâncias do Grupo SATA.

Em primeiro lugar, ficámos a saber que a tentativa de privatizar 49% do capital da Azores Airlines falhou por não ter existido uma única proposta vinculativa, nem sequer a dos islandeses.

Em segundo lugar, o atual Presidente do Conselho de Administração da SATA, nomeado pelo Governo, assumiu que pode estar em risco o pagamento de vencimentos aos funcionários devido à muito difícil situação financeira em que a empresa se encontra.

Em terceiro lugar, talvez pela primeira vez de que há memória, um sindicato defendeu uma privatização (mesmo que parcial) para que através dos privados pudesse vir para a SATA alguém que percebesse alguma coisa de aviação ou de como gerir uma companhia aérea, coisa que claramente o acionista Governo Regional já provou repetidamente não ser capaz de fazer.

Estes três factos obrigam a que quem, com seriedade, quer salvar a SATA a considerar e analisar, repito, a considerar e analisar, todas, mas mesmo todas as opções, sobretudo porque as opções do Governo, até agora, falharam todas! Falharam todas!

Perante isto, devolvo a pergunta de ontem ao Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores. O que é que o Governo, e especialmente o Sr. Presidente, sabe e que não quer que os açorianos saibam acerca da SATA, do qual o senhor é o maior responsável nos últimos 10 ou 12 anos?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

E vem o PSD tentar dar a volta e tentar puxar esta discussão para outras áreas. O que nós temos aqui e gostaríamos de realçar sobre este propósito, é que há

um mês atrás o PSD defendia que a SATA Air Açores, aquela SATA que faz as ligações inter-ilhas, não devia ser privatizada, que era intocável.

Hoje, este novo PSD acha positiva uma proposta de privatização de 49% da SATA Air Açores, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Há um mês pagava a horas e agora já não paga!

A Oradora: ... e também acha que é positiva também a proposta de privatizar a SATA Internacional em 51%, o que faz com que a Região perca a maioria do capital social e a decisão sobre esta empresa.

É assim discutível que há uma mudança de opinião, de posição, que os senhores não desmentem nem confirmam, e sentem-se assim um pouco como entalados entre aquilo que é a pressão das ilhas mais pequenas ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e os interesses de uma Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Pergunta-se aqui, Sras. e Srs. Deputados, a que é que se deve esta súbita mudança de opinião em apenas um mês, e esta incapacidade deste novo PSD em dizer o que realmente pensa.

E para que é que interessa realmente esta alteração ao nível da Câmara do Comércio? Enfim. Esta é uma grande baralhada que este novo PSD tem, que para além de mudar de ideias de um dia para o outro quase, denota bem que não

tem pensamento nesta matéria, não sabe para o que vem, não tem ideias claras sobre esta matéria, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Paciência!

A Oradora: ... sobre a SATA, nem sabe que estratégia tomaria se fosse eventualmente Governo dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Para nós, Sras. e Srs. Deputados, a SATA Air Açores tem que continuar a ter um único acionista, o Governo Regional dos Açores, ...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Bastava ter dito isso!

A Oradora: ... e diria mais, os açorianos.

E esta SATA tem que continuar a ser dos Açores porque nós queremos continuar a que os utentes do Serviço Regional de Saúde continuem a ser deslocados na SATA Air Açores, que há de continuar a permitir o transporte de macas, permitir também a reserva e o transporte de dois lugares, ...

(Aparte inaudível)

É a realidade dos factos, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Um semirrígido é a realidade dos factos!

A Oradora: ... nos voos provenientes das ilhas sem hospital, o transporte de urnas, o transporte dos bens essenciais sempre que as condições marítimas não o permitam fazer, por exemplo, para o Corvo. Tem que continuar a permitir que

o transporte da bagagem dos imigrantes seja transportado dos Estados Unidos e do Canadá diretamente para as ilhas que não são a Ilha de São Miguel.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Tem que continuar a assegurar o alojamento em caso dos cancelamentos de voos dos passageiros da SATA Air Açores, tem que continuar a ser uma companhia amiga do desporto em que transporta as bicicletas, transporta as pranchas de surf, ou equipamento de mergulho...

Deputado Bruno Belo (PSD): A senhora quer acabar com isso tudo!?

A Oradora: ... que outras companhias aéreas não transportariam.

Que seja, que continue a ser, uma empresa que continue a servir os Açores e os açorianos, continuando a ligar as nossas ilhas, os nossos Açores, os nossos açorianos, que continue a juntar estas ilhas e que preste um serviço público efetivo aos açorianos.

Obrigada, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu gostaria que do Governo, ou da bancada do PS, alguém me respondesse: a SATA falida faz exatamente o quê? Essa é a pergunta.

E depois, parece que os deputados do Partido Socialista e o Governo não perceberam, talvez sejam os únicos que não perceberam, ou se calhar

perceberam, que há um agravamento absoluto da situação da SATA a todos os níveis. Há um agravamento absoluto da situação da SATA!

Foi isso que mudou, e nós queremos analisar todas, mas mesmo todas, as opções para salvar a SATA, porque nós queremos salvar a SATA!

A receita do PS e deste Governo já todos sabemos qual é.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, eu queria que a senhora me indicasse qual é o programa e ação em que está previsto neste plano a reabilitação da estrada entre o Largo Jaime de Melo e a Ribeira do Cabo aqui na Ilha do Faial, e que verba está alocada a esse investimento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional foi acusado aqui de um conjunto de coisas a propósito do imposto sobre produtos petrolíferos e eu penso que é importante que a câmara e

os açorianos também percebiam exatamente que quem nos acusa daquilo que nos acusa, apresentou uma proposta na Assembleia da República, que foi, felizmente, chumbada, que só podia ter dois efeitos: ou o preço dos combustíveis nos Açores era igual ao do Continente, ou o preço do combustível dos Açores era mais alto do que no Continente, e passo a explicar porquê.

O artigo que o PSD se propôs a eliminar na Assembleia da República era o artigo que dizia que o preço dos combustíveis nos Açores varia numa banda, pode descer até um mínimo e pode ir até um máximo. E certamente que todos nós podemos discutir se esse mínimo tem sido utilizado ou o máximo não tem sido utilizado, mas há uma coisa que me parece indiscutível, é que os combustíveis nos Açores são mais baratos do que no Continente.

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

O Orador: Com a proposta que foi apresentada pelo PSD na Assembleia da República, de eliminar a banda, a consequência imediata era a inutilidade prática da possibilidade que nos é conferida pelo orçamento de estado ou por imposto de ter combustíveis mais baratos nos Açores. Tão simples quanto isso. E, portanto, vir aqui dizer que o PSD impediu o que quer que seja... oh Sr. Deputado, ainda bem é que impediram que a proposta do PSD fosse aprovada, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... porque a consequência de aprovar essa proposta era eliminar a banda dentro da qual se pode fixar o preço nos Açores, e por esta via inutilizar a possibilidade de nos Açores os açorianos pagarem combustíveis mais baratos do que no Continente. Tão simples quanto isso!

Sr. Deputado Luís Rendeiro, quando o PSD tiver decidido o que é que quer fazer quanto à privatização da SATA, falamos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente do Governo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu pensei que o Sr. Presidente quando se levantou para falar dos combustíveis, acrescentasse alguma coisa ao que tinha o Deputado Francisco César, mas não.

E a pergunta que faço, ...

Deputado Francisco César (PS): Não, não! Responda!

O Orador: ... e já respondo, é: qual foi o objetivo de apresentar a alteração que passava o limite máximo de 65 para 75. Essa é que é a questão. Não era para pagar menos impostos, não era para o Governo cobrar menos impostos. Portanto, o limite passaria de 65 para 75 e essa proposta não foi aprovada. Essa é a questão essencial.

E mesmo que fosse, isto só por si não significa que o preço dos combustíveis ficasse mais caros, porque há o limite dos 10%.

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a contradizer tudo o que disse!

O Orador: Eu tenho pouco tempo para lhe explicar isso.

São dois limites: um é a obrigação de que os combustíveis sejam 10% mais baixo, e o outro é o limite máximo que pode ser cobrado de imposto ISP sobre cada litro.

E, portanto, o Governo, ou o Partido Socialista, é que tem que explicar porque motivo propôs o aumento esse limite máximo de 65 para 75. Não era seguramente para cobrar menos impostos. Essa é a questão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

O Orador: E a segunda questão, Sr. Presidente, basta consultar a internet. A Direção-Geral de Energia e Geologia tem os preços diários. Eu posso-lhe dar o site, já me ofereci para ceder ao Sr. Deputado Francisco César, e basta consultar.

Felizmente que todos os açorianos têm acesso a essa informação hoje em dia e, portanto, acho que o Governo a oportunidade que tem é de alterar ou de propor, ou que aprove a proposta que será apresentada para alterar o produto de comparação. Essa é que é a questão.

Escudou-se até agora num produto que não existe nos Açores, que é a gasolina da GALP com aditivo que não existe cá.

Portanto, o que é justo e correto comparar é produto idêntico e é isso que o Governo não tem feito.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):

Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas:

Só para responder ao Sr. Deputado Luís Garcia, a ação é 14.2.28 e tem inscrita a dotação de 300 mil euros numa obra orçada em dois milhões e 300 mil euros.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, o PSD não é Governo nem dispõe da informação que o senhor tem sobre a SATA e, portanto, quando for, decidirá certamente melhor que vossas excelências.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... não foi por acaso que no ano passado o parecer do Conselho de Ilha da Ilha Terceira, no ponto três do seu articulado, manifestou o seu desagrado e incómodo por ser forçado a repetir ano após ano as mesmas reivindicações em pareceres em que fica patente o incumprimento reiterado das intenções de investimento constantes dos planos anteriores.

Pois bem, este ano ainda foi mais complicado e o mais do mesmo foi tão evidente que o Conselho de Ilha decidiu não emitir parecer e remeter a sua posição para o parecer do ano passado. A mensagem foi: já não há paciência, o Governo que vá ler.

Em cima disso, assistimos àquela tentativa muito mal-intencionada por parte do Governo Regional de tutelar o Conselho de Ilha naquela reunião realizada na Terceira no mês passado, desvalorizando todas as reivindicações do Conselho, sobretudo ao nível dos investimentos a infraestruturas e de medidas especialmente destinadas aos transportes e acessibilidades.

Estamos condenados na Terceira a estar para sempre dependentes dos estudos e dos procedimentos administrativos, Sra. Secretária? Quanto mais tempo tem a

Terceira de esperar? Se querem que estes documentos (estes documentos provisionais que estamos aqui a analisar) sejam credíveis, os anteriores eram o quê? Será que os conselheiros de ilha na Terceira estão todos enganados, ou será que é o Governo que anda a enganar os terceirenses? Há nestes documentos os habituais conflitos assumidos pela Sra. Secretária em Comissão entre a sua tutela setorial e a tutela financeira da Região? Ou mesmo com a Presidência na tomada das decisões?

Em mais nenhum lado caem as promessas ou se adiam por 10 ou mais anos, como na Terceira, os investimentos como se tem vindo a realizar.

E, de facto, dizer, como disse o Sr. Vice-Presidente no Conselho de Ilha e ainda aqui neste debate, que depois da saída dos norte-americanos da Terceira que a economia cresceu e que houve mais empregos? Oh Sr. Vice-Presidente, só se for nos seus dados, porque na vida real não é, não aconteceu, e não vale tudo, Sr. Vice. Presidente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas: O Governo não pretendeu tutelar Conselho de Ilha coisíssima nenhuma. O que se passou, muito pelo contrário, foi que alguns conselheiros que estavam com alguma falta de voz em alguns sítios acharam que a deviam ter no Conselho de Ilha.

Deputada Mónica Rocha (*PS*): Muito bem!

A Oradora: De qualquer forma, e o Sr. Deputado o reconhecerá, foi feito um esforço tremendo da minha parte para explicar o ponto de situação em relação a todos os assuntos que estavam pendentes em relação à Ilha Terceira. Se o Sr.

Deputado não gostou da resposta ou se essa não foi de encontro àquilo que pretendiam, eu tenho imensa pena.

Eu volto a dizer-lhe que ainda vamos surpreendê-lo em relação ao Porto de Pipas, e a esse respeito eu gostava de anunciar, conforme tinha sido o meu compromisso, que a solução técnica já está encontrada, que será apresentada a muito breve trecho, que está a ser preparada em termos de projeto, e que cumpre com aquilo que foi o compromisso deste Governo: construção de uma rampa ro-ro e ampliação do cais acostável.

E, portanto, Sr. Deputado, aquilo que disse na altura no Conselho de Ilha e que aqui também já lhe disse, eu julgo que vou conseguir fazê-lo, nós vamos surpreendê-lo e vamos avançar com o Porto de Pipas, ao contrário daquilo que é a sua vontade.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nem vou utilizar a figura do protesto para responder àquela provocação da minha vontade ou da falta de vontade dos investimentos na Ilha Terceira porque acho que tenho um passado e um lastro que fala por mim no que diz respeito à vontade.

E, portanto, vou-lhe dar um exemplo daquilo que referi na intervenção anterior. Esta Casa aprovou por unanimidade e por proposta que acabou por se tornar

conjunta de todos os partidos uma resolução para a construção de um cais de cruzeiros na baía da Praia da Vitória. Nem rúbrica aberta houve nestes documentos provisionais, nem rúbrica aberta! E isto atesta da falta de vontade do Governo Regional em realizar alguns investimentos estruturares na Ilha Terceira, como eu aqui referi na intervenção anterior.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Luís Rendeiro, o senhor insiste em esquecer aquilo que eu lhe digo. O cais de cruzeiros, eu bem sei que o homem sonha, a obra nasce, mas nem tanto ao mar, nem tanto à terra, e não é assim tão rápido, até uma criança leva nove meses.

Aquilo que foi dito e já lhe foi repetido é que a Portos dos Açores está a estudar, numa análise multicritério, qual é a melhor solução para a localização do cais de cruzeiros, e essa solução será apresentada até ao final deste mês de dezembro. Isto já foi dito várias vezes, foi dito no Conselho de Ilha no qual o senhor estava presente. Eu presumo que quisesse que eu repetisse aqui e assim aqui está a minha repetição daquilo que é o ponto de situação em relação ao cais de cruzeiros.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Oh Sra. Secretária, eu peço-lhe desculpa. Eu pedia só que me confirmasse a ação a que se referiu à estrada entre o Largo Jaime de Melo e a Ribeiro do Cabo. Se eu percebi, a ação 14.2.28 não corresponde a esse investimento.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): 20!
Disse 20!

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(* **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, muito obrigado.

Eu peço que tenha atenção ao tempo, porque efetivamente passa da 14.2.18 para a 14.2.23 e não existe a ação 14.2.28.

Pedi um documento a um colega, o meu documento podia estar mal, e, portanto, pedia essa confirmação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(* **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo, Sr. Presidente do Governo:

14.2.8. Erro meu.

Presidente: Eu aguardo só que o Sr. Deputado identifique para saber se se vai inscrever ou não.

Está certo?

(Aparte inaudível)

Mas é que já não tenho mais inscrições.

Então, Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isso é sintomático do quanto anda perdido este investimento. Há 20 anos, há 20 anos que esta estrada, a estrada que liga o Largo Jaime de Melo à Ribeira do Cabo, passou de alcatrão a piso de terra e está assim há 20 anos e ainda não vai ser desta que os senhores a vão reabilitar. Nem a rúbrica no orçamento os senhores sabem.

Mas eu vou contar a história rápida deste investimento. Em 2015 os senhores cancelaram a segunda fase da variante à cidade da Horta porque iam dar prioridade, na Ilha do Faial, a esta reabilitação da estrada. Fizeram um concurso que ficou deserto, fizeram um segundo concurso em que mantiveram o valor, mas diminuíram os trabalhos. A empresa que venceu esse concurso está a aguardar para iniciar esta obra desde janeiro deste ano, em junho deste ano nós apresentámos um voto de protesto aqui nesta casa e fomos apelidados de demagogos...

Deputado André Bradford (PS): E bem!

O Orador: ... e que a bancada do Partido Socialista, e cito: “O que é facto é que quando os senhores sabem que estes investimentos como o da reabilitação da Estrada Regional entre o Largo Jaime de Melo e a Ribeira do Cabo estão perto do seu início, fazem sempre este tipo de política de falar mal para certamente depois dizer aos faialenses que foi por vossa causa que a obra começou.

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está! É isso mesmo!

O Orador: A obra vai começar porque é um compromisso do Partido Socialista que vamos cumprir”, e eu pergunto: quando é que vai começar?

Isto foi em junho, nós estamos em novembro. A empresa aguarda para começar a obra desde janeiro e essa obra nunca começou. Uma obra que custa mais de dois milhões de euros está pronta para assina a contratação, os senhores inscrevem 300 mil euros.

E mais! Que na anteproposta de plano que os senhores apresentaram aos parceiros sociais e ao Conselho de Ilha, esse investimento não constava. Depois o Conselho de Ilha reclamou, a Sra. Secretária na reunião com o Conselho de Ilha disse que tinha acontecido um lapso e que já estava inscrita com 300 mil euros.

Ora, 300 mil euros, Sra. Secretária, para uma obra que custa dois milhões e que está pronta para ser iniciada é muito pouco, e isto prova mais uma vez, com essas peripécias todas, que os senhores estão efetivamente a enganar as pessoas. Mais um ano em que não vão fazer este investimento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu venho a este debate porque há aqui uma visão minúscula, setária, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ou é minúscula ou setária!

O Orador: ... sobre a questão da repavimentação das estradas regionais do Faial.

Senão vejamos: nós quando chegámos ao Governo já havia o número de quilómetros de estradas que há hoje. Eram 117 quilómetros de estradas regionais e os Governos do Partido Socialista, até este momento, já

pavimentaram mais de 90 quilómetros, e o Sr. Deputado fala numa estrada regional, que por acaso já estava inscrita nos planos do PSD antes de 96 e que neste momento está quase a começar e é um grande problema para o PSD!

Este é o PSD da minudência e dos não-exemplos! Este é o PSD da amplificação das coisas sem sentido, e este é o PSD em que os açorianos cada vez se revêm menos porque é o PSD da trica-política sem estratégia para nada, nem para os Açores, nem para meia-dúzia de quilómetros de estradas!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Garcia, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Deputado José Contente, esse tipo linguagem fica com o senhor e o senhor nessa estrada vai sozinho porque eu não vou consigo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Agora, ainda bem que foi o senhor a vir a este debate, porque o senhor é de facto o pai de muita promessa por cumprir nesta terra em termos de estrada.

Deputado André Bradford (PS): Não seja injusto!

O Orador: Eu vou só dar-lhe dois exemplos.

Manifesto do Partido Socialista de 1996 (1996!): Construir a variante à cidade da Horta.

Manifesto de 2000: Construir a variante à cidade da Horta (de novo), reabilitar as estradas interiores da Ilha do Faial, Largo Jaime de Melo – Ribeira Funda, e Largo Jaime de Melo à Ribeira do Cabo.

Quem era o secretário nessa altura, destas brilhantes estradas?

Oh Sr. Deputado José Contente, o senhor enganou os faialenses e ainda bem que o senhor veio aqui retratar-se, porque estas de facto...

Permitam-me esta indignação porque não é normal eu ter que me levantar nesta Casa a reclamar em nome desta ilha e do povo desta ilha promessas de mais de 20 anos por cumprir!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Não é para isso que existem Governos nem é para isso que foi instituída esta autonomia, para resolver os nossos problemas, e os senhores o que fazem legislatura a legislatura, de ano a ano, é enganarem as pessoas de manifesto em manifesto, de plano em plano, porque se estes planos valessem de alguma coisa, o que aqui é escrito, estes investimentos estavam há muito feitos! Os senhores continuam a enganar as pessoas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não tomo a nuvem por Juno porque eu posso dizer com alguma satisfação que havendo uma rede viária regional de 1450 quilómetros, no tempo em que eu fui responsável conseguimos mexer, construir, repavimentar 1200 quilómetros. Não é pelos seus quilómetros que eu fico de algum modo diminuído.

De qualquer maneira, queria dizer-lhe que dos 117 quilómetros de estradas regionais do Faial, já se conseguiu mexer em mais de 90. E sabe outra coisa, Sr. Deputado? Eu teria vergonha de outra coisa. Nós quando chegámos ao Governo, sabe que as estradas do Faial eram as melhores dos Açores até 1976? E sabe porquê? Porque dependiam diretamente do Ministério das Obras Públicas e as juntas gerais tinham menos dinheiro.

Mas o problema é que os senhores quando chegaram ao Governo nunca mais olharam para as estradas do Faial e elas passaram das melhores para as piores dos Açores. Isso é que vos devia envergonhar! A nós não porque nós começámos a fazer muitos investimentos!

Em relação a algumas situações que ainda não estão acabadas, está aí a primeira fase da variante. Mas sabe também que houve uma petição, que se calhar o senhor assinou, não sei, se calhar não, ou se calhar sim, não sei, para que a segunda fase da variante fosse muito bem pensada porque aquele traçado não era o melhor, iria mexer com alguns loteamentos aqui do centro da cidade. E, portanto, até esse processo não é a preto e branco como o senhor pensa. Tem exatamente alguns contornos das decisões não terem sido tomadas por isso.

De resto, nós estamos a falar em quem fez e pavimentou 90 quilómetros em 117, e em que não fez nada no resto desta ilha e também nos Açores.

Em relação às minhas intervenções, elas podem ser mais ou menos acaloradas, mas eu já levo aqui alguns anos, e nenhum dos Srs. ou das Sras. Deputadas, independentemente do calor das minhas intervenções, me viu algum dia fulanizar questões, chamar nomes a alguém, ou simplesmente ofender alguém.

Mas as minhas intervenções são exatamente assim e eu procuro que elas sejam carregadas do espírito que me vai na alma e é este espírito e linguagem direta que vão ver sempre, enquanto eu cá estiver não me vão tirar isso.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Deputado José Contente, se o senhor encontrou as piores estradas dos Açores, eu quero-lhe dizer que hoje, no ano de 2018, e eu ando por essa Região toda, o Faial tem efetivamente a pior rede viária regional.

Deputado José Contente (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Eu convido os senhores a irem percorrer as estradas do interior da Ilha do Faial. Eu convido.

Eu falo muito desta estrada porque desde há 40 anos que circulava naquela estrada nas minhas tarefas de ajuda ao meu pai na lavoura e atravessava aquela estrada a cavalo ainda, uma estrada em alcatrão, e passado 40 anos eu já não tenho um estrada, eu tenho uma canada! Nós andámos para trás e não é para isso que nós construímos autonomia, é para resolver os problemas de uma estrada que massacra a vida dos agricultores no dia-a-dia, que massacra a vida dos turistas que querem atravessar a Ilha do Faial.

E, portanto, é uma tristeza.

Como é uma outra tristeza a variante que em 22 anos, uma variante que tem cerca de cinco quilómetros, os senhores em 22 anos fizeram a proeza de fazer 2,5 quilómetros, e a outra cancelaram. A outra que é uma estrada pequenina de menos de dois quilómetros, mas que é estruturante para o desenvolvimento desta terra porque liberta trânsito do centro da cidade, porque vai criar novos acessos face à construção, por exemplo, do novo quartel fora do centro da cidade, e os senhores com isto estão a estrangular o desenvolvimento da Horta e o desenvolvimento da Ilha do Faial.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E é isto que eu lamento e é isto que eu fico triste que este Partido Socialista, que 22 anos nós ainda tenhamos que estar aqui a reclamar as vossas promessas de 1996. Andámos para trás, infelizmente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Não havendo mais inscrições, vamos passar agora às intervenções de tribuna.

A primeira cabe ao PS. Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As acessibilidades assumem um papel essencial no desenvolvimento económico e social de uma Região insular como a nossa, onde a mobilidade das pessoas e de bens é fundamental para a qualidade de vida, para a dinamização e competitividade da nossa economia e para a nossa Coesão Social e Territorial.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: As políticas desenvolvidas pelos Governos do Partido Socialista dos Açores resultaram num sistema de transportes e de infraestruturas mais completo e mais capaz de servir os Açorianos e a nossa economia.

Concretizada a reforma do modelo de acessibilidades de e para a Região, onde se conjugam rotas liberalizadas, com rotas de obrigações de serviço público de passageiros e carga, obtivemos uma diminuição do custo da acessibilidade e o incremento da nossa economia, bem visível no setor do turismo.

Nos Açores, o Partido Socialista garantiu uma reforma com especial atenção para o preço máximo a pagar pelos residentes e estudantes, ao contrário de uma liberalização pura e dura, que aconteceu em outras regiões, e defendida por alguma oposição.

No número total de passageiros desembarcados na região, registamos um crescimento que ronda os 18% de 2016 para 2017, o que representou um crescimento de 243 mil passageiros, atingindo em 2017 mais de 1,5 milhões de passageiros desembarcados.

No total de passageiros desembarcados nos voos inter-ilhas, destaque para um crescimento médio de 9%, o que representou um crescimento de 54 mil passageiros, atingindo os 645 mil passageiros desembarcados em 2017.

Sras. e Srs. Deputados:

O PS gostaria de destacar o papel fundamental da nossa companhia aérea, a SATA Air Açores, que continuamos a desejar 100% pública, como importante instrumento de Coesão Regional e Territorial.

Precisamos de uma SATA que continue a dar resposta ao incremento da procura, adequando e evoluindo a sua oferta de forma sustentada, garantindo, por um lado, a mobilidade e acessibilidade dos Açorianos, e por outro permitindo o seu desenvolvimento económico, potenciando as particularidades e especificidades de cada uma das nossas ilhas.

De forma contínua, queremos assim também monitorizar, avaliar e adequar a oferta à procura, garantido a todas as ilhas, uma mobilidade e acessibilidade adequadas.

De referir que o Partido Socialista não abdica da implementação de obrigações de serviço público para os serviços aéreos regulares do transporte de carga aérea e correio, entre os Açores e o continente português. Esta é uma peça essencial no incremento da nossa competitividade para as nossas empresas ao nível das suas exportações, potenciando a valorização dos produtos açorianos, com particular destaque para os produtos da fileira da pesca.

Relativamente às infraestruturas aéreas, o Governo dos Açores, propõe prosseguir com as intervenções necessárias à melhoria da operacionalidade e segurança das infraestruturas aeronáuticas da região, com destaque para a construção do novo terminal da Aerogare Civil das Lajes e a requalificação e ampliação da aerogare da Graciosa.

Nos transportes marítimos, relativamente ao transporte de carga, o objetivo passa por aprofundar e evoluir o modelo existente, que deve ser explorado e desenvolvido, com o propósito de otimizar e reduzir os seus custos, para uma maior competitividade da economia açoriana, nomeadamente com a redução dos tempos de entrega nos mercados exportadores.

No serviço de transporte de passageiros e viaturas da Região, o Governo dos Açores do Partido Socialista, pretende transpor para toda a Região, os bons resultados conseguidos na operação regular do triângulo, incrementada e melhorada após a aquisição de dois novos navios, garantindo um serviço de maior regularidade, qualidade e conforto, e que adicionou o transporte de viaturas.

Para alcançar este objetivo o Governo pretende a aquisição e construção do primeiro de dois navios, que permitirá, por um lado, eliminar a incerteza e os

custos do fretamento de navios, e por outro, potenciar o desenvolvimento de um mercado interno.

No domínio dos transportes terrestres pretende-se continuar a assegurar os serviços de transporte regular coletivo de passageiros, o sistema de passe social, a melhoria das infraestruturas de apoio ao transporte público e a realização de ações e campanhas de prevenção e segurança rodoviária.

Sras. e Srs. Deputados:

Nas acessibilidades o Governo Regional do Partido Socialista desenvolveu e continuará a desenvolver um conjunto de infraestruturas e meios adequados para o desenvolvimento do setor dos transportes que agora devem ser potenciados pelos nossos agentes económicos.

O percurso realizado, não foi realizado sem percalços, sem contratempos, mas o trabalho desenvolvido, e principalmente os resultados conseguidos, reforçam a nossa motivação e a nossa vontade de fazer mais e melhor, de continuar a promover reformas que permitam melhorar continuamente a mobilidade e a acessibilidade na Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Passamos agora para a próxima intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Exma. Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há precisamente um atrás começaram a confirmar-se os piores rumores sobre o encerramento e despedimento coletivo dos funcionários da COFACO na ilha do Pico.

Durante os meses que se seguiram este parlamento acompanhou, trabalhou e criou uma posição quase unânime de como acudir a uma ilha que perdeu quase 200 postos de trabalho.

Foi então aprovado por unanimidade nesta casa um plano de ação para fazer face a tão grave ocorrência, plano apresentado pelo PSD.

No mínimo o que se esperava é que este plano de 2019, sendo o primeiro após a sua aprovação, refletisse as ações que também o Partido Socialista aprovou.

Mas nada!

Nem uma palavra, com a conclusão de que o Governo ignora o que o este parlamento aprova!

Aliás, é preciso relembrar que foi aprovada na Assembleia da República uma resolução do PCP de Majoração do Subsídio de Desemprego, mas o Vosso Governo da República do PS não cumpriu até ao momento.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, também na sua área se previam ações concretas, nomeadamente proporcionando mais acessibilidades aéreas com o exterior da região, e aumento do número de lugares disponíveis inter-ilhas e com o exterior.

Mas não!

Todos os sinais são contrários!

Sem aumento do número de voos, sem aumento de lugares disponíveis, e com inúmeras contradições:

- Entre apostar no turismo, para fazer face ao despedimento coletivo, e não dar condições para apostas seguras no Turismo.

Que fique claro, o que o Pico precisa, no próximo Verão, no mínimo são 6 ligações semanais com o exterior.

Os números comprovam a necessidade, a procura, e os empresários aguardam!

Sra. Secretária, sobre as infraestruturas da sua responsabilidade não existem mais desculpas.

Falamos concretamente do Terminal de Passageiros e Porto Comercial de S. Roque e sobre o Aeroporto do Pico.

Referimos porque até os Vossos Autarcas se atrapalham sobre estas assuntos.

Quando os Senhores fazem junto dos Picoenses o discurso dos Fundos Comunitários e da racionalidade dos investimentos, o que lhes vem à memória são os exemplos como o da SINAGA!

Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento agora apresentado para o Pico, é um documento que só merece descrédito.

Se subtrairmos os valores das obras realizadas e não pagas ainda, os valores mal-esclarecidos, como o caso dos valores relacionados com as obrigações de transporte aéreo e marítimo, os níveis de execução, podemos concluir que o plano não passa de 35 milhões, portanto, muito longe dos 55 inscritos.

Dos 14 programas, 9 têm menos verbas do que em 2017.

Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Para finalizar, ontem mesmo as ocorrências nas Lajes do Pico comprovaram a fragilidade da Baía, os projetos mal concluídos e as muitas interrogações sobre as obras agora iniciadas, portanto, deixamos-lhe aqui o repto para se pronunciar.

A última palavra vai para o Porto da Madalena, dossier longe de estar encerrado porque as questões de fundo estão por resolver e os erros cometidos estão por corrigir.

Tenho dito.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Mário Tomé, tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

De facto a questão da COFACO é pertinente, preocupa-nos a todos e penso que foram feitas várias diligências e por unanimidade relativas à situação da COFACO. É uma preocupação comum e constante.

Relativo à questão das acessibilidades, de facto nem tudo é perfeito e obviamente, também como picaroto, quanto mais acessibilidades tivermos, melhor para a nossa economia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Parabéns, Sr. Deputado! Uma postura séria!

O Orador: Mas é preciso lembrar aqui alguns aspetos, Sr. Deputado. É que, por exemplo, só comparando entre 2014-2017 houve um aumento só nos voos inter-ilhas de 45,7%; nos territoriais de 89,5%. E é curioso que de forma tão arrojada faça referência a estes voos e não faça referência aqui a uma questão que nos preocupa também, que é a posição, obviamente, do PSD nesta matéria relativa à privatização da SATA.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É que está a pedir voos, mas a questão da possível privatização é que pode pôr em causa inclusive a *gateway* do Pico, e eu gostaria de ouvi-lo sobre esta matéria.

Relativamente à questão das infraestruturas portuárias, devo-lhe dizer que a obra das Lajes do Pico e o porto de pesca das Lajes do Pico (o molhe de proteção) foi uma excelente obra porque de facto vivemos em ilhas altamente fustigadas pelo mar, com ondulação 9-12 metros, é difícil não existir problemas. E devo-lhe referir de forma muito frontal.

Não sei, não me apercebi se tinha falado do Porto de São Roque, é preciso de ter noção, especialmente quer o Porto de São Roque e Madalena, quem é que criou inicialmente estas infraestruturas. Estamos a falar de duas infraestruturas a norte do atlântico.

Questiono se conhece mais alguma infraestrutura a norte do atlântico a não ser aquelas duas. O caso do porto de São Roque é uma questão bastante pertinente, estamos a falar de um solução técnica difícil que exige a responsabilização de quem vai executar a obra, e não tenho dúvida nessa matéria de que a obra vai ser executada, mas vai ser executada com responsabilidade e com a decisão adequada de acordo com os condicionalismos existentes.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado! Grande intervenção!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

A última intervenção de tribuna cabe ao CDS. Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No entender do CDS, este Plano Anual Regional para 2019 volta a ficar muito aquém das necessidades de investimento da ilha Terceira. Apesar de, à primeira vista, até se registar um pequeno aumento de investimento, na verdade, dos cerca de 163 milhões de euros inscritos, o valor de investimento propriamente dito não vai além de 40 milhões, o que, obviamente, defrauda as expetativas dos Terceirenses.

Em relação aos transportes e obras públicas, infelizmente, o Plano de Investimentos será mais do mesmo para 2019. No que à Terceira diz respeito, aprofunda-se perigosamente o hábito do Partido Socialista de fazer render desmesuradamente as obras e os investimentos.

A receita é simples, primeiro faz-se render as promessas durante anos a fio, com projetos, apresentações públicas e algumas primeiras pedras à mistura. O Terminal de Cargas da Aerogare civil das Lajes, diga-se, é uma promessa de 1999.

Outras vezes e sem grandes justificações, abandonam-se os investimentos, como aconteceu com o cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo. Depois, nos casos em que se avança efetivamente com os investimentos, faz-se render a construção da obra muito para além do previsto, como aconteceu com o Parque Tecnológico da Ilha Terceira, que o Partido Socialista garantiu estar pronto em 2010, e só ficou concluído 8 anos depois.

Por fim, quando as obras ficam de facto concluídas, lá faz o PS render a bandeira mais 2 ou 3 anos com o apetrechamento das instalações. O Laboratório Regional de Veterinária é um exemplo concreto de como o Partido Socialista faz render, do princípio ao fim, as obras na Ilha Terceira:

Um investimento prometido no ano 2000, cuja construção apenas se iniciou em 2009 e que só ficou concluída em 2014. Quase 20 anos depois, incompreensivelmente, ainda continuamos à espera do apetrechamento desta infraestrutura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Apesar dos sucessivos e adornados destinos a dar ao porto da Praia da Vitória, desde a plataforma logística até ao hub atlântico, a verdade é que aquele ativo verdadeiramente estratégico continua sem uma solução à vista.

Quanto à construção da rampa ro-ro do Porto das Pipas, continua, como sempre, a sofrer inexplicáveis atrasos. Apesar da verba inscrita no Plano, com a suspensão da linha lilás até ao final da construção do novo navio de transporte de passageiros, não é difícil adivinhar que ainda não será desta que o projeto sairá do papel.

Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente ao investimento na Educação, a situação é igualmente preocupante para a Ilha Terceira. Para além de uma redução de mais de 1 milhão de euros na verba destinada ao apoio social e para lá de uma redução em cerca de 7,3% no investimento em construções escolares, o que se verifica é que as poucas obras para a ilha Terceira vão-se perpetuando no tempo, arrastando-se de ano para ano, como acontece com a reparação da Escola Vitorino Nemésio e a reparação do complexo desportivo da Escola Jerónimo Emiliano de Andrade.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso foi tudo esclarecido ontem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A Saúde é também o exemplo do desinvestimento na Ilha Terceira e da incapacidade deste Governo em atender às reivindicações dos terceirenses e às necessidades da Ilha Terceira.

A unidade de radioterapia da Terceira, construída para fechar antes de abrir, é um exemplo paradigmático da gestão errante das infraestruturas da saúde e do desperdício dos recursos públicos.

É um exemplo de mau planeamento, de má gestão, de falsa promessa e de esbanjamento de milhões de euros, que teriam sido essenciais para aplicar em outras áreas necessitadas da saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Na agricultura, o principal pilar da economia açoriana, verifica-se uma redução superior a 5 milhões de euros nas verbas destinadas à Ilha Terceira. Numa altura em que cada vez mais se justifica um reforço da aposta neste setor, e no final de um verão marcado por uma seca severa e que trouxe enormes prejuízos aos agricultores terceirenses, o Governo Regional, incompreensivelmente, opta por um doloroso corte no investimento destinado à Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

Deputada Isabel Quinto (PS): Na ilha terceira, exatamente!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Vamos discutir isso amanhã!

O Orador: Importa, por isso, que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas explique aos Terceirenses como se justifica o corte brutal de 45% no investimento em infraestruturas agrícolas e florestais?!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Onde é que vai cortar esses quase 5 milhões e meio de euros Sr. Secretário? No abastecimento de água?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Nos caminhos agrícolas e florestais? Na eletrificação das explorações? Na construção de infraestruturas de apoio à agricultura? Os Terceirenses têm o direito de conhecer o porquê desta decisão e de saber onde vão incidir estes cortes.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Vai ter de esperar por amanhã!

O Orador: Ao nível do turismo, de acordo com os dados do Serviço Regional de Estatística relativos ao Verão IATA, a Terceira foi a ilha que menos cresceu em termos de passageiros desembarcados, tendo mesmo registado uma quebra no número de passageiros nos meses de junho e julho, relativamente a 2017.

Para além da inexistência de medidas do Governo que contribuam para a inversão dessa tendência negativa, desafortunadamente, o Plano prevê ainda um desinvestimento de cerca de 7% no montante global para desenvolvimento do turismo da Terceira, destacando-se a redução de quase 400 mil euros na verba destinada à promoção e desenvolvimento turístico da ilha.

No que diz respeito ao ambiente, é de realçar, ainda, a redução de cerca de meio milhão de euros no investimento em recursos hídricos para a ilha Terceira. O investimento neste setor para a ilha tem vindo a ser sucessiva e drasticamente diminuído, regredindo de cerca de 1,5 milhões de euros em 2016, para cerca de 700 mil euros em 2017, pouco mais de 500 mil euros em 2018, chegando-se à insignificante verba de 50 mil euros para 2019. Na verdade, parece uma piada de mau gosto para uma ilha com os problemas que a Terceira tem ao nível de recursos hídricos.

Ainda neste capítulo, a Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo afirmou, perante o Conselho de Ilha da Ilha Terceira, que está em fase de conclusão um estudo a partir do qual se escolherá a solução tecnológica para armazenamento de energia na ilha. No entanto, a verdade é que, cinco dias antes, a Sra. Diretora Regional da Energia havia já adiantado que a central hídrica reversível é um "projeto abandonado", o que, para além de revelar uma evidente descoordenação ao nível da tutela, significa mais uma machadada no famigerado PREIT, que previa "antecipar o investimento da construção da Central Hídrica Reversível" da ilha Terceira.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Vamos discutir isso amanhã!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porque não hoje? É intervenção de ilha!

O Orador: É verdadeiramente lamentável.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os terceirenses não querem promessas para um futuro que nunca chega. Os terceirenses querem e precisam que se recupere do passado e que se cumpra o presente.

Quando um Orçamento e um Plano são aprovados nesta casa, são para cumprir. Compete ao governo executá-los.

É assim que funciona o nosso sistema político. É essa a vontade do CDS e é essa a legítima expectativa dos Açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, já não é a primeira vez, nem a segunda, nem a terceira, que o Sr. SRAPAP...

Das duas uma. O CDS tem quatro deputados, no Governo estão 10 ou 11, ou lá quantos são. Portanto, é legítimo nesta Casa fazer as intervenções de ilha. Por isso é que existem deputados de ilha. Agora, se o Governo entende...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Governo não entende nada!

O Orador: ... e o Sr. SRAPAP entende que só se faz intervenções sectoriais e que fala o mestre e os servos respondem, estão muito enganados.

Presidente: Sr. Deputado, não é essa a questão, com certeza.

O Orador: A questão é esta, é porque é a terceira vez que ele faz isto nesta sessão.

Deputado André Bradford (PS): Ele quem?

O Orador: E, portanto, faremos intervenções de ilha quando tivermos que fazer, a seguir ao Secretário que entendermos fazer, e se não quiserem dar respostas, o problema não é nosso, é naturalmente do Governo se não quiser esclarecer esta Casa e os açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo, Sr. Deputado André Bradford, que é para uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedia à Sra. Presidente que me esclarecesse duas coisas relativas ao regimento e às regras com que normalmente organizamos este debate.

Primeira questão: este debate é ou não organizado sectorialmente e não por ilha?

Segunda questão, isto já é respeitante à lei eleitoral: os deputados desta Casa são eleitos por círculos de ilha e são deputados regionais. Presumo.

É natural que tenham uma afinidade maior com os temas das suas ilhas, é legítimo que os defendam, mas isso não significa que isso seja motivo suficiente para alterar ...

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sempre foi assim!

O Orador: ... a lógica de organização deste debate, que é sectorial.

E, portanto, é muito difícil organizarmos agora uma resposta a estas questões depois de termos planeado todo o debate numa lógica sectorial.

É só essa a nossa questão e a nossa dúvida.

Eu não estou a criticar nada, estou só a explicar qual é a nossa dificuldade em adaptarmo-nos a este modelo que cada um tem. Porque o do PSD ainda é diferente. Começa por um tema, vira para a ilha, e vai outra vez para o tema.

E, portanto, não é assim que nós concebíamos este debate, nunca foi assim e temos essa dificuldade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Há mais duas interpelações à Mesa, julgo que sobre esta matéria. Por isso, deixarei ficar para o fim os esclarecimentos.

Sr. Deputado Artur Lima, interpelação à Mesa e não para responder ao Sr. Deputado André Bradford que eu no final responderei a todos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Exatamente, é interpelação à Mesa porque eu não vou responder obviamente ao Sr. Deputado André Bradford, mas, como vossa excelência se lembra, ou far-lhe-á recordar se quiser, sempre se fez aqui intervenções de âmbito de ilha. E, portanto, queria que vossa excelência me dissesse que se a partir do momento em que passamos a ser deputados regionais, gostaria que me esclarecesse, perdemos a condição de deputado de ilha. Era esta questão que eu gostaria que vossa excelência esclarecesse.

Porque se assim for, Sra. Presidente, então somos todos deputados regionais, e se assim for, Sra. Presidente, fazemos um círculo único regional e acabamos com os deputados de ilha. Aliás, temos uma boa oportunidade para isso, que é a CEVERA, para a gente tratar do assunto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, julgo que também uma interpelação sobre esta matéria. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma interpelação sobre esta matéria para, Sra. Presidente, dizer o seguinte: integro a conferência de líderes desde 2008 e o

debate sempre foi organizado nestes moldes. Nunca existiu nenhuma dúvida em relação a esta matéria e nem sequer o Partido Socialista tinha qualquer dúvida, porque a proposta de que não se realizasse a conferência de líderes na segunda-feira foi exatamente o Partido Socialista porque não tinha nenhuma dúvida em relação ao desenvolvimento dos trabalhos.

Foi o Partido Socialista que propôs que não se realizasse essa reunião, e devo dizer o seguinte: na perspetiva da representação parlamentar do PPM, a Sra. Presidente está a conduzir os trabalhos como sempre conduziu.

E, portanto, nesta matéria o que a Sra. Presidente está a fazer é respeitar a história do Parlamento dos Açores nestes últimos anos e fazer exatamente aquilo que foi feito nos anos anteriores.

Sra. Presidente, eu tenho que dar este testemunho neste momento em que está a ser colocado o seu trabalho em causa por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Presidente: Sr. Deputado, eu até fico surpreendida pela sua defesa ao meu trabalho, mas eu não me sinto atacada por ninguém neste momento.

Sras. e Srs. Deputados, vamos esclarecer. O debate é organizado sectorialmente, sempre foi. E realmente não houve conferência de líderes segunda-feira porque ninguém teve dúvidas que era assim que ele iria ser organizado.

Há, no entanto, uma praxe que permite à Mesa dar alguma latitude nas intervenções que são as chamadas intenções de ilha e que são mais restritivas.

Mas eu ao longo destes dois dias de debate também tenho vindo a esclarecer que naturalmente todos nós aceitamos que as perguntas que são feitas de tribuna são retóricas porque nenhum Sr. Secretário Regional se sentirá na obrigação de responder porque não está na sua área sectorial para responder.

E, portanto, aqui a questão está na praxe que a Mesa tem dado e que todas as Sras. e Srs. Deputados concedem de nesta latitude se poder fazer intervenção de

ilha. Mas, nesta legislatura, nós ainda teremos mais um plano e orçamento e naturalmente poderemos voltar a debater este assunto.

Agora, não há dúvida de que o debate é organizado sectorialmente. Aliás, não temos feito outra coisa senão isso, permitindo naturalmente que hajam outro tipo de intervenções que muitas vezes até nem sequer são de ilha e que são mais abrangentes e que preveem, também considerando o tempo que cada bancada dispõe. Nenhum deputado aqui se opôs a que isso acontecesse, nem tão-pouco o Governo, que naturalmente o que tem tentado fazer é esclarecer, que depois também o Sr. Deputado quando chega ao seu lugar não exigirá uma resposta às várias questões que colocou e que naquele momento não poderiam, efetivamente, ser respondidas.

Penso que isto é aquilo que tem acontecido, é o que acontecesse desde que está a trabalhar nesta Assembleia com tempos globais e é aquilo que tem vindo a acontecer, e não tem havido oposição.

Penso que consegui esclarecer.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra. Para uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já sei qual é a resposta, mas vossa excelência vai ter que a dar.

Sra. Presidente, a partir do momento em que passamos a deputados regionais, se deixamos de ser deputados de ilha. A Sra. Presidente responda, porque foi isso que foi aqui afirmado e, portanto, responda.

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o senhor é alguém para falar do estatuto a alguém?!

Deputado José San-Bento (PS): E o senhor é alguém para falar desses modos?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não nos vamos inquietar com estas questões.

Nós todos somos eleitos por círculo de ilha, mas a partir do momento em que assumimos o nosso mandato, passamos a ser deputados regionais. Logicamente que não deixamos de ser eleitos por um círculo eleitoral de ilha, mas representamos a Região. É isso que diz no artigo 1º do estatuto dos deputados.

Representamos a Região, somos eleitos por ilha, mas somos deputados regionais, representamos a Região.

Penso que não há mais nenhuma interpelação, penso que também não há pedidos de inscrições para pedidos de esclarecimentos a esta última intervenção.

Sendo assim, vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 17h20.

Eram 16 horas e 52 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 30 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, precisamos de quórum para recomeçarmos os trabalhos.

Vamos então dar continuidade ao debate.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Serviço Regional de Saúde é um sistema complexo, com realidades diferentes de ilha para ilha, e em permanente mutação.

Os desafios são constantes, obrigando a uma adaptação atenta e oportuna, de modo a assegurar a eficiência e eficácia das respostas de saúde aos utentes da Região.

Numa região arquipelágica, a saúde assume-se como um fator de coesão regional, e coloca uma exigência redobrada para garantir que cada açoriano tenha as mesmas condições de acessibilidade.

Não há sistemas de saúde fechados, havendo sempre margem e necessidade para introduzir melhorias, maior eficiência e eficácia na utilização dos recursos, maior exigência e responsabilidade na gestão em todos os níveis de atuação, maior perseverança e proximidade na ação.

Com a mesma humildade com que devemos reconhecer que o Serviço Regional de Saúde não é uma exceção a esta afirmação, devemos reconhecer os desafios ultrapassados, afirmar com convicção que temos orgulho no Serviço Regional de Saúde, por aquilo que o diferencia e caracteriza, por respeito à dedicação dos seus profissionais e pelos Açorianos, que o merecem, e a ele recorrem.

Sendo o Plano Regional de Saúde 2014-2020 o documento estratégico que engloba as recomendações, orientações e as ações para maximizar os ganhos em saúde, procedemos à sua avaliação em 2017, porque só avaliando podemos ter a certeza de que estamos no rumo certo, porque só avaliando podemos corrigir e porque, ao corrigir, estamos a evoluir.

A avaliação, que partilhamos com esta Assembleia, revelou não só as áreas onde há que introduzir correções e melhorias na ação, mas também revelou os resultados que evidenciam o investimento realizado na saúde nos Açores.

É inegável que hoje temos um Serviço Regional de Saúde mais forte, mais robusto para servir os Açorianos.

Não porque o Governo dos Açores o diz, mas porque os factos o comprovam.

Em 2017, verifica-se que já são mais de 5 mil os profissionais a contribuir para a melhoria da acessibilidade dos açorianos à saúde.

São mais médicos, mais enfermeiros, mais técnicos de diagnóstico e terapêutica, entre outros.

Provam-no as 800 mil consultas de especialidades médicas que os Açores tiveram à sua disposição. Um crescimento de 26,4%, relativamente a 2014.

Demonstram-no as consultas de enfermagem, que aumentaram 150% neste período, fixando-se nas 750 mil.

Provam-no a utilização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, que tiveram um acréscimo de 17% neste período, rondando os 5,5 milhões de atos.

Estes resultados animam-nos, porque refletem uma melhoria na acessibilidade dos açorianos ao Serviço Regional de Saúde, mas demonstram também que as exigências são crescentes e as necessidades em saúde também.

Enquanto houver um Açoriano sem médico de família ou em lista de espera para consulta, cirurgia ou exames, não estaremos descansados com os números, mas motivados para o muito que ainda há a fazer.

Relativamente a médicos de família, o reforço é evidente, com mais 30 profissionais contratados desde 2015, com maior celeridade na contratação e consequente fixação de médicos internos, o que permite, por exemplo, que os residentes no concelho da Ribeira Grande tenham uma cobertura total por médico de família até ao final deste ano.

Com os 43 internos que estão em formação nos Açores, com a atração de novos médicos, com mais e melhor formação, estamos convictos que, em breve, teremos médicos de família para suprir as necessidades dos concelhos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

Para estes profissionais, criámos também condições para se manterem atualizados e melhorarem as suas competências, apostando num Plano de

Formação abrangente, sendo que apenas nos últimos dois anos se realizaram 160 ações de formação dirigidas especificamente a estes médicos de medicina geral e familiar.

Implementámos um novo regulamento geral de deslocações, numa reforma que configura benefícios claros para os utentes, para a acessibilidade e para a gestão dos serviços.

Potencia-se assim a deslocação e a realização de consultas de profissionais de saúde às ilhas sem hospital, dinamizando-se a formação e troca de experiências com os médicos de família locais, e o reforço das consultas por telemedicina.

Por outro lado, este novo regulamento prevê que os processos de deslocação dos utentes aos hospitais sejam programados e geridos de forma a conciliar numa mesma deslocação várias consultas ou tratamentos, tendo-se criado a figura do gestor do utente deslocado.

Permitam-me que partilhe convosco alguns resultados da fase experimental do gestor do utente deslocado, a funcionar no Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira e nas Unidades de Saúde de Ilha da Graciosa e de São Jorge.

Nos primeiros três meses e com sete especialidades médicas envolvidas, foram efetuados cerca de 400 pedidos de marcação de atos médicos, tendo-se verificado que 20% das situações permitiam conjugar para o mesmo utente mais do que um ato na mesma deslocação e que em 10% das situações era necessário agregar exame e consulta para a mesma especialidade.

Para além da eficiência na organização das deslocações, os ganhos para os utentes foram evidentes.

As listas de espera cirúrgicas são um dos desafios, claramente assumido, mais importante que o Serviço Regional de Saúde enfrenta.

O quadro legal em vigor define as normas que devem ser implementadas para a gestão deste problema, sendo fundamental que as mesmas sejam cumpridas por todos.

Com cerca de 11 mil Açorianos em lista de espera para uma cirurgia, e com tempos de espera elevados, impunha-se a otimização do funcionamento dos blocos operatórios, o aumento dos limites para a produção acrescida e a implementação do programa CIRURGE, com o objetivo de diminuir o tempo de espera em lista.

Começamos a ter efeitos positivos na maioria das especialidades médicas. Por exemplo, na especialidade de Cirurgia Vascular, no Hospital do Divino Espírito Santo, o tempo de espera diminuiu mais de 50%: em janeiro de 2017, o tempo médio era de 1.006 dias, agora é de 477 dias, ou seja, recuperaram-se quase dois anos no tempo de espera.

Em Ortopedia, a diminuição foi de 22%.

Também no Hospital do Santo Espírito se verificaram melhorias significativas, como na especialidade de Urologia, que diminuiu os tempos de espera em 47%, e em Cirurgia Geral que diminuiu 29%.

O objetivo do CIRURGE, por outro lado, consistia na realização de cirurgias aos mais antigos da lista, tendo-se fixado o foco nos utentes inscritos antes de 01 de janeiro de 2015.

Cerca de mil Açorianos, inscritos entre 2010 e 2014, viram a sua situação regularizada, estando em resolução cerca de 500 utentes, principalmente na especialidade de Cirurgia Plástica.

Em 2019, esta é uma área em que o Serviço Regional de Saúde irá desenvolver esforços para diminuir o tempo de espera dos açorianos para uma cirurgia.

Estamos a dar passos importantes, mas enquanto existir um Açoriano em lista de espera nestas circunstâncias, não podemos estar totalmente satisfeitos.

Através do Registo de Saúde Eletrónico (antiga Plataforma de Dados de Saúde), será disponibilizado ao utente a sua posição na lista, sem necessidade de ter de consultar a unidade de saúde, e será revisto o formato da publicação periódica da informação estatística.

A prevenção e a promoção de hábitos de vida saudáveis foram objetivos centrais nestes dois anos de mandato, numa perspetiva de melhoria da qualidade de vida dos Açorianos, diminuindo as probabilidades de ocorrência de algumas das doenças crónicas.

São iniciativas estruturais o Programa Regional para a Alimentação Saudável, o Plano de Ação para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool, com a criação do Fórum Álcool e Saúde, e ainda o Plano de Ação de Combate ao Tabagismo. Sendo certo que não se alcançam no imediato as mudanças de atitude e a adoção de comportamentos saudáveis desejáveis, não podemos deixar de investir aqui, porque o fazemos em prol da saúde dos Açorianos e na minimização das complicações e co morbilidades futuras.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas:

Mais médicos, mais enfermeiros, mais consultas de enfermagem e de especialidade, mais exames de diagnóstico, mais cirurgias, novos equipamentos, maior produtividade, melhores hospitais e centros de saúde.

Esta é, em suma, a radiografia do Serviço Regional de Saúde na atualidade.

Uma radiografia factual e que só é possível porque assenta em três premissas:

Primeira: a decisão deste Governo de dotar o Serviço Regional de Saúde dos meios financeiros adequados para que, hoje, os Açorianos tenham ao seu dispor um serviço de saúde de qualidade que, mesmo com grandes desafios, honram a Autonomia.

Para 2019, serão cerca de 35,7 milhões de euros de investimento, mais 30% do que neste ano, a que crescem quatro milhões de euros aos atuais 300 milhões para o funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

A segunda premissa é uma opção política, claramente assumida por este Governo desde o primeiro dia, de valorizar o Serviço Regional de Saúde, enquanto instrumento que está ao serviço de todos os Açorianos, não apenas

porque esse era o nosso dever, mas, sobretudo, porque é uma das pedras angulares da coesão regional.

E a terceira premissa: porque os cerca de cinco mil profissionais que trabalham diariamente nos nossos hospitais, centros de saúde e postos de saúde são, sem margem para dúvida, o maior ativo que o Serviço Regional apresenta e porque a eles se deve, em primeiro lugar, as melhorias que se têm verificado nas mais variadas áreas.

No que concerne à construção e reabilitação de infraestruturas de forma a conferir melhor qualidade e conforto na prestação dos serviços, gostaria de realçar o início em 2019:

- Da construção da 2.^a fase do novo corpo C do Hospital da Horta e do novo Centro de Saúde do Faial;
- Da remodelação da zona da Consulta Externa e do Serviço de Urgência do Hospital do Divino Espírito Santo;
- Da remodelação do Centro de Saúde das Velas, sendo que, até ao final de 2018, será concluída a remodelação do Centro de Saúde da Calheta.

Durante 2019, estarão em execução as remodelações do Centro de Saúde das Lajes do Pico e do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores, já iniciadas em 2018.

Posso anunciar a aquisição de equipamentos de inovação tecnológica, de que é exemplo a aquisição do equipamento de Ressonância Magnética para o Hospital do Divino Espírito Santo e, na área das novas tecnologias de informação, a concretização do investimento do inovador sistema de informação de Imagiologia do Serviço Regional de Saúde.

Este sistema irá permitir maior eficiência na disponibilização dos exames e a sua consulta nas várias instituições, melhorando a celeridade do diagnóstico realizado aos utentes.

A integração de sistemas de informação também está expressa na aposta na inter-operabilidade dos sistemas atuais, cujo primeiro passo se materializou no acordo estabelecido com as várias empresas fornecedoras do Serviço Regional de Saúde.

No que respeita à melhoria constante na acessibilidade dos Açorianos aos cuidados de saúde, salienta-se o aumento considerável de verbas para a execução do regulamento geral de deslocações, potenciando as consultas de especialidade e os meios de diagnóstico e terapêutica.

Gostaria também de anunciar que, tendo em consideração a evolução atual da ciência, da medicina e de novos medicamentos, vamos garantir aos açorianos o acesso às inovações terapêuticas, quer em áreas de grande inovação, quer em áreas com forte componente de investigação, como é o caso das doenças raras ou da área oncológica.

Centrados na promoção da qualidade de vida dos açorianos, reforçaremos os investimentos na prevenção e promoção de hábitos de vida saudáveis, principalmente junto dos jovens, pois estamos certos que assim contribuiremos para uma geração de açorianos mais saudáveis no futuro e com uma menor incidência de doenças crónicas.

Menos consumo de tabaco e de álcool, melhor alimentação e mais exercício físico.

O estudo de caracterização dos comportamentos aditivos na Região Autónoma dos Açores está na sua fase final, e irá permitir estabelecer novas linhas orientadoras de intervenção nesta área.

São muitos os projetos que já estão em execução, que investem na prevenção, na minimização de riscos e no tratamento.

A criação e capacitação de equipas de intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências em todas as ilhas, a disponibilização de um manual para os profissionais de saúde com recomendações a este nível, permitirá

garantir às famílias açorianas o apoio necessário e melhorar a qualidade interventiva, de uma forma devidamente concertada.

Por sua vez, o Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores entrará em funcionamento, após a conclusão do respetivo concurso público de concessão e gestão.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os investimentos na Prevenção de Riscos e Proteção Civil complementam a área da Saúde, atendendo à estratégia de intervenção ao nível da emergência médica e da linha de Saúde Açores.

Em 2017 e 2018, investimos em ações de formação e sensibilização em suporte básico de vida e primeiros socorros, realizando cerca de duas centenas de ações, que abrangeram mais de 5.300 participantes.

A linha de Saúde Açores, que presta aconselhamento médico e de enfermagem, é um importante contributo para a redução das idas aos serviços de Urgência, e teve um aumento na sua utilização de 114% em 2017 e 111% em 2018, relativamente aos respetivos anos anteriores, fruto da divulgação que foi desenvolvida, bem como da qualidade do serviço prestado.

A renovação da rede de infraestruturas de quartéis de bombeiros tem vindo a ser cumprida, sendo que estão concluídas as ampliações dos quartéis de Santa Maria e de Santa Cruz das Flores.

A aposta consistente na formação dos profissionais e na sensibilização da população em geral e dos jovens, em particular, atingiu em 2017 e 2018 as 302 ações de formação para cerca de três mil formandos e 400 ações de sensibilização para 28 mil participantes.

Estamos convictos que, com profissionais melhor formados e a população mais sensibilizada, contribuiremos para elevar os níveis de intervenção e de segurança de toda a população.

Justifica-se referir também que o apoio financeiro às associações humanitárias de bombeiros voluntários tem um acréscimo de 10% por parte do Governo dos Açores, garantindo assim um financiamento mais adequado à realidade dos serviços prestados por essas entidades.

O valor do investimento em 2019 tem um acréscimo de 32,7%, relativamente a 2018, atingindo um montante de 9,3 milhões de euros.

Gostaria de realçar a construção dos novos quartéis de bombeiros da Povoação e do Faial, que irão permitir melhores condições de operacionalidade no apoio à população e melhores condições de trabalho para os respetivos bombeiros.

Em 2019, será concluído o processo de renovação da frota de viaturas de socorro, com a aquisição de 22 ambulâncias, que acrescem às oito já entregues em 2018, perfazendo um investimento de 1,5 milhões de euros nestas 30 ambulâncias.

Será também iniciado o investimento em equipamentos para busca e resgate em estruturas colapsadas e equipamentos de proteção individual, que dotarão as corporações e os respetivos bombeiros de melhores condições de atuação a este nível.

Em 2019 será renovado e reforçado o protocolo com o CIVISA no âmbito da prevenção, previsão e investigação científica de catástrofes naturais, no domínio da vulcanologia e fenómenos associados.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, caros colegas:

O desenvolvimento das áreas da Saúde e da Proteção Civil são fundamentais para a população açoriana, a primeira porque influencia a qualidade de vida e o estado de saúde dos Açorianos, a segunda porque potencia os níveis segurança individuais e coletivos.

Estamos conscientes do trabalho realizado, mas essencialmente focados naquilo que ainda falta fazer, com as energias concentradas no cumprimento dos compromissos assumidos perante os açorianos e açorianas.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de iniciar esta minha intervenção fazendo dois comentários. O primeiro, dirigir um elogio àquele que é um dos maiores bens do Serviço Regional de Saúde: o trabalho de todos os profissionais que o compõe. A todos, muito bem-haja.

E depois, gostaria também, se me permitem, dizer que o Sr. Secretário de facto fez uma radiografia factual, mas se talvez tivesse uma ressonância magnética ou um PET scan feito penso que o cenário que traçou teria sido mais real, porque de facto falou em feitos positivos do Serviço Regional de Saúde, mas omitiu, por exemplo, a nível da produção cirúrgica em Ponta Delgada que ainda recentemente foi notícia, não está a aumentar, está antes a diminuir.

Portanto, quem o ouviu acha que está tudo bem, mas tenho que fazer um ponto da situação e dizer que a realidade não é aquela que transmitiu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Orador: O plano que aqui hoje debatemos neste setor, tal como já foi anunciado, tem de facto um aumento considerável. O Governo assume assim que é preciso fazer mais. Nós também. Mas talvez seja, antes do que tudo, mais importante nesta fase ser mais rigoroso com as taxas de execução do plano neste setor.

Se olharmos para a taxa de execução da saúde, constatamos um dos valores mais baixos nas diferentes áreas da governação, quando obviamente não desejaríamos nem gostaríamos que assim fosse.

Os açorianos sabem que a qualidade do Serviço Regional de Saúde é imperiosa para que fossam ter confiança neste serviço, mas taxas de execução na ordem dos 58% em 2017, e de 48% até ao terceiro trimestre do presente ano, não podem transmitir aos açorianos aquilo que é exigido a este Governo: mais capacidade, mais eficiência, mais exigência, e claro, mais rigor.

Rigor no uso dos dinheiros públicos porque alguém tem que ser responsável pela gestão dos mesmos, e, portanto, aquilo que se passa em relação à radioterapia é um exemplo claro daquilo que não pode e não deve acontecer: gastar dois milhões de euros num aparelho que tem um propósito muito específico e que infelizmente ficará sem funcionar.

Mas falemos então de outras preocupações que afetam também os açorianos neste setor. Continuamos com listas de espera cirúrgicas proporcionais à distância que separa Santa Maria ao Corvo, e como há mais marés do que marinheiros, esta situação mantém-se ano após ano, plano após plano, e em relação a isto, se me permite Sr. Secretário, tenho três coisas que lhe gostava de dizer.

Primeiro: falta de transparência, Sr. Secretário. Gostaríamos nós de poder escrutinar de forma rigorosa o que para o PSD representa uma verdadeira calamidade neste setor, mas infelizmente os últimos dados disponíveis são de maio de 2018 e o senhor sabe perfeitamente que me refiro às listas de espera cirúrgicas.

Este Governo ignora aquilo que criou, e não informa sequer os doentes da sua posição na referida lista de espera.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Segundo: assimetria na acessibilidades. Também sabe do que é que falo. Sabe, por exemplo, que para uma mesma especialidade, há timings diferentes de resposta nos três hospitais. Por exemplo, se em Ponta Delgada, como aqui referiu, já se operam doentes inscritos em 2015, em Angra do Heroísmo operam-se doentes dessa mesma especialidade que foram inscritos em 2011. Portanto, há aqui quatro anos de diferença e uma assimetria na acessibilidade a estes cuidados.

Terceiro: diminuição da produção normal, Sr. Secretário. Por cancelamento de cirurgias, por salas de bloco operatório fechadas, por falta de enfermeiros, por falta de anestesistas. As razões, é certo, são variadas, mas em relação aos enfermeiros, digo-lhe que infelizmente o último concurso aberto pouco ou nada trouxe. Porquê? Porque o número de enfermeiros admitidos foi semelhante ao número de enfermeiros que saíram. E como o senhor bem sabe, a maximização destes profissionais de saúde neste ponto específico, leva tempo, porque formar um enfermeiro instrumentista não é o mesmo que formar um enfermeiro que trabalhará numa área médica.

E como o senhor já assumiu, o objetivo de operar até 31 de dezembro de 2018 os doentes que estavam inscritos a partir de 31 de dezembro de 2014, é uma realidade que, como o senhor disse em sede de Comissão, não vai conseguir cumprir.

E a minha primeira pergunta é: uma vez que o senhor já assumiu a incapacidade do Governo de cumprir este ponto, que medidas excecionais estão preconizadas de forma a colmatar este feito?

E adianto-me já, Sr. Secretário. Se o problema são anestesistas, eu disponibilizo-me já, aqui e agora, arranjo-lhe já pelo menos entre seis a oito para virem à Região e ajudá-lo a combater as listas de espera cirúrgicas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Sr. Secretário, não se ria. Se de facto precisar, eu estou cá disponível para ajudar.

Da nossa parte, vamos propor um reforço da verba do programa CIRURGE, indo ao encontro daquilo que são as necessidades dos açorianos.

Outro problema que infelizmente afeta os vários açorianos e de forma mais expressiva nas ilhas que vivem sem hospital, corresponde à deslocação dos médicos especialistas a estas ilhas. Curiosamente, os pareceres dos Conselhos de Ilha das Ilhas das Flores, Santa Maria, Graciosa e Pico manifestaram este degradado perante esta problemática. Todos reivindicam mais deslocações de médicos especialistas a estas ilhas e um maior número de consultas disponíveis. E desejo que o despacho conjunto que recentemente entrou em funcionamento ajude a reverter esta realidade que infelizmente desde 2014 foi suspensa pelo Governo Socialista e que agora vai ser finalmente retomada.

Mas apesar de já haver um despacho em vigor, e de uma forma responsável, nós não queremos que se continuem a verificar estas situações constrangedoras, sobretudo para os utentes destas ilhas e, portanto, desejaríamos nós que o tempo mínimo de resposta garantida, também nas consultas, fosse cumprido pela secretaria que tutela.

E como tal não tem acontecido, e mesmo com esta nova portaria em funcionamento, vamos propor, como já foi anunciado pelo líder do nosso partido, o cheque-consulta. Este cheque vai permitir aos doentes que já estão inscritos há mais tempo que não têm tido uma resposta dentro daquilo que a portaria do tempo mínimo de resposta garantida preconiza, vai permitir então uma acessibilidade a todos de uma forma universal e cumprindo a velha máxima de que de facto todos os açorianos têm direito à mesma saúde.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Uma nota ainda, Sr. Secretário, para aquilo que é também um incumprimento e que o senhor tem conseguido arrastar ao longo da sua governação, relativamente às unidades hospitalares de cuidados paliativos que lamentavelmente ainda não são uma realidade nos três hospitais da Região.

Começando pelo Hospital de Angra, a equipa de cuidados paliativos deveria ter sido nomeada até ao final de 2014, portanto, há quatro anos atrás e com seis camas para lá disponíveis para esta finalidade. Em março deste ano o Sr. Secretário comprometeu-se que até ao final do presente ano, a unidade estaria criada. Há médicos disponíveis com formação para trabalhar nesta área. O que é que falta então, Sr. Secretário?

Aqui na Horta a realidade é pior, pois, infelizmente, não existe uma equipa domiciliária de apoio integrado nesta valência da medicina. E, portanto, aqui também há vontade dos profissionais para instalar uma unidade de cuidados paliativos, já há um espaço físico com este propósito. Mais uma vez, volto a perguntar: o que é que falta, Sr. Secretário?

Esta bancada vai então propor a inscrição de uma verba, direcionada à criação destas unidades, quer em Angra do Heroísmo, quer na Horta, porque de facto sentimos que é um serviço que é necessário a todos os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Finalmente, e para concluir a minha intervenção, gostaria de aludi-lo ao seguinte facto, uma referência à baixa execução na ação que é direcionada à rede de cuidados integrados da Região.

Em 2007 a execução cifrou-se nos 10,5% e até os dados que temos disponíveis, até ao terceiro trimestre de 2018, a execução está nos 5,2%. Sr. Secretário, execuções muito baixas num serviço que deve merecer da nossa parte toda a nossa atenção, e que receio que estes números também sejam corresponsáveis pelos indicadores de qualidade presentes nos documentos da avaliação recentemente disponibilizada pela estrutura de missão da rede regional.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente:

Fico sempre muito satisfeito quando o maior partido da oposição se limita, enfim, a melhorar e a reforçar as propostas dos outros, como é o caso do CIRURGE. Não tendo tido a ideia de o criar, tem apenas a vontade de o reforçar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É um elogio!

O Orador: Elogios destes, Sr. Deputado João Costa, até aquele senhor dispensa (aquele que a gente sabe). E, portanto, dos vossos elogios a gente estamos conversados.

E, de facto, o CDS nessa matéria mais uma vez foi inovador e foi original, e a Sra. Deputado Mónica Seidi é um bocado como o Bloco de Esquerda. Ela julga que há um tempo antes de Mónica Seidi e um tempo depois de Mónica Seidi, e quando ela chegou resolveu-se todos os problemas com o Bloco de Esquerda quando aqui chegou, não querendo ofender vossas excelências.

E, portanto, o CIRURGE existe por nossa iniciativa, o Vale Saúde existe por nossa iniciativa, demos contributos válidos e não demagógicos neste sentido, tivemos capacidade de propositura e de melhoramento do Serviço Regional de Saúde.

Mas, no entanto, fico curioso sobre o cheque-consulta, e o cheque-consulta deve ser uma coisa muito interessante. Ou seja, um doente está à espera de uma

consulta, por exemplo, de ortopedia, e recebe o seu cheque para ir à consulta da privada. Vai à consulta da privada e o médico diz: “olhe, o senhor tem isto”, e ele vai-se embora. Ficou com o problema resolvido?

“Olhe, o senhor tem que ser operado”; “o senhor tem que ir fazer estes exames, esta TAC, esta radiografia, etc., etc.”. Tem direito a mais uma consulta? Quantos cheques-consulta tem direito um doente até ter o seu problema resolvido? É a pergunta que lhe faço.

Sr. Secretário Regional, os açorianos devem ser tratados com igualdade. Eu gostaria de lhe perguntar porque é que um utente das Flores, para ir a uma consulta a Ponta Delgada, e tendo-se acabado os hospitais de referência, tem que pagar o diferencial da passagem da Horta para Ponta Delgada? Acha isso justo, Sr. Secretário? Não me parece que seja e não me parece que uma unidade de saúde obrigue os utentes a pagarem esse diferencial.

E, portanto, isso acontece, não sei se noutras ilhas, tenho aqui vários das Flores que me denunciaram essa situação. Gostaria que o Sr. Secretário me esclarecesse sobre esse assunto.

E já agora, Sr. Secretário, sobre os médicos de família, queria-lhe lembrar também que vossa excelência a 21 de novembro de 2016, se bem me lembro, para recordar Vitorino Nemésio e recordar-lhe a sua memória, disse que em 2018 todos os açorianos teriam médico de família. O que falhou para não conseguir esse objetivo?

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Deputado André Bradford (PS): Estamos quase lá!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra para registar o orgulho, o entusiasmo e ambição com que o Partido Socialista participa neste debate. Um debate que permite salientar que o nosso Serviço Regional de Saúde, tal como o reforço do nosso sistema de educação (como debatemos ontem), e tal como o reforço do nosso sistema de proteção social, são três dimensões importantíssimas daquilo que o PS tem feito, daquilo que o PS faz e daquilo que o PS quer fazer em nome dos açorianos. É um símbolo da marca social da governação do PS.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E queria dizer-vos que é de elementar justiça nós registarmos e saudarmos o Governo pela forma como tem gerido o setor nesta legislatura e como está a preparar e a perspetivar o tempo remanescente destes quatro anos. Há um esforço enorme de organização, de planeamento e de gestão que os números começam a revelar e a comprovar de uma forma indesmentível, como ainda agora há pouco foi possível ver através da intervenção do Sr. Secretário. Junta-se também um esforço tremendo de reforço orçamental e de gestão orçamental agora com um volume previsto para 2019 de 304 milhões de euros para o Serviço Regional de Saúde e de 353 milhões em geral para a saúde, contando com os investimentos.

Estes milhões são milhões investidos em nome da saúde dos açorianos e da qualidade de vida dos açorianos e isso tem que ser sublinhado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, para o PS nos Açores, a saúde é uma prioridade que continuamos a reforçar e isso, apesar desta prioridade e apesar deste reforço, não significa que o PS tenha uma visão que está tudo bem, tudo perfeito e que não há problemas. Claro que há problemas, claro que nós sabemos que há insuficiências e é por isso que nós continuamos de uma forma lúcida, realista e leal da forma como falamos com os açorianos e confrontamos as organizações

dos profissionais do setor, que nós estamos a trabalhar para resolver esses problemas.

E há muitas dimensões que o tempo não permite aqui abordar em que é possível comprovar essa relação lúcida, leal que é mantida com os açorianos e com os profissionais do setor.

Eu queria começar por destacar uma matéria que aí há uns tempos atrás num encontro que houve em Vila Franca que muito se falou de que era preciso criar um Plano Regional de Saúde.

Sras. e Srs. Deputados:

Nós temos um Plano Regional de Saúde em vigor. Nós não temos só um Plano Regional de Saúde em vigor, nós já estamos a preparar o próximo Plano Regional de Saúde, um plano que permite melhorar a saúde, melhorar a acessibilidade à saúde e que permite ao Governo corrigir políticas e afinar medidas, porque é assim que se governa, é com esse tipo de instrumento, com esse tipo de planeamento ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... que nós conseguimos construir uma saúde cada vez melhor para os açorianos.

E isso é particularmente importante, porque um Plano Regional de Saúde é a pedra angular para nós podermos apostar numa medicina preventiva que é o aspeto estrutural mais importante para nós daqui a uma década ou duas termos um perfil diferente, uma prevalência de doenças crónicas completamente distintas e é desta forma, com este rigor, com este planeamento e com esta ambição que nós procedemos a essa transformação.

Queria também fazer uma abordagem às questões que foram aqui referidas sobre as listas de espera. Sra. Deputada Mónica Seidi, a nossa estratégia é mais do que conhecida em relação a isso. Eu já várias vezes aqui falei: primeiro otimizar tudo à capacidade instalada no setor público. Depois, apostar na

produção acrescida, e depois apostar também no CIRURGE. Mas mesmo assim, Sra. Deputada, é preciso ter em conta aquilo que eu várias vezes aqui disse neste Parlamento: os constrangimentos estruturais do sistema, a dificuldade e a escassez de médicos anestesistas é que os senhores diziam que o Partido Socialista estava a arranjar uma desculpa. Pois agora veja o que está a acontecer a nível nacional. Notícias muito atuais no Hospital Garcia de Orta, no hospital de Santa Maria, no Hospital de São João.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Vocês estão a dar cabo do sistema nacional de saúde!

O Orador: Não há médicos anestesistas e isso está a criar um problema com a recuperação das listas de espera.

E, portanto, quando nós falamos deste assunto que tanto preocupa os açorianos, temos que ser leais e temos que explicar que as resoluções desses problemas não depende só da vontade, da determinação e da competência do Governo porque isso, como eu já aqui provei, está assegurado.

Isso depende aqui de questões estruturais e de constrangimentos que são muito difíceis de ultrapassar, mas mesmo assim nós estamos a trabalhar sobre isso.

E eu queria aqui também aproveitar para responder ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não lhe fiz perguntas!

O Orador: Aquilo que está a ser feito em matéria de melhoria da cobertura, de médicos de família à população dos Açores, tem muito a ver com o trabalho que a Região sempre procurou fazer de poder conferir a toda a nossa idoneidade formativa para podermos formar esses médicos. Temos 43 médicos em internato em medicina geral e familiar, temos quase 90 médicos em internato noutras especialidades e, portanto, o Governo Regional ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que isso está publicado? Onde é que estão esses dados?

O Orador: ... e o Serviço Regional de Saúde estão a preparar o futuro e estão a tomar medidas da maior importância para resolver esses constrangimentos.

A Sra. Deputada diz que é preciso mais capacidade. Olhe, Sra. Deputada, só entre 2012 e 2017 mais 8% de recursos humanos, mais 11% de médicos, mais 9% de enfermeiros, mais 39% de dentistas, mais 12% de técnicos de diagnóstico terapêuticos, e mais 7% de restante pessoal. Isso é conferir mais capacidade e é preciso derrubar esta ideia de que não há esta preocupação com mais capacidade para o Serviço Regional de Saúde.

Falou que era necessário mais eficácia. Sra. Deputada, só entre 2017 e 2012 tivemos mais 31% de análises clínicas e tivemos mais 154% de tratamentos fisiátricos, e eu poderia continuar aqui, mas isso prova bem que há mais eficácia no Serviço Regional de Saúde.

Isto para dizer-vos, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, desenganem-se aqueles que pensam que o PS está a perder o entusiasmo, a perder a energia e a baixar os braços.

Nós estamos aqui como sempre estivemos, convictos, confiantes e determinados que temos uma missão a cumprir. Nós recebemos a confiança dos açorianos para governar os Açores e para melhorar vários setores, inclusivamente a saúde. E nós abraçamos essa responsabilidade, nós amamos esse desafio e estamos aqui para vencer o futuro, para construir um melhor Serviço Regional de Saúde e para proporcionar melhores condições a todos os açorianos e a todas as açorianas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está-se a perder um grande Secretário da Saúde!

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Serviço Regional de Saúde é sem dúvida dos serviços públicos mais importantes e também daqueles que são mais valorizados pelos açorianos e açorianas. No entanto, ele tem vindo a ser altamente subfinanciado como demonstra o crescimento da dívida da saúde desde 2014 em mais de 100 milhões de euros, e como demonstra a baixíssima taxa de execução do plano de investimentos na saúde do último ano de 2017, do último ano conhecido.

Essa falta de investimento tem levado a que seja cada vez maior a degradação do Serviço Regional de Saúde e a necessidade de convencionar com privados para suprir as falhas do Serviço Regional de Saúde. Não bastasse isso, o Governo Regional é também responsável por pagar a parte de construção de um hospital privado em São Miguel, na cidade da Lagoa.

António Arnaut dizia que o sector privado é a maior ameaça ao Serviço Nacional de Saúde, e aplica-se a mesma máxima aos Açores e ao nosso Serviço Regional de Saúde. Com as políticas do Governo Regional já vimos para onde é que vamos, é no caminho da degradação do Serviço Regional de Saúde com investimento na saúde privada, e isso leva à degradação do Serviço Regional de Saúde.

Sr. Secretário, vai o Governo Regional mudar de políticas, inverter o rumo e investir a sério no Serviço Regional de Saúde, ou vai continuar este caminho de degradação do serviço público?

Noutra matéria, Sr. Secretário, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... mais de três mil trabalhadores dos hospitais da Região, de Ponta Delgada, da Terceira e do Faial aguardam pela assinatura de um contrato coletivo de trabalho, trabalhadores que trabalham 40 horas, trabalhadores que não têm uma carreira, não têm possibilidade de progredir porque não existe efetivamente esse acordo assinado e aguardam.

Sr. Secretário, o que é que está a faltar para que esse acordo seja finalmente assinado e que se valorize as carreiras dos trabalhadores dos hospitais?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para a participação neste debate.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Elisa Sousa.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero nesta minha primeira intervenção saudar a Sra. Presidente, bem como todo o Governo Regional, e dizer que estou totalmente disponível e empenhada em servir não só o povo mariense, como todos os açorianos nesta nobre missão.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Quero também lembrar o nosso companheiro e amigo Paulo Parece que nos deixou prematuramente e dedicar esta minha atividade parlamentar em memória dele.

Todos sabemos que viver em ilhas pequenas tem o seu encanto, mas tem também alguns constrangimentos no que diz respeito a questões de saúde. Falta de médicos e enfermeiros, bem como a ausência de médicos especialistas nas unidades de saúde de ilha acentuam esta insularidade e a prestação de serviços de saúde nas ilhas mais pequenas.

Mas na Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria, a situação é bem mais grave. Como se já não bastasse a falta de médicos e enfermeiros, assiste-se há mais de

um ano a situações de abuso de poder, perseguição a funcionários e ingerência profissional por parte da direção clínica.

No início deste mês foi tornado público, através da rádio local, o clima de tensão e instabilidade que se vive na Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria. Denominador comum das queixas é a atuação do Diretor Clínico, cujo comportamento tem vindo a afetar trabalhadores e utentes e já levou inclusive à saída de vários técnicos. Esta situação arrasta-se há mais de um ano e o Governo Regional tem conhecimento dela.

Desde dezembro de 2017, foram enviadas várias exposições ao Sr. Secretário da Saúde, sem que o mesmo tenha tomado qualquer ação em tempo útil, como seria esperado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai o inquérito!

A Oradora: Foi necessário a situação vir a público para que o Sr. Secretário instaurasse um processo de inquérito à Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os marienses necessitam e merecem um serviço de saúde que ofereça um bom atendimento e preste melhores cuidados.

O Governo Regional dos Açores não pode continuar a empurrar com a barriga os problemas do Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sr. Secretário, se me permite, porque é que demorou quase um ano a instaurar um inquérito às situações de abuso de poder, perseguição a funcionários e ingerência profissional por parte da direção clínica da Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria?

Quando é que esse inquérito estará concluído?

Vai apresentar os resultados desse inquérito nesta Assembleia?

E para quando os concursos de admissão de mais médicos e enfermeiros para a Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e PPM)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo esta minha intervenção primeiro por saudar a Sra. Deputada Elisa Sousa nesta sua primeira intervenção e desejar as maiores felicidades no desempenho da sua atividade.

A Sra. Deputada Mónica Seidi veio traçar aqui um quadro que eu diria um pouco escuro daquilo que é o atual Serviço Regional de Saúde, e penso que é importante porque estamos a meio de uma legislatura e é preciso fazermos algum balanço.

Em primeiro lugar gostaria de dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reafirma que muito tem sido feito pela saúde dos açorianos e vai continuar a fazer. Para nós, consideramos que a saúde é um fator de coesão indiscutível na Região e no Serviço Regional de Saúde dos Açores. Tanto assim é que é preciso recordar aqui e relembrar aquilo que foi a posição do Governo Regional através do seu Presidente Vasco Cordeiro no documento que fez entrega na Comissão Europeia no dia 08 de março deste ano na defesa que é a consideração da política de coesão no pós 2020, considerando a saúde como fator estratégico e um marco importante em regiões como a nossa.

Quero também reconhecer aqui a evolução na quantidade e na qualidade dos serviços que têm sido prestados aos açorianos. Quero, e queremos, também reconhecer aqui a evolução que tem acontecido no aumento e na diferenciação dos recursos humanos a par da melhoria e remodelação das infraestruturas e das tecnologias e equipamentos técnicos. Mas sobretudo reconhecer aqui o mérito profissional de todos aqueles que integram o Serviço Regional de Saúde e que ao longo dos anos, com brio, com competência, se tem dedicado à progressão e a alcandorar o Serviço Regional de Saúde a patamares reconhecidos a nível nacional.

Senão vejamos: Atingimos a mais baixa taxa de mortalidade infantil desde sempre desde a autonomia, e atingimos a mais baixa taxa de mortalidade infantil do país para 1,8 por mil habitantes.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Observámos também o maior aumento da esperança de vida aos 65 anos, que no triénio de 2014-2016 foi de 17,06. O aumento da esperança de vida à nascença que desde 2010 que cifra nos 77,3 anos, o que demonstra (sobretudo no triénio de 2014-2016) ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E no Continente?

O Orador: ... que baixando e melhorando os cuidados materno-infantis aumentamos a esperança de vida dos açorianos.

Cumprimos com as mais altas taxas de vacinação previstas no plano regional e nacional de vacinação que é igual ou superior a 99%.

Ainda recentemente a Sra. Ministra da Saúde louvou o Serviço Regional de Saúde, e particularmente a Direção Regional da Saúde, por os Açores serem a Região de referência a nível nacional por termos atingido a cobertura vacinal de 95% na taxa de vacinação contra o vírus do papiloma humano.

É também aqui importante relembrar que isto é um prestígio para todos os profissionais de saúde da Região. Mas mais: os Açores e o Serviço Regional de

Saúde foram apresentados também pela Comissão Técnica de Avaliação como uma Região exemplar no que diz respeito ao rastreio do cancro do colo do útero, e também dizer que mantemos estável a taxa bruta de mortalidade por mil habitantes que é de 9,8, a mesma taxa da Região de Lisboa e Vale do Tejo, a mesma taxa mais baixa de todo o país, e isto também é um prestígio para o Serviço Regional de Saúde, para as políticas que têm sido implementadas no Serviço Regional de Saúde.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Poderíamos também falar das causas de morte, compará-las com o país e com a União Europeia a 28, mantemos a mesma característica e a mesma evolução, não somos nem mais nem menos diferentes de que os nacionais residentes no continente nem diferentes dos que residem na União Europeia a 28.

Nós reconhecemos na Região e sabemos quais são os 10 principais tumores que atacam os açorianos. Conhecemos porque os rastreios organizados que temos do cancro da mama, do colo do útero, do cólon e reto têm sido, de facto, uma mais-valia no âmbito da prevenção e do tratamento destas situações.

É assim que o Serviço Regional de Saúde tem evoluído, é assim que o Serviço Regional de Saúde vai continuar a evoluir, é assim que o Serviço Regional de Saúde vai contribuir para a melhoria da qualidade de vida e a saúde de todos os açorianos por via também do plano regional de saúde que está em vigor e cujo relatório de avaliação preliminar já deu entrada nesta casa em fevereiro de 2018 e que é muito claro, muito objetivo quanto àquilo que já está implementado, àquilo que foi identificado, àquilo que é preciso corrigir e àquilo que é preciso readaptar mediante os novos desafios e as novas metas.

Constatamos aqui neste plano regional de saúde e neste relatório, que é uma coisa que ainda não vi ninguém aqui assumir, por exemplo, o aumento de 33%

das crianças com seis anos de idade que estão livres das cáries dentárias, Sr. Deputado Artur Lima, também se deve a si. É uma referência a si e à sua classe.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma boa referência!

O Orador: É uma boa referência a nível regional e é uma boa referência a nível nacional.

É preciso também falar aqui na taxa de cobertura em saúde escolar que já aumentámos para 88% os exames globais de saúde aos seis anos de idade, que é uma das recomendações não só da Direção-Geral da Saúde, mas também da comunidade europeia.

As consultas médicas nas unidades de saúde de ilha aumentaram para 1,8 por habitante, quando antes era um 1,3. Nos hospitais aumentámos para 1,4 quando eram 1,3. Enfim. Tivemos e temos um conjunto muito importante de melhorias evidentes no Serviço Regional de Saúde.

Mas como disse no início também reconhecemos que há ineficácias e é para isso que cá estamos, para identificá-las e ultrapassar as dificuldades que temos. Mas Sras. e Srs. Deputados, quero em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e naturalmente também a nível do Governo, afirmar que não fiquem e não restem dúvidas.

O nosso grande objetivo está centrado em consolidar e desenvolver o Serviço Regional de Saúde tendo mais, melhores e diferenciados recursos humanos, mais acessibilidades equitativas, mais eficiência, mais qualidade, mais confiança, mais segurança e mais credibilidade para os utilizadores, mas também para os prestadores de cuidados. Esse é, de facto, um dos grandes princípios, e daí nós continuarmos a apostar naquilo que é a certificação da qualidade das nossas unidades de saúde, quer a nível do programa nacional, quer a nível do programa internacional. Como sabem, temos várias unidades de saúde integradas nesses programas de acreditação e da melhoria da qualidade.

A certificação é de facto, para o Partido Socialista e para o Governo, uma mais-valia porque melhora significativamente os cuidados de saúde de todos os açorianos, mas também quero aqui deixar uma certeza, e antes de terminar: se queremos continuar a trilhar este caminho, se queremos continuar a dar mais e melhores recursos ao Serviço Regional de Saúde, se queremos continuar a dar mais e melhor qualidade de saúde aos açorianos, não nos podemos esquecer que nós precisamos de garantir a sustentabilidade responsável deste Serviço Regional de Saúde na certeza porém de que os recursos financeiros não são nem nunca serão infinitos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Domingos Cunha, não vou ser juiz em causa própria, mas dizer-lhe que foi com muita honra que fui nomeado por si quando era Diretor de cuidados de saúde, eu, a colega Madalena e o colega Ricardo Cabral, para fazermos um programa de saúde oral no ido ano de 2001/2002. 15 ou 16 anos depois está a dar muitos bons resultados. O que eu tenho pena, Sr. Secretário, é que se esteja a estragar o programa que foi bem pensado, bem planeado e bem executado.

Estamos a deixar de fazer a prevenção que devíamos fazer, a apostar nas crianças dos três aos 18 anos, para andarmos a tratar adultos que não deviam

estar neste programa, deviam estar a ser tratados noutras sítios, nomeadamente nos hospitais.

E, portanto, estamos a dar cabo do programa. Estamos a acabar com aquilo que era bom, e o que é bom é para se manter, não é para acabar. E é isso que se está a fazer e que aquele Sr. Secretário está a deixar fazer e eu já lhe chamei à atenção e a ordem ainda no outro dia lhe chamou à atenção, mas não quero chamar para aqui esse assunto.

Sr. Secretário Regional, além das perguntas que lhe fiz e da certificação que os senhores querem de um hospital que não dá resposta aos seus doentes, três perguntas simples: porque é que continua a avariar o equipamento da prova de esforço no hospital de Angra do Heroísmo?

Porque é que os relatórios das ressonâncias magnéticas estão atrasos desde janeiro ou fevereiro?

Porque é que o Sr. Secretário não muda o sistema da fisioterapia, que o hospital de Angra não tem capacidade de resposta aos seus doentes, Sr. Secretário?

E já agora, confirma ou não que o acelerador linear que era para a vetusta, morta, radioterapia de Angra já foi retirado do hospital e já não se encontra lá? Confirma ou não essa notícia, Sr. Secretário? Porque se assim for, a coisa é mais grave do que aquilo que se pensa.

E Sr. Deputado Domingo Cunha, concordo com tudo o que o senhor disse. Ainda bem que temos coisas boas no Serviço Regional de Saúde, fico muito satisfeito com isso tudo, muito satisfeito, porque devemos aos bons profissionais de saúde que nós temos que dão o seu melhor todos os dias.

Deputado José San-Bento (PS): E a algumas propostas do CDS!

O Orador: Mas sabe uma coisa, Sr. Deputado Domingos Cunha? Também temos que ser objetivos. O senhor falou da esperança de vida à nascença e não da nossa esperança de vida, que é uma coisa diferente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Prescinde?

Sendo assim, tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Prescinde.

Então tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Rui Luís*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Alguns esclarecimentos relacionados com questões que foram aqui colocadas.

Começo por aquela que foi colocada pela Sra. Deputada Elisa Sousa, e cumprimento-a nesta sua primeira intervenção, mas Sra. Deputada, eu gostaria que a Sra. Deputada tivesse tido mais alguma atenção na afirmação que fez relativamente a uma suposta não-intervenção minha relativamente a essa questão das denúncias da Unidade de Saúde de Santa Maria, até porque posso reler-lhe aquilo que foi tornado público há cerca de um mês quando o Bloco de Esquerda tornou pública uma denúncia anónima (eu acabei por receber no dia seguinte) e em que foi anunciado que, por despacho do Secretário Regional da Saúde, desde o início do ano, portanto, estamos a falar desde o início de ano de 2018, que está a decorrer um procedimento de inquérito conduzido pela Direção Regional de Saúde.

Foi o que, e eu estou a ler, exatamente aquilo que saiu na comunicação social numa informação dada pelo meu gabinete. E aí acrescentei que dado esses novos acontecimentos que vieram a público, que determinei que esse processo de inquérito terminasse num prazo de 30 dias, fosse concluído e fosse acrescentada esta nova denúncia, e posso também aqui afirmar, Sra. Deputada, que esta última denúncia não vem identificada porque discorre com um conjunto de insinuações tendo em conta o seu teor e eu próprio tomei a liberdade de a enviar para o Ministério Público.

Relativamente às questões relacionadas com a execução que o Sr. Deputado António Lima frisou do ano de 2017 que a execução do plano de investimentos, e estamos a falar do plano de investimento que teve uma execução de 57,88%. Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que o financiamento do Serviço Regional de Saúde não se esgota nessas verbas. Portanto, estamos a falar de verbas de investimento.

Se reparar, e com certeza que reparou, o que está a causar esta baixa taxa de execução são um conjunto de obras que por algumas vicissitudes, e eu em Comissão tive oportunidade de explicar que não foram executadas, bem como o sistema de informação radiológica que eu também tive aqui oportunidade de explicar o porquê de não ter sido executado. Se todas essas obras e esse sistemas de informação tivessem sido executados como estava previsto, nós atingiríamos uma taxa de execução superior a 80%.

Sr. Deputado, eu não mando nos empreiteiros, eu não mando nos concursos e, portanto, um conjunto de vicissitudes que ocorreram e faz parte de quem está a gerir as verbas.

Portanto, para quem está de fora é mais fácil, mas isso aí fica assim mesmo.

Sr. Deputado, só para esclarecer essa parte.

Quando se recorre a serviços convencionados, não tem nada a ver com essas questões do financiamento ou subfinanciamento, até porque como sabe as convenções pagam-se, e, portanto, tem a ver com a capacidade ou não da resposta do Serviço Regional de Saúde.

Sr. Deputado Artur Lima, relacionado com a questão dos médicos de família, obviamente que era uma intenção que nós tínhamos que em 2018 conseguíssemos cumprir, mas estamos quase, e isso é que também causa algum prurido nalgumas pessoas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O quase é que é uma chatice!

O Orador: ... o facto de estarmos a conseguir cumprir as metas que queríamos atingir.

Relativamente à questão de avarias em equipamentos, não lhe posso dizer porque não tenho essa informação relativamente a esses aparelhos.

Quanto ao acelerador linear, Sr. Deputado, eu duvido muito porque tinha que se partir uma data de paredes, porque para ele entrar, aquilo teve que ser em bruto, e, portanto, não acredito que um equipamento daquela dimensão saísse sem ninguém dar por isso.

Portanto, o equipamento está lá e não saiu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com as suas pecinhas todas!

O Orador: Não, Sr. Deputado. É impossível. Eu assisti à montagem e, portanto, não é possível, Sr. Deputado. Não vale a pena irmos por aí.

Sr. Deputado, relativamente à questão da deslocação que referiu, de um caso das Flores. Isso tem a ver com o chamado direito de opção que está instituído neste novo regulamento e estava no anterior, e, portanto, prende-se com o facto de se o hospital para o qual o Centro de Saúde ou médico de família referencia tem capacidade de resposta...

(Aparte inaudível)

Oh, Sr. Deputado, eu não estou a dizer isso. Quer ouvir o que eu estou a dizer, Sr. Deputado? Posso explicar?

O médico de família pode referenciar para um hospital. Se esse hospital não tiver capacidade de resposta, irá para outro hospital.

Deputado Luís Maurício (PSD): Como é que o médico sabe?

O Orador: Isto está na portaria, basta ler o artigo 7º.

O médico referencia para um hospital e o utente prefere ir para outro, isso chama-se o direito de opção que está instituído.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é o artigo?

O Orador: Direito de opção, é o que está no artigo 7º, Sr. Deputado.

E, portanto, perante isso, cumpre-se o que está no artigo 7º.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o doente paga!

O Orador: A diferença, paga a diferença porque é o direito de opção. Oh Sr. Deputado, é o que está instituído na legislação.

Bom, relativamente a outras questões que aqui foram focadas. Fico muito grato que a Sra. Deputada Mónica tenha seis ou sete anestesistas para virem à Região, vamos lá ver em que formato e em que forma de pagamento é que eles viriam, mas pronto.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Só depende de si!

O Orador: No país inteiro estão todas as instituições à procura de anestesistas, portanto, eu espero é que a nível nacional não estejam a ouvir porque vão-lhe pedir esses anestesistas para virem aqui trabalhar.

Relativamente à questão da deslocação dos utentes, obviamente que é uma preocupação que nós temos, daí termos alterado a legislação, ela está em vigor desde o dia 01 de setembro, estão a ser feitas as programações para que, de facto, em 2019 haja este aumento, que é aquilo que nós pretendemos.

E era isto, Sra. Deputada.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu tenho pouquíssimo tempo, mas recordo que houve uma data de questões que o Sr. Secretário ficou por me responder. Portanto, continuo a aguardar.

Em relação ao seu último comentário, lamento que o Serviço Regional de Saúde tenha sete mil euros para andar a pagar a médicos da empresa 'Precise' para irem para o Pico prestar serviços e não arranje uma forma de pagamento para pagar anestesistas que vêm à Região prestar um serviço e ajudar a resolver um problema que é uma calamidade deste setor.

Ainda de forma mais sucinta, apenas para esclarecer o Sr. Deputado Artur Lima relativamente ao cheque-consulta. Eu não falei nunca em doentes inscritos através do privado. Não me referi, é verdade, mas esta medida obviamente que se dirige a doentes inscritos através do Serviço Regional de Saúde com o objetivo apenas de fazer cumprir aquilo que está estipulado no artigo 43 que estipula o Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, é apenas para uma interpelação à Mesa, no sentido de solicitar o tempo restante que a representação parlamentar tem para continuar a participar no debate.

Presidente: 57 segundos, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem então a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, para quando estará em funcionamento, na sua plenitude, as SIV (Suporte Imediato de Vida)? Ou seja, funcionarem 24 horas na Ilha do Faial e do Pico?

O que está previsto em termos de reforço de médicos especialistas às ilhas sem hospitais? Qual o plano que existe para diminuir as listas de espera para cirurgias, nomeadamente a especialidade de ortopedia, anca e joelho?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Rui Luís*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu há pouco esqueci-me de comentar uma das questões que o Sr. Deputado António Lima me colocou relativamente ao acordo coletivo de trabalho. Posso-lhe dizer que depois das reuniões que foram tidas com os dois sindicatos, quer o SINTAP, quer o Sindicato dos Trabalhadores de Funções Públicas, o Governo Regional enviou, por acaso hoje mesmo, a sua contraproposta propondo a assinatura desse mesmo acordo para o dia 05 de dezembro. Portanto, vamos aguardar que da parte dos dois sindicatos tenham a concordância relativamente àquilo que é o essencial, que é principalmente a passagem das 40 para as 35 horas para o dia 01 de janeiro.

Independentemente da questão do acordo, que se vem a arrastar por causa de outras medidas, o Governo Regional tomou logo a medida, independentemente do acordo, de abrir concursos para a contratação de pessoas para salvaguardar essa situação. Portanto, da nossa parte, foi uma atitude de: “sim senhor, queríamos o acordo e independentemente de ele estar feito, avançamos com a contratação de pessoas”.

Relativamente ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo, dizer-lhe que a questão da SIV é essencialmente, nesses dois locais que colocou uma questão de recursos humanos. Temos estado a trabalhar nesse sentido, na perspetiva de formar cada vez mais bombeiros e enfermeiros que estejam disponíveis para a realização desse serviço, e como tal quando estiverem ele será largado. Não lhe consigo dizer aqui uma data porque depende também da assiduidade e o aproveitamento nos cursos que são feitos.

Relativamente, obviamente, à questão dos especialistas. Nós temos um regulamento em vigor e a nossa expectativa é que a partir de 01 de janeiro sejam aumentadas as deslocações.

Sobre as cirurgias, obviamente, a área da ortopedia é uma das nossas preocupações e que durante o ano de 2019 iremos investir no sentido de recuperar essa componente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou voltar a insistir, Sr. Secretário. Não me responde porque não quer, porque se esqueceu ou porque não tem respostas para dar?

Eu fiz duas perguntas muito simples em relação àquilo que está estipulado para as listas de espera cirúrgicas, como o senhor já disse, não ia conseguir cumprir, falou sempre em esforços, em recursos, não aqui concretizou qualquer tipo de medida objetiva.

Volto a colocar-lhe essa pergunta, e volto a colocar-lhe relativamente às unidades hospitalares de cuidados paliativos. O que é que o senhor pretende fazer?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, vou-lhe responder às duas questões, não quero que fique chateada e com este seu ar pelo facto de eu não ter respondido.

Relativamente à questão dos cuidados paliativos, recordo-me perfeitamente do anúncio que foi feito. O Conselho de Administração do Hospital Santo Espírito já nomeou as duas médicas para ficarem responsáveis pela implementação daquela solução intermédia que nós tínhamos anunciado, que era: enquanto não houver a unidade criada multidisciplinar com um conjunto de profissionais, tal como está realizada no Hospital de Santo Espírito, no Hospital do Divino Espírito Santo haverá uma solução intermédia que tenha médico responsáveis por ela com um número de camas suficientes para que principalmente aquela que é uma excelente intervenção ao nível dos cuidados domiciliários em Angra e Praia da Vitória, quando os utentes necessitem de cuidados hospitalares possam ir ao hospital.

Foi isso que nós anunciámos, a informação que eu tenho do Conselho de Administração é que já nomeou as duas médicas para o efeito.

O Hospital da Horta tem também já uma médica com formação específica nesta área que agora está a preparar o processo. Com as obras, teremos condições de ter o espaço físico pronto para essa unidade ser aberta.

Muito obrigado.

Oh Sra. Presidente, peço desculpa, porque senão temos aqui um...

Obviamente que relativamente ao CIRURGE, eu tinha feito a referência, quer em Comissão, quer aqui mesmo, nós ainda temos cerca de 500 utentes para cumprir o objetivo e o desafio que tínhamos lançado de diminuir a lista de espera de pessoas inscritas anteriormente a 2015. São essencialmente, mais de 50%, na área da cirurgia plástica, e aquilo que estamos a fazer é, principalmente em conversação com o Hospital do Divino Espírito Santo, tentar nesse mês que falta encontrar soluções para que possamos ultrapassar. Ainda estamos numa fase de trabalho, não lhe posso adiantar em pormenor como é que vai ser feito.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Julgo não haver.

(Aparte inaudível)

Sim, e ainda temos alguns Secretários Regionais e alguns temas para debater.

Vamos então avançar com as intervenções de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria Maia.

Deputado Dionísio Faria Maia (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há quem advogue que o Orçamento é apenas uma maneira de nos preocuparmos antes sequer de gastarmos o dinheiro.

Nós também achamos.

E achamos, porque é a planificação, fruto do conhecimento e da utilidade das decisões em saúde que leva a um Plano e a um Orçamento viável e possível para esta área de importância fundamental para o bem-estar social de todos os açorianos.

Nós também achamos porque não existe em nenhum país do mundo um sistema de saúde sustentável, que seja totalmente previsível em custos.

A ideia ocidental do progresso médico, que consiste cada vez mais num modelo ilimitado de progresso, teoricamente sem limites ao investimento para melhorias em saúde, é disso um dos paradigmas de imprevisibilidade.

Por isso planificar, financiar e agir, constitui o maior desafio para conseguir o seu equilíbrio, a equidade e a evolução.

O aumento da longevidade, a cura e a redução da mortalidade para muitas doenças, o alívio de todos os sofrimentos, alimentam as exigências das pessoas, aumentam as responsabilidades dos sistemas e levam a um maior consumo tecnológico e ao processo de medicalização, com gastos crescentes em saúde.

A isto chama-se gastos na saúde para se obterem ganhos em saúde.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais e melhor saúde é o desejo de todos os Açorianos, e o Governo do Partido Socialista preocupa-se sempre, com esta melhoria, sem horizontes temporais, mas com ações concretas para que isto aconteça.

E é com realismo que assumimos que a nossa saúde não tem preço, mas tem custos, e para isso, alocaremos cerca de 30% do nosso orçamento regional, num total de 353 milhões de euros para o nosso Serviço Regional de Saúde.

Trata-se da maior dotação orçamental entre todos os departamentos governamentais regionais.

No Plano e Orçamento para 2019, damos prioridade ao financiamento dos cuidados de saúde, com uma dotação orçamental que ultrapassa os 170 milhões de euros só para os três Hospitais da nossa Região.

Neste Plano e Orçamento, damos prioridade à contratualização de mais técnicos médicos e enfermeiros e outros, de modo a mantermos uma cobertura assistencial de qualidade e diferenciação desejada.

Estamos perante a maior contratação de Enfermeiros nos últimos quatro anos.

A cobertura assistencial por médicos de Medicina Geral e Familiar é já uma realidade em praticamente todos os concelhos dos Açores.

Existe um futuro de capacidade de renovação e fixação de médicos, fruto da capacidade formativa existente com um número muito amplo de especialidades com internos em formação na Região Autónoma dos Açores.

Entre estes estão mais de 40 médicos de Medicina Geral e Familiar que são a melhor garantia da manutenção da cobertura total da nossa população por médicos de família.

Ganhamos a credibilidade dos sistemas de saúde evoluídos e de qualidade.

Planificar é também contar com este futuro para todos os que se dedicam nos Açores à aprendizagem das ciências da saúde, para aqui as exercerem.

A nossa rede assistencial moderniza-se, reapetrece-se com as nossas propostas. São mais 30% de investimento em relação a 2018.

Vamos alocar mais 8,3 milhões de euros para o desenvolvimento do Sistema Regional de Saúde.

Já temos o novo Regulamento de Deslocação no Serviço Regional de Saúde, de modo a restabelecerem-se adequadas cooperações entre os Hospitais e as Unidades de Saúde de ilha sem hospital.

Estabeleceram-se normas facilitadoras do acesso a mais e melhores cuidados de saúde.

Já reavaliámos o Plano Regional de Saúde.

Temos em curso estratégias e ações concretas para a saúde pública e de combate e intervenção nas dependências.

Temos a menor taxa de mortalidade infantil do país e da Europa.

Em 10 anos os Açores deixaram de ser a Região do País com a maior número de casos de mortalidade infantil para passar a ser a Região do País com a menor taxa de mortalidade infantil.

Já ganhámos esta batalha!

Temos a melhor cobertura regional de vacinação; e o reconhecimento e louvor do Ministério da Saúde junto da nossa Direção Regional, pelo sucesso na vacinação de 98% das jovens açorianas contra o Vírus do Papiloma Humano, responsável por grande parte da incidência do cancro do útero, principal causa de morte por cancro nas mulheres. Vamos também ganhar esta batalha!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Recusamos o facilitismo e a visão deturpada dos que do nosso Sistema de Saúde Regional só conhecem a pequena história, e recusam reconhecer por que não lhes dá jeito, as vitórias dos que trabalham com reconhecido mérito contribuindo para a saúde dos açorianos.

Recusamos os messiânicos que acham que só com eles os problemas se resolvem.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Reprovamos as falácias de quem dos problemas em saúde não percebe praticamente nada. Muito menos quererem entender as suas complexidades, fruto de todas as variáveis que condicionam o nosso Serviço Regional de Saúde e todos os sistemas de saúde pelo mundo fora.

Mas aceitamos todos os contributos daqueles que conosco lutam por um Serviço Regional de Saúde melhor, sem reservas, sem protagonismos, porque a boa saúde dos açorianos conquista-se no dia a dia com medidas implementadas, com as reformas possíveis e com o contributo de todos os profissionais desta área.

Temos problemas em saúde por resolver, apesar de todos os esforços e medidas implementadas. Todos os sistemas têm.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A filosofia da lei, sempre foi a de que a medida do certo e do errado deva estar na obtenção da maior felicidade do maior número de pessoas. Este também é o princípio da equidade e da justiça distributiva dos bens em saúde.

Mas nós não nos contentamos com isso. Queremos que todas as açorianas e açorianos de todas as idades, tenham acesso a este bem maior que é a saúde, bem-estar essencial para a felicidade.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à próxima intervenção de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A toxicodependência é um problema social grave, que fragiliza o indivíduo, mas também a sua família, que degrada o ser humano e corrói a comunidade, que para uns impede o quebrar do ciclo da pobreza e para outros, ou para quase todos, anula a esperança de alcançar os sonhos de criança.

A toxicodependência condiciona o desenvolvimento da sociedade e tem um lugar central nas inquietações das famílias açorianas.

Todos temos na toxicodependência um dos maiores receios em relação ao futuro dos nossos filhos e todos vemos as drogas como um dos maiores perigos das nossas ruas ou das nossas escolas;

Mas ao fim de 22 anos de governação, e quando já vamos para a segunda metade da presente legislatura, os Açores continuam sem ter uma necessária e urgente estratégia regional de prevenção e combate às dependências, porque o Governo Regional do Partido Socialista não o fez.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade e o senhor sabe!

O Orador: Os resultados da governação são claros:

- Os Açores ocupam o primeiro lugar do país na prevalência de consumo recente de qualquer droga na população dos 15 aos 74 anos;
- Os Açores apresentam um aumento, e as maiores prevalências nacionais de consumo recente, de cocaína e de ecstasy.

- Os Açores têm também níveis elevadíssimos de consumo recente de Novas Substâncias Psicoativas: a maior taxa do país, nove vezes superior à segunda região (que é a Madeira).

E a maior taxa de condenados por tráfico de droga, por cada mil habitantes, regista-se também, nesta Região.

Um quadro... negro.

E o Plano para 2019 continua a não apresentar soluções para prevenir e combater este tremendo flagelo social.

Se em 2008, o então Secretário Regional dos Assuntos Sociais declarava, que o consumo de drogas nos Açores tinha estabilizado ou reduzido entre 2001 e 2007, e que era mais baixo nesta região do que no resto do país, então os últimos dez anos foram uma catástrofe para as famílias açorianas.

A falta de estratégia da governação pode muito bem ser demonstrada pelo tortuoso percurso do Solar da Glória:

- Foi anunciado pelo Governo em 2008 como a primeira comunidade terapêutica da Região;

- Em 2014, o Secretário Regional da Saúde declarou que entraria em funcionamento no início de 2015.

- Em março de 2017, o atual Secretário Regional afirmou nesta Assembleia que a parte de infraestruturas estava “terminada”, estando a preparar-se (e cito) “a parte do mobiliário”;

- Em junho, o governo anunciou um novo adiamento da abertura para o último trimestre deste ano.

- E teremos obrigatoriamente mais um atraso, pois a autorização para a abertura do concurso só foi publicada em vésperas deste debate, no dia 21 de novembro.

O arrastar deste processo ao longo de uma década causou, e continua a causar, um enorme prejuízo para o tratamento das dependências em São Miguel e nos Açores.

O Governo, no entanto, continua em letargia.

Em janeiro de 2017 foi aprovada neste Parlamento uma Resolução a recomendar ao Governo a realização de um estudo sobre as Dependências, para servir de base à elaboração da Estratégia Regional.

O estudo deveria ter sido apresentado até fevereiro de 2018. Até hoje, não o foi.

As famílias açorianas continuam à espera.

Aqueles que todos os dias travam um combate desigual contra as drogas e as dependências, continuam à espera.

Os seres humanos que se encontram reféns da dependência, continuam à espera.

Todos nós, e acima de tudo, milhares de pais e mães nesta região autónoma, continuam à espera.

No PSD, estamos prontos para liderar a alternativa, lançar um combate feroz às drogas e implementar uma estratégia regional focada na prevenção e no tratamento das dependências.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só um esclarecimento muito rápido ao Sr. Deputado Carlos Ferreira que com certeza...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Afinal há esclarecimentos!

O Orador: ... que não ouviu a minha intervenção onde fiz menção a que o estudo está na fase final. Esse estudo que foi em cumprimento daquilo que foi aprovado nesta Casa teve uma iniciativa da nossa parte de alargar a amostra no sentido de que a segunda fase do estudo efetivamente seja exaustiva de um inquérito que é realizado em todas as escolas, ele será entregue no final de dezembro com uma fase posterior no mês de janeiro.

Mas deixe-me dizer, Sr. Deputado, esses dois anos têm sido ricos num conjunto de iniciativas que nós temos tomado para além de estarmos a aguardar a conclusão desse estudo, queremos que esse estudo tenha uma vertente de um diagnóstico territorial, e já falámos nisso várias vezes, o Sr. Deputado não pertence à Comissão dos Assuntos Sociais e isso já foi lá falado, mas temos feito um conjunto de iniciativas que vão de encontro àquilo que são as expetativas nesta área. Desde a prevenção, como eu referi ali, até à componente do tratamento.

E posso-lhe só adiantar que, por exemplo, no último inquérito que foi feito no âmbito do Dia da Defesa Nacional, que nós também já utilizámos aqui várias vezes, os resultados têm vindo a melhorar.

Nós, por exemplo, o consumo de substâncias ao longo da vida éramos a sexta pior Região, já somos a terceira Região; ao nível do consumo de substâncias ilícitas dos últimos 12 meses éramos a sexta, já somos a segunda Região.

Portanto, paulatinamente, os resultados têm vindo a melhorar. E, portanto, o Sr. Deputado não pode vir para aqui dizer que este Governo está omissos nessa matéria porque não é verdade.

São variadíssimos os exemplos que poderiam ter sido dados daquilo que tem sido feito na área da prevenção e combate às dependências.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, que há projetos parcelares individualizados há muitos anos, já nós percebemos. O que continua a faltar é uma estratégia regional e é isso que o Governo ainda não apresentou e não nos consegue apresentar nesta Assembleia! Em 2008 o Dr. Domingos Cunha, Secretário Regional dos Assuntos Sociais, dizia e com dados fundamentados, que esta Região tinha consumos muito abaixo da média nacional. O consumo de ecstasy era quase inexistente nesta Região, hoje em dia temos as maiores taxas a nível nacional e temo-las por falta de estratégia, não temos por falta de projetos isolados. Temos por falta de estratégia e, portanto, por falta de um plano devidamente estruturado e articulado, construído pelo Governo Regional do Partido Socialista que é que governa esta Região há 22 anos.

É isso que continua a faltar e é disso que estamos nós e estão todos os açorianos à espera há mais de 20 anos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito rápida. O Sr. Deputado às vezes ou não ouve ou faz que não ouve.

Aquilo que já foi dito nesta Casa, vezes sem conta, nós estamos a aguardar a conclusão do estudo para apresentar um plano de acordo com o diagnóstico que for ali estabelecido.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Passamos agora à última intervenção de tribuna.

Sr. Deputado Jorge Paiva, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Mais um ano se passou, encontramos-nos hoje nesta Casa no debate de propostas de plano e orçamento da Região.

Infelizmente, e confirmando a nossas expetativas, apesar do novo ciclo tão proclamado pelo Governo Regional e por esta maioria, deparamo-nos continuamente com a apresentação de investimentos que se arrastam ao longo do tempo em anteprojetos, projetos, cerimónias de apresentação, e lançamentos de primeiras pedras.

Em São Jorge, os jorgenses esperam e desesperam. Na saúde continuam sem uma eficaz e funcional articulação entre os hospitais e centros de saúde, sem uma correta articulação das consultas e exames dos doentes deslocados.

Sr. Secretário Regional da Saúde, como podem os jorgenses perceber tanta pompa e circunstância dada, por exemplo, à acreditação dos centros de saúde da calheta e das velas quando o sistema de saúde falha sistematicamente? E quando os jorgenses se deparam com constrangimentos e obstáculos no acesso aos cuidados de saúde?

São situações reais, ocorrem diariamente.

É inaceitável que um doente numa situação de emergência tenha que ser transportado de semirrígido e São Jorge para o Pico em condições marítimas adversas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... para depois ser encaminhado para o hospital.

É inaceitável a entrega de credenciais na véspera do dia dos doentes se deslocarem, é inaceitável que os utentes de São Jorge continuem a não conseguir deslocar-se a consultas de tratamento durante a época alta por indisponibilidade dos lugares.

É inaceitável que ainda hoje não se consiga um quadro de médicos estável nas ditas ilhas de coesão...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... tendo os utentes estar constantemente a trocar de médicos de família.

É inaceitável que as pessoas se desloquem da sua ilha para fazer um exame, tratamento ou consulta de especialidade e não o conseguirem fazer.

É inaceitável chegarmos ao centro de saúde das Velas e nos depararmos com um elevado estado de degradação e sem os mínimos cuidados de manutenção.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Nas pescas finalmente iniciou-se a empreitada de requalificação do entreposto frigorífico das Velas, mas esperamos que não fique por aqui. Neste setor, em que os quadros ativos já são de idade avançada, são necessárias políticas efetivas de incentivo à formação de jovens na atividade piscatória para que os jovens que queiram seguir o seu percurso nesta atividade se sintam apoiados.

Há um ano atrás, o Deputado André Rodrigue dizia que a indústria conserveira 'Santa Catarina' tinha deixado de fazer parte do discurso da oposição pois esta tinha ultrapassado as dificuldades e tinha garantido uma melhor inovação do

seu produto, garantindo assim a manutenção destes importantes postos de trabalho.

Porém, um ano depois, vemos que este Governo tem intenção de a privatizar, podendo estar a pôr em causa importantes postos de trabalho e uma empresa que representa um motor vital para a economia de São Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Como é que ficamos, Sr. Deputado?

Quando falamos da agricultura, um setor estrutural da economia de São Jorge, continuamos a defender que os produtos do melhor leite da Europa tem que ter um rendimento que corresponda a um produto de grande e reconhecida qualidade.

No setor da carne, este Governo continua a assobiar para o lado quanto ao matadouro de São Jorge, o mais antigo a laborar nos Açores onde todos os anos cresce o número de abates, mas que infelizmente continua a não ser contemplado como uma obra necessária, prejudicando seriamente os produtores de carne.

Quanto ao turismo, continuamos a assistir a uma sazonalidade acentuada que dificulta muito a vida dos nossos empresários, uma vez que durante a época baixa sentem dificuldades para manter o seu negócio sustentável na próxima época alta.

E a bienal de turismo, Sra. Secretária, relembro que em dezembro de 2017, numa resposta a um requerimento apresentado pelo CDS, o Governo Regional respondeu que pretendia desenvolver os tais encontros durante a próxima época baixa, por isso pergunto-lhe: quais foram? Onde ocorreram?

Para quando uma real execução do plano integrado das Fajãs?

Para quando a eletrificação da Caldeira de Santo Cristo?

Quando é que o Governo irá tomar medidas reais, exequíveis e integradas de forma a proteger o ex-líbris que é a Caldeira de Santo Cristo que tanto serve de promoção para São Jorge, mas também para os Açores?

No que se refere às acessibilidades, conseguimos identificar que durante a época alta houve falta de lugares, atrasos e cancelamentos sucessivos, impossibilitando a mobilidade de tantos turistas que se deslocavam para a Ilha de São Jorge, como os jorgenses que por motivos de saúde ou lazer precisavam que a mobilidade fosse plena.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Foram muitas as situações de passageiros que devido à incapacidade de resposta da SATA não conseguiram chegar a São Jorge conforme o previsto, o que acarretou sérios prejuízos para os empresários do setor de alojamento na ilha.

Como se não bastasse, este caos de acessibilidades aéreas, também nas acessibilidades marítimas existem constrangimentos acrescidos. Nas ilhas do Grupo Central, que tinham que ser servidas por uma rede eficaz de acessibilidades marítimas, continuamos com horários desajustados, sobretudo com a incompatibilidade de horários do barco com as ligações aéreas, e continuamos com a rampa ro-ro na Calheta inoperacional.

Não podemos descurar as situações urgentes que precisam de efetiva resolução na Ilha de São Jorge. Por exemplo, para quando a necessária e urgente...

Deputado Manuel Pereira (PS): São só desgraças!

O Orador: ... obra de beneficiação da estrada transversal entre a Urzelina e Santo António?

Para quando a intervenção para melhorar a operacionalidade do porto da Calheta?

Para quando as obras do porto do Topo?

Com certeza, iremos ouvir mais uma vez o ‘agora é que é’.

O que o CDS pretende para São Jorge é que se cumpram e executem as promessas e os compromissos assumidos, e que sejam efetivas as políticas que respondam às necessidades dos jorgenses nos mais diversos setores da atividade económica de forma a assegurar o presente, mas acima de tudo, que se garanta um futuro de desenvolvimento social e de crescimento económico para a nossa ilha.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto o Partido Socialista tem uma visão muito diferente da Ilha de São Jorge e do trabalho que tem sido desenvolvido pelo Governo Regional ao longo dos últimos anos.

O plano para 2019 continua o investimento público na Ilha de São Jorge com um investimento superior a 50 milhões de euros.

Na agricultura estamos, de facto, muito melhor face à situação que encontramos, e nomeadamente eu encontrei enquanto deputado em 2012 quando cheguei a esta Casa, e neste momento nunca se pagou tão bem e tão atempadamente aos produtores da Ilha de São Jorge, onde se melhorou a transformação de leite, a comercialização e o escoamento do queijo da Ilha de São Jorge.

No setor das pescas, como bem referiu, já se iniciou as duas empreitadas essenciais e que eram compromissos do Partido Socialista, nomeadamente o entreposto frigorífico das Velas, e o porto do Topo já deu início à obra, não é ‘agora é que é’.

Relativamente à Santa Catarina, de facto houve um trabalho de excelência feito pelo Governo Regional...

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): O do Topo agora é que é!

O Orador: ... de recuperação de uma indústria que faturava nem sequer um milhão de euros e que neste momento já fatura oito milhões de euros.

Também é óbvio para o Partido Socialista que ela agora precisa de dar um novo salto e para dar este novo salto precisa da sua privatização com a injeção de capitais privados que possam aceder a fundos comunitários.

Relativamente ao turismo, Sr. Deputado, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É bienal!

O Orador: ... só lhe posso dizer uma coisa: a Ilha de São Jorge, de 2012 para 2017, foi simplesmente a ilha que mais cresceu em dormidas e em proveitos totais, do ponto de vista comparativamente com qualquer outra ilha dos Açores.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): É melhor perguntar aos empresários!

O Orador: E em 2018, face ao ano 2017, estamos a crescer, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado António Pedroso referiu também ali naquela tribuna.

Do ponto de vista da educação, concluímos a EBS de Velas, a EBS da Calheta, e neste momento estamos a concluir aquilo que nos comprometemos para concluir, que é o Museu Francisco Lacerda.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O porto do Topo está quase pronto?

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Está, está!

O Orador: Na área da saúde não está tudo bem, mas estamos a finalizar as obras do Centro de Saúde da Calheta e já iniciámos o novo procedimento para o Centro de Saúde de Velas.

Podia falar ainda mais de investimentos do porto de Velas, da rampa ro-ro da Calheta, um conjunto de investimentos que foram concretizados, e bem concretizados, na Ilha de São Jorge.

E, para finalizar, que o tempo não é muito, só podemos é constatar que o plano para 2019 é sem dúvida mais um bom contributo para o desenvolvimento da Ilha de São Jorge, um contributo também decisivo para que o PS cumpra e honre os seus compromissos para com os jorgenses, para bem do futuro de São Jorge e dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então dar continuidade ao debate.

Avançamos agora para a área da Energia, Ambiente e Turismo.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):

Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O XII Governo Regional dos Açores delineou um conjunto de medidas nas áreas da Energia, Ambiente e Turismo com o foco no desenvolvimento sustentável nas suas vertentes:

- Na ambiental, através de um trabalho rigoroso na proteção dos recursos naturais e na sensibilização para a eficiência energética;
- Na económica, fomentando novas e melhores oportunidades de emprego e criação de riqueza;
- Na cultural e social, dinamizando as tradições através de uma relação de proximidade entre a comunidade local e os turistas, salvaguardando, sempre, o bem-estar dos Açorianos.

É com base nestes pressupostos que temos vindo a trabalhar.

Um trabalho que não começa nem aqui, nem agora, e que não se esgota, mas que se pauta pela continuidade de uma estratégia que tem um duplo e vincado propósito: salvaguardar o património, ao mesmo tempo que se prepara a Região para os enormes desafios nestes setores, com as pessoas a assumirem a centralidade e a serem, indiscutivelmente, parte integrante dos processos de decisão.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

A Oradora: Mantemos assim uma estratégia que está consolidada e bem presente no Plano de Orçamento para 2019, que prevê um investimento de 55 milhões de euros, com um crescimento de 5,5% face ao ano anterior.

Começando pelo setor da Energia, este é um dos pilares que suportam a política de sustentabilidade dos Açores, representando um investimento de 2,4 milhões de euros, a par de todos os investimentos em realização, e a realizar, pelo Grupo EDA.

Investimentos que fazem parte de um conjunto de tantos outros já concretizados, com o foco na produção de energia a partir de fontes renováveis e recursos endógenos, que, ao longo deste ano, ronda os 40%.

Com base na segurança e na qualidade do abastecimento, na eficiência energética, na redução de gases com efeito de estufa, não podem deixar de ser

sublinhados projetos que estão, e irão continuar a contribuir fortemente para o aumento da produção de energias renováveis, como é o caso:

- Da geotermia, por via da entrada em funcionamento, no ano passado, da Central Geotérmica da Terceira e da perspetiva da sua expansão com uma potência de mais 6,5 MW;
- Da solar, com os investimentos na construção, já em curso, dos parques fotovoltaicos de Santa Maria e do Corvo, a par de diversos projetos de iniciativa privada, que se encontram em fase de licenciamento, nas ilhas de S. Miguel, São Jorge, Pico, Faial e Terceira;
- Da hídrica, com a construção da Central Hidroelétrica das Flores, que poderá aproximar o total da produção de energia da ilha dos 90%, tornando-a numa referência a nível mundial;
- Ou de projetos privados, como a Graciólica, em fase de testes, que, se positivos, começará brevemente a injetar energia na rede, através da combinação da energia solar e eólica, com o objetivo de fornecer cerca de 60% da energia a consumir na ilha.

Para 2019, destacamos um conjunto de três ações:

- A Estratégia Açoriana para a Energia 2030, cujo documento base já se encontra em discussão pública, depois de um trabalho articulado entre diversos intervenientes sociais e que nos permitirá traçar o rumo deste setor.
- O Plano Regional da Ação para a Eficiência Energética dos Açores, que prevê medidas que permitam o aumento da competitividade dos diversos setores regionais com potencial de otimização nesta área, com enfoque nos comportamentos, na administração pública, edifícios, indústria e mobilidade, num investimento na ordem dos 800 mil euros.
- E, por fim, claro, a Mobilidade Elétrica, com um investimento de um milhão de euros, disponibilizando-se os primeiros pontos de carregamento para

veículos elétricos já em 2019, através de uma rede robusta e segura de 26 localizações, em todas as ilhas, em todos os concelhos.

Mas também pela atribuição de incentivos financeiros à aquisição de veículos elétricos e por via de uma discriminação positiva para os seus utilizadores, com vista à massificação da sua utilização.

Para além de tudo isto, uma menção a um projeto emblemático já adjudicado, nomeadamente a concretização de uma ambição de São Jorge, com a eletrificação da Caldeira de Santo Cristo, que resultou de um trabalho cuidado para se encontrar a melhor solução técnica que salvaguardasse este valioso património, ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

A Oradora: ... ao qual acresce a recuperação dos trilhos e das infraestruturas de apoio à Fajã de Santo Cristo, em parceria com a Câmara Municipal da Calheta.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

Deputado Jorge Paiva (*CDS-PP*): Não se vê nada!

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Quando estiver no sítio vai se ver!

A Oradora: Para o setor ambiental, o Plano de Investimentos para 2019, com uma dotação de 23 milhões de euros, confirma, e reforça, a aposta do Governo dos Açores nesta área, particularmente ao nível da conservação do património natural, da qualidade ambiental e, sim, da consolidação de um destino turístico sustentável.

A qualidade ambiental continua a ser uma aposta estratégica, com particular incidência nos resíduos, através do cumprimento das metas delineadas no Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores, mas também na aposta continuada na prevenção dos resíduos produzidos, como é o caso do

combate aos plásticos descartáveis – ação para a qual, como exemplo que devemos ser, estamos todos convocados.

Aqui, não pode deixar de ser referido que os Açores, em 2017, valorizaram mais de metade dos resíduos urbanos produzidos (51%), com um terço das ilhas a alcançar o objetivo de 'aterro zero': Flores, Corvo e Santa Maria.

Por outro lado, considerando que as alterações climáticas são um dos maiores desafios com o qual a Humanidade se depara, em 2019 entrará em vigor o nosso Programa para as Alterações Climáticas.

Outro instrumento com especial importância é o Plano Regional da Água, cujo processo de alteração está a decorrer, evidenciando o empenho do Governo na gestão e na monitorização dos recursos hídricos.

Iremos continuar a monitorizar regularmente e executar a manutenção da rede hidrográfica, que tem apresentado menores números de ocorrências.

Em termos de território, com um investimento na ordem dos dois milhões de euros, daremos continuidade aos processos de alteração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, desenvolveremos um sistema de monitorização das zonas de risco, daremos seguimento ao processo de elaboração do Cadastro Predial, rústico e urbano, abrangendo todas as ilhas, e prosseguiremos com o desenvolvimento do Sistema Regional de Informação Geográfica para todos.

Por seu turno, a conservação da natureza assume um investimento de relevo, um objetivo que faz com que os principais recursos do arquipélago alavanquem o desenvolvimento económico e que mostra o empenho do Executivo na salvaguarda do seu património natural.

Neste âmbito, destaque para a conclusão dos planos de gestão dos Parques Naturais de Ilha e das Reservas da Biosfera, sem esquecer ainda o Plano Integrado das Fajãs de São Jorge.

Também o sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies

tradicionais, com uma dotação de um milhão de euros, continuará a ser uma aposta no sentido de se prosseguir na senda da manutenção e melhoria das nossas paisagens mais emblemáticas.

Iremos também alargar e beneficiar a Rede Regional dos Centros Ambientais, que conta neste momento com 20 estruturas distribuídas por todas as ilhas, e que registou novo recorde, com cerca de 347 mil visitantes até outubro deste ano.

E aqui, o Plano de Investimentos, de cerca de 3,5 milhões de euros, evidencia o empenho e a ambição acrescida nesta matéria, com a construção do circuito interpretativo da plataforma costeira das Lajes do Pico, a construção do centro de interpretação de aves do Corvo e do Algar do Carvão, a finalização da Casa dos Vulcões e a renovação da exposição do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos.

Mas, mais do que isto, uma menção importante a todos os projetos que visam requalificar ou beneficiar zonas reconhecidas pelo seu elevado património ambiental e que, por isso mesmo, são cada vez mais procuradas pelos açorianos e por aqueles que nos visitam, com uma dotação superior a 1,5 milhões de euros.

Destaca-se a requalificação de percursos pedestres da Serra de Santa Bárbara, na Terceira, a construção de uma zona de apoio às descidas e estacionamento na Montanha do Pico, a requalificação do miradouro e do trilho da Lagoa do Fogo e a construção do circuito interpretativo na Ponta da Ferraria.

Um trabalho reforçado nos investimentos de 2019, e que também tem vindo a ser prosseguido por via da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, com intervenções em locais de interesse turístico, com cada vez mais afluência, seja por via da requalificação de miradouros, como os do Pico da Barrosa, da Vista do Rei ou do Pico do Ferro, em São Miguel, de espaços de

lazer ou de parques de estacionamento, como a Lagoa do Fogo ou da Caldeira Velha, também em São Miguel.

Esta continuada gestão levou-nos também à adoção e revisão de regulamentos de acesso, estabelecimento de capacidades máximas de carga, a par do maior esforço de fiscalização e monitorização já existente.

Exemplos já aplicados em áreas protegidas, como a Caldeira Velha, a Montanha do Pico, a Fajã da Caldeira de Santo Cristo, o Ilhéu da Praia, o Ilhéu de Vila Franca do Campo, a Caldeira do Faial e o Vulcão dos Capelinhos.

Queremos receber bem todos os turistas. Mas, antes de quem nos visita, está quem cá habita: os açorianos.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Por isso, desde abril deste ano, que os residentes nos Açores dispõem de entradas gratuitas em todos os centros ambientais e nas áreas protegidas com visitação controlada.

Uma medida que beneficia quem vive nos Açores, num modelo de desenvolvimento turístico que privilegia as pessoas e o equilíbrio entre as vantagens deste desenvolvimento.

Este é um investimento efetivo, que se consubstancia com ações e resultados concretos no desenvolvimento de políticas ambientais, que só tem sido possível através da promoção de uma verdadeira cidadania ativa, mais participativa e onde todos assumem um papel de vigilantes da natureza, com destaque para programas como o Eco-Freguesias, o Miosótis, o SOS Ambiente, o portal Na Minha Ilha, os mais recentes prémios Espírito Verde ou o Parque Aberto e o Parque Escola.

E é também por esta Natureza que o setor turístico se tem consolidado como mais um dos motores de desenvolvimento dos Açores, com um papel cada vez mais importante na economia da Região, não só ao nível do produto gerado,

mas também, em especial, ao nível das oportunidades de emprego e empreendedorismo criadas.

Um crescimento da procura, de 93% nos últimos três anos, que possibilitou melhores e consistentes taxas de ocupação, com os Açores a serem, desde 2015, a Região do país com o maior crescimento nas dormidas, superando, em 2017, com grande margem, a desejada barreira dos dois milhões de dormidas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: E, este ano, mantemos o bom caminho, com um crescimento de 6% em todas as tipologias de alojamento até setembro, inclusivamente acima das expectativas de crescimento do turismo a nível mundial, e um aumento de 8,4% nas receitas na hotelaria tradicional, que dá bem nota da aposta na qualificação da nossa oferta, com capacidade de se conseguir extrair mais valor desta atividade.

Por isso, o Plano e Orçamento de 2019 prevê um investimento de 29 milhões de euros, com um crescimento de 3% face ao ano anterior, para fazer face aos grandes desafios do setor turístico.

O principal deles: a qualificação do destino, muito enfocada na valorização dos recursos humanos, com um investimento de 4,6 milhões, que acresce 14% face ao que tínhamos no corrente ano.

O foco principal estará na formação de profissionais do setor, numa estreita colaboração com a Escola de Formação Turística e Hoteleira, através da implementação, já a decorrer, de um plano de qualificação e valorização para ativos na área do turismo.

Para além do aumento de 35% dos cursos na área do turismo em 2018 nas escolas de formação profissional da Região, destaque também para a parceria com a AHRESP, num programa de formação sobre o Património Gastronómico dos Açores, e com o IPDT, por via de uma formação sobre atendimento para

profissionais do setor, criando uma cultura consolidada de serviço e de bem receber na Região.

Desafios que só existem pela verdadeira atratividade atual do turismo dos Açores, que tem permitido aos Açorianos novas perspetivas de empreendedorismo em todas as ilhas, sem exceção, sobretudo na classe mais jovem, que vê agora no setor melhores oportunidades para as suas vidas, para um futuro mais promissor.

Prova disso é que, em 2016, o emprego nos setores do alojamento, restauração e similares representava já 11% do total de empregados na Região, com perspetivas de assumir uma preponderância ainda maior em 2017 e em 2018.

No fundo, é pelas pessoas que trabalhamos e sem elas o setor do turismo não se encontraria tão fortalecido, nem tão competitivo perante os mercados concorrentes.

Já nos dizia o escritor açoriano Daniel de Sá: “a felicidade viera atrasada quase meio século, mas acabara por chegar. E a aldeia nunca lhe parecera tão habitada como agora. (...) Porque a aldeia não são só as casas, mas sobretudo as pessoas”. Podemos ser ricos em património, mas se nos faltarem as pessoas, principalmente a sua motivação, aquilo que permite a agitação dos lugares, nenhum destino turístico poderá evoluir favoravelmente.

Qualificar, significa valorizar, algo que está bem espelhado neste Plano de Investimentos, com medidas que valorizam o destino turístico, como seja a execução do projeto da Casa dos Botes, nas Lajes do Pico, ou a construção das infraestruturas de apoio às empresas marítimo-turísticas aqui na Horta.

Por outro lado, há também um desafio do ponto de vista social e económico, enquanto atividade geradora de emprego e riqueza durante todo o ano, nos quais a manutenção dos atuais programas de turismo sénior e o lançamento de um programa de turismo inclusivo revelar-se-ão, certamente, medidas positivas na distribuição de fluxos turísticos por todas as ilhas ao longo de todo o ano.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

A Oradora: E é também aqui que a promoção assume uma grande importância no reforço da notoriedade dos Açores como destino de Turismo de Natureza nos mercados prioritários.

Neste aspeto, a angariação e a manutenção de eventos continuarão a ser uma aposta, entre os desportivos, de cariz cultural e de negócios, que contribuem ativamente para a captação de fluxos, permitindo atenuar os efeitos da sazonalidade.

Não poderia terminar esta intervenção sem uma referência ao processo ao qual nos abalançámos, de certificação dos Açores como Destino Turístico Sustentável, pelos critérios da EarthCheck, com a chancela das Nações Unidas e que, atualmente, abrange muito poucos países no mundo.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Comece pela ilha Terceira, pela Praia da Vitória!

A Oradora: Um processo que resume a coerência entre as três áreas e que preconiza o futuro que defendemos para a Região, desafiando a nossa responsabilidade, enquanto guardiões deste legado de valor incalculável, sem nunca descurarmos esta responsabilidade, e fazemos da mesma uma enorme oportunidade de progresso para os Açores, garantindo que os Açorianos são, como dizia no início, os seus efetivos protagonistas.

Pelos Açores e com os Açorianos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A eletrificação da Caldeira de Santo Cristo no orçamento deste ano tinha atribuído um milhão e 115 mil euros, os jorgenses não viram executado nada nesta obra, mas como este Governo está a apostar em tecnologias inovadoras que passam por coisas que por vezes não são visíveis a olho nu, os jorgenses já se questionam se a eletrificação vai chegar por *wifi* ou por satélite.

Este ano só está orçamentado 200 mil, esperemos que o plano não seja iluminar a Fajã de Santo Cristo com velas, lampiões, tochas ou candeias de azeite porque este valor não deve dar para muito mais.

Gostaria que a Sra. Secretária me explicasse qual o valor executado este ano, qual é o plano de eletrificação para a Fajã, e quais as datas para o início e conclusão da obra.

O ano passado ou por altura deste debate, questionei a Sra. Secretária sobre a importância de um acordo de *interline* da SATA com a Delta Airlines. Este acordo permitiria que os passageiros que saíssem de Nova Iorque poderiam chegar a cada ilha dos Açores pelo mesmo preço e que os turistas também que nos visitam, nomeadamente os nossos imigrantes, chegassem à ilha de destino sem custos adicionais.

Continua a não existir esse acordo, a Sra. Secretária já admitiu que não foi conseguido. Foi a Delta que não aceitou o acordo ou foi o Governo/SATA que não tem interesse em chegar a este acordo que iria beneficiar todas as ilhas?

O que é que falhou nesta negociação? Foi proposto algum acordo de *code-share*, considerando que a SATA não opera nesta rota?

Agora que a Delta já anunciou que vai viajar diariamente, vai ou não o Governo tentar novamente chegar a este acordo?

A WestJet manifestou interesse em iniciar ligações entre o Canadá e Ponta Delgada no próximo ano 2019. Que diligências já fez o Governo no sentido de concretizar algum acordo para distribuir o turismo por todas as ilhas?

Qual a estratégia para uma melhor distribuição do turismo por todas as ilhas deste Governo, de forma a que haja um equilíbrio justo, e como o PS está cansado de dizer, não deixar nenhuma ilha para trás.

Este ano houve claramente ilhas que ficaram para trás no setor do turismo. E quando afirmam que São Jorge aumentou de turistas, é verdade, mas diminuiu o número de dormidas no turismo tradicional.

E deixo aqui uma nota em que aumentou no alojamento local, mas o grande aumento foi nos parques de campismo com 177% de aumento.

Se os senhores estão contentes, muito bem. Os jorgenses não estão, eu não estou contente com o aumento de 177% nos parques de campismo quando os hoteleiros baixaram 8%.

A formação profissional no turismo é essencial de forma a que este setor prime pela qualidade e traduza uma imagem positiva da Região a quem nos visita. A formação que está prevista é partilhada pela Câmara do Comércio numa conciliação com as necessidades mais prementes dos empresários do setor? Qual é o papel atribuído às escolas profissionais na qualificação do turismo para os Açores?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há intervenções. Não há tempo!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, não vamos insistir na questão dos tempos.

Isso não é um aparte, isso é um aparte à Mesa porque no fundo a Mesa é que propõe os tempos à conferência de líderes.

Portanto, e isso tem que ficar claro.

A proposta de tempos para este debate fui eu que propus, à semelhança do que é feito nos anos anteriores, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os apartes já me estão proibidos!

Presidente: Ninguém disse que estava proibido, eu tenho é que esclarecê-lo para que os apartes sejam audíveis e, pelo menos, as Sras. e os Srs. Deputados que estejam aqui há menos tempo, têm que saber como é que as coisas funcionam na nossa Casa.

Para uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado? Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Sra. Presidente tomou a palavra para comentar um aparte. É que também já os apartes estão proibidos? É que daqui a pouco é melhor vir com uma mordaza, não se pode dizer nada no Parlamento dos Açores.

O aparte é permitido, que eu saiba. O meu aparte foi só no sentido que não é possível colocar questões à Sra. Secretária porque eu não tenho tempo, o Bloco de Esquerda não tem tempo, e, portanto, aqui o que acontece é que esta é uma democracia muito particular, não há contraditório.

A Sra. Presidente diz: “Fui eu que propus”. Foi, foi a Sra. Presidente que propôs e eu votei contra e disse-lhe que não é democrático e não se consegue realizar nenhum debate com 80 segundos para cada pasta do Governo Regional.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, primeiro que tudo os apartes naturalmente são regimentais, e eu respondi não foi dizendo que o senhor não podia fazer o aparte.

Eu respondi porque sinto-me visada. O senhor há dois dias que critica constantemente os tempos. Eu posso-lhe dizer que foi no âmbito da minha presidência que os tempos foram aumentados no âmbito deste debate, e o senhor sabe disso muito bem.

Na última legislatura nós aumentámos os tempos às representações parlamentares...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Votei sempre contra!

Presidente: Sr. Deputado, o senhor diz que é antidemocrático, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É antidemocrático!

Presidente: ... eu sinto-me visada pelo seu aparte e na qualidade de Presidente desta Assembleia eu tenho toda a liberdade de comentar o seu aparte!

Sr. Deputado, o senhor que ache que é pouco tempo, o senhor tem o seu direito, mas não pode dizer que é antidemocrático!

A democracia funciona porque todos os partidos tiveram tempo, tempos que foram aprovados pela conferência de líderes, e mais! Não são os mesmos tempos que eram na legislatura passada porque já na legislatura passada esses tempos foram aumentados.

Portanto, Sr. Deputado, só queria era deixar claro que não concordo quando diz que é antidemocrático, e porque me senti visada no aparte. Antes de ser Presidente, também sou deputada desta Casa e, portanto, também posso reagir aquilo que o senhor disse.

Mas muito bem, pergunto se há mais alguma inscrição.

Julgo não haver.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*Diálogo entre as bancadas*)

Vamos permitir que a Sra. Secretária proceda aos esclarecimentos.

Tem a palavra, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Começando então pelas questões do Sr. Deputado António Pedroso. Relativamente à eletrificação da caldeira, o que tenho para dizer relativamente à mesma é que ela já está adjudicada, portanto, os trabalhos recomeçaram nestas últimas semanas e, portanto, vão ser efetivamente uma realidade.

Como dizia há um ou dois anos, julgo que serei a Secretária que darei à luz na Caldeira de Santo Cristo e, portanto, manterei esse compromisso.

Relativamente às verbas que estão inscritas, o plano o ano passado considerava, tratando-se de um contrato estabelecido entre a Região e a EDA, a verba total nos outros fundo, portanto, um milhão que estava lá previsto.

Os 200 mil euros que estão inscritos este ano 2019 corresponde à verba que será transferida da Região para a EDA de acordo com o contrato que nós fizemos com a mesma e, portanto, nada invalida a sua prossecução.

Relativamente ao contrato, o mesmo previa, se não me falha a memória, uma execução durante 24 meses. Sabendo nós que sendo uma área sensível, poderá ter aqui algum contratempo por via das questões meteorológicas, mas com certeza não fugirá muito deste prazo que está aqui prospetivado.

Relativamente ao acordo *interline* entre a Delta e a SATA, trata-se de uma matéria negociada entre duas companhias que até ao momento não chegaram ao acordo sobre a mesma.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade! É uma inverdade! É pouco preciso!

A Oradora: Isso não invalida, de qualquer forma, que qualquer turista que vem dos Estados Unidos da América possa comprar o seu bilhete para qualquer outra ilha e também não invalida que a empresa local que efetua as vendas da Delta nos Açores não encaminhe, encaminha porque tem pacotes para as outras ilhas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É um custo acrescido!

A Oradora: A única coisa que não há é um bilhete corrido, mas tal não inviabiliza que os turistas possam conhecer também as outras ilhas.

Relativamente à questão da WestJet, gostava de referir que aquilo que saiu na imprensa é apenas uma informação que refere que foram pedidos *slots* no aeroporto de Ponta Delgada. Nessa mesma informação, havia outras companhias aéreas que também tinham pedido *slots*. Isso acontece sempre que uma empresa está a estudar o mercado e não significa que depois se concretize efetivamente alguma ligação. É um procedimento habitual e muito comum, mas que não dá nenhuma garantia de que efetivamente se concretizem essas ligações.

Relativamente às questões das dormidas e à evolução do turismo em São Jorge, como já foi referido, os números nos últimos são de facto fantásticos. E como se assim não bastasse, nós temos, de acordo com a publicação de todas as tipologias de alojamento que saiu na passada sexta-feira, São Jorge a crescer já este ano. Em cima de todos esses crescimentos, não só mantendo, mas ainda colocando mais 8,4%, o que de facto é bastante importante.

Não nos podemos, nunca, esquecer que estas questões também não podem ser desligadas de volume para a quantidade. E, portanto, devemos também olhar, e neste caso São Jorge olha muito bem, para a parte dos proveitos totais, e temos ao longo deste ano, e aqui apenas olhando para o turismo tradicional que é de

onde nós temos, de facto, esta informação, os proveitos totais em São Jorge estão a crescer 5%, o que também dá nota do ganho que temos precisamente por essa via.

Relativamente à formação profissional, é preciso distinguir aqui dois tipos de formação.

Temos a formação profissional de base, e essa é garantida pelas escolas profissionais que nós temos na Região e como foi referido, aumentaram em mais de 30% a oferta na área do turismo este ano, e isso é transversal, é muito importante e é muito positivo.

Mas também é preciso, nesta altura em que estamos a crescer no turismo desta forma, investir na formação de ativos. Essa formação de ativos resultou daquela que referi de um protocolo com a Escola de Formação Turística e Hoteleira, o Turismo de Portugal, e para garantir que a formação cumpre os parâmetros que estão definidos neste caderno de encargos nas várias áreas que foram identificadas num levantamento feito nas nove ilhas com os *players* locais relativamente às necessidades sentidas em cada uma delas, elas são dadas apenas por uma única entidade.

Não desvalorizamos, de qualquer forma, o papel das escolas profissionais que têm aqui na formação inicial que é muito importante garantir e, naturalmente, incentivar.

E eu penso que respondi às suas perguntas.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Jorge Paiva, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, só queria voltar aqui a perguntar para quando o regresso da Bienal do Turismo a São Jorge?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem perguntado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Agradeço a questão.

É preciso nós enquadrarmos o momento em que vivíamos quando a Bienal do Turismo Rural foi criada na Região. Não tínhamos, na altura, crescimentos de turismo nem pouco mais ou menos semelhantes ao que temos hoje e nem tínhamos os desafios que hoje nos apresentam com uma panóplia de tipologias de alojamento muito diversificada que nos desafia, e desafia neste momento através do desenvolvimento do plano de ordenamento turístico da Região e das alterações que depois daí sairão a termos uma Região mais qualificada, com mais oferta neste tipo de produto.

Portanto, consideramos que, nesta fase, manter o encontro que tem como alvo apenas uma tipologia de alojamento é demasiado redutor.

O que lhe posso dizer é que a nossa intenção ao longo de 2019 é realizar nas ilhas que neste momento precisam, no nosso entender, de mais algum incentivo, especialmente na época baixa, em termos de captação de fluxos, de inventos, de momentos que possam não só ajudar a discutir os desafios que nós hoje encaramos nesta área do turismo, não necessariamente apenas o turismo em espaço rural, mas outras tipologias, outros produtos e outros desafios e que consigam também atrair nessas alturas do ano mais fluxo a essas ilhas.

E, portanto, essa é a nossa estratégia e é dessa forma que pretendemos atuar.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar às intervenções de tribuna.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O crescimento e a dinâmica que na nossa Região se vive, hoje, em termos turísticos pode ser encarada de duas formas: um grande Sucesso e um grande Desafio!

Ao que se refere ao “Sucesso”, podemos dizer que a estratégia que tem vindo a ser implementada, tem surtido efeitos, em que a motivação, o empenho e dedicação dos nossos parceiros, das nossas empresas, dos nossos operadores turísticos, tem sido fundamental. Analisando as estatísticas, verifica-se que entre janeiro e setembro deste ano, os proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros somaram 79,8 milhões de euros e os proveitos por aposento 60,3 milhões de euros, equivalente a um aumento de 8,4% e de 11,4%, respetivamente, em comparação a período homólogo.

Relativamente ao “Grande Desafio”!

Sim, mesmo com o aumento muito significativo registado nos Açores nos últimos anos em termos turísticos, existem ainda desafios pela frente! Temos ainda margem de crescimento em todas as ilhas, com a necessidade de se diminuir os efeitos da sazonalidade, diferenciando atividades! Todos temos ainda o desafio da formação e qualificação de trabalhadores e dirigentes do setor, sem esquecer a necessidade da valorização salarial dos mesmos, como fator de equidade e de motivação.

Mas mais do que isso, o nosso desafio é com o Futuro, com as gerações vindouras, com o compromisso que temos, todos, que assumir, aqui, perante os nossos jovens, de que iremos desenvolver a nossa Terra, sem esquecer o Desenvolvimento Social, Económico e Ambiental. E este é que este tem que ser, no nosso entender, um compromisso de todos!

Um compromisso que garanta que as novas gerações queiram trabalhar nos Açores e constituir cá as suas famílias, garantindo que poderão usufruir do acesso à saúde, à educação, à cultura e à proteção social, usufruindo dos mesmos padrões de qualidade ambiental que nós usufruímos atualmente, mas permitindo o incremento da sua qualidade de vida.

E, é esta, de facto, a nossa motivação! O nosso compromisso para com o Futuro, o que nos faz levar muito a sério o desígnio da certificação dos Açores como Região de Turismo Sustentável, esperando-se que no decorrer de 2019 esta certificação seja uma realidade.

Promover os Açores como uma Região de Turismo Sustentável é, pois, permitir que cada açoriano se sinta bem em cá viver, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Comece pela Praia da Vitória!

A Oradora: ... garantindo que os Açores se desenvolvam em termos económicos e sociais, criando riqueza e emprego, que se consiga diferenciar as áreas de negócio, mas assegurando a justiça social.

É defender e fomentar o consumo de produtos locais, valorizando a nossa agricultura, a nossa carne, os nossos lacticínios, mas sem esquecer o bem-estar animal;

É proteger os nossos fundos marinhos, desfrutar do turismo subaquático e incentivar a Economia Azul, mas sem esquecer a nossa pesca e os nossos pescadores;

É permitir que se explorem as nossas ilhas, abrindo novos trilhos, mas sem descuidar a proteção das nossas áreas marinhas e as nossas belezas naturais!

Garantir que somos uma Região que merece ser certificada como Destino Turístico Sustentável é tudo isto. E este é o único caminho para quem realmente quer desenvolver o Turismo nos Açores!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Também o setor energético exige de nós um compromisso para com o Futuro.

Sendo uma aposta desta legislatura, pode-se dizer que existem dois grandes benefícios ao apostar-se no processo de transição energética:

- A diminuição da dependência da importação dos combustíveis fósseis e a redução das emissões atmosféricas, com ganhos significativos em termos económicos e ambientais.

Refira-se que a produção de energia contribui para 51,6% das emissões de gases com efeitos de estufa, seguindo-se o setor agrícola com cerca de 40%.

Com vista à minimização desses impactos, com vistas largas e com uma perspetiva futurista, o Governo dos Açores, lançou “mãos à obra” na criação de condições para a implementação de alterações no setor energético da Região, investindo na diversificação das tecnologias de produção de energia, numa transição necessariamente gradual, mas constante.

Para além dos parques eólicos e centrais geotérmicas de São Miguel e da Terceira, para além dos apoios concedidos aos privados por parte do ProEnergia, e porque queremos mais para os Açores em termos energéticos, estão previstos, ou em desenvolvimento investimentos em várias ilhas, de modo a que todas elas consigam ter e contribuir para a diminuição da fatura energética dos Açores.

Os investimentos como a construção do Parque de Painéis fotovoltaicos em Santa Maria; a aposta na energia hídrica nas Flores; na Graciosa, onde é possível produzir energia através de painéis solares e aerogeradores com acumulação da energia através de baterias; a intensificação do aproveitamento

Geotérmico nas ilhas Terceira e São Miguel, são só alguns exemplos daquilo que se quer para o setor energético nos Açores.

Também na Mobilidade Elétrica e nos esforços que têm sido desenvolvidos para aumentar o número de veículos elétricos a circular nos Açores, cuja materialização da estratégia se encontra espelhada no projeto Mob[in]Azores e que envolve, para além do Governo Regional, as autarquias, as empresas de venda de automóveis, a própria sociedade civil, e que permitirá uma nova abordagem ao setor energético, é bem demonstrativo do que se quer para o Futuro da Região nesta matéria.

Estamos convictos que a instalação da Rede de Postos de Abastecimento a instalar em todas as ilhas, associadas aos incentivos para a aquisição desse tipo de viaturas e à crescente consciência ambiental, a Região assistirá a curto prazo a uma alteração das características do seu parque automóvel, com uma maior percentagem de veículos elétricos a circular nas nossas estradas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E isso é uma coisa muito boa!

A Oradora: ... com ganhos efetivos em termos da sustentabilidade energética – que é importante para os Açores - e que constitui também o compromisso de Portugal na 21^a Cimeira do Clima, em 2015.

O Plano e Orçamento que estamos agora a analisar, constitui-se assim como mais um contributo, mais um passo, mais uma ferramenta, para que esse caminho que temos vindo a trilhar em termos de Desenvolvimento dos Açores, seja uma realidade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:
Dotar os Açores de infraestruturas de produção de energia mais limpa; fomentar a mobilidade elétrica e assim contribuir para a minimização das alterações climáticas à escala global; promover a formação de ativos, tal como já se iniciou em algumas ilhas em parceria com a Escola Hoteleira; fomentar o consumo de produtos agrícolas, da nossa carne, dos nossos lacticínios, do nosso

peixe; certificar os nossos produtos endógenos com a “Marca Açores” e promover a nossa cultura e associá-lo ao turismo; permitir o acesso à saúde, ao apoio social; fazer com que os nossos jovens tenham acesso à educação, dando-lhes ferramentas para que possam ser empreendedores, queiram trabalhar aqui, sendo inovadores e potenciando as novas tecnologias!

Potenciar tudo isto, associando-o ao aumento da qualidade de vida dos Açorianos, é o nosso desafio, a nossa motivação, o nosso desígnio, o nosso compromisso para os Açorianos, para o Futuro dos Açores!

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Artur Lima pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, para um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Vou pedir, antes de encerrar os trabalhos, ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Então, os tempos restantes são os seguintes: O Governo Regional dispõe de 37 minutos e 30 segundos; o Partido Socialista de 49 minutos e 33 segundos; o PSD de 17 minutos e 38 segundos; o CDS de três minutos e 28 segundos; o Bloco de Esquerda esgotou, o PCP tem três minutos e 23 segundos; e o PPM 57 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Uma boa noite a todos.

Regressamos amanhã às 10h.

Eram 19 horas e 48 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Manuel Alberto da Silva Pereira

Partido Social Democrata (PSD)

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Transcrição efetuada por: Renata Costa